

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A GEOPOLÍTICA RUSSA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO
ASSIMÉTRICO PÓS- GUERRA FRIA

ROSIANE MARTINS DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2016

ROSIANE MARTINS DOS SANTOS

A GEOPOLÍTICA RUSSA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO
ASSIMÉTRICO PÓS- GUERRA FRIA

Dissertação apresentada ao corpo docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Numa Mazat

RIO DE JANEIRO
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

S237 Santos, Rosiane Martins dos.
A geopolítica russa em relação aos Estados Unidos no mundo assimétrico pós – Guerra Fria / Rosiane Martins Santos. – 2016.
104 f. ; 31 cm.

Orientador: Numa Mazat.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016.
Referências: f. 98 – 104.

1. Política internacional. 2. Geopolítica – Rússia. 3. Geopolítica – Estados Unidos. I. Mazat, Numa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.1

A GEOPOLÍTICA RUSSA NO MUNDO ASSIMÉTRICO PÓS-GUERRA FRIA EM
RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS

Dissertação apresentada ao corpo docente do
Instituto de Economia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Mestre em
Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Numa Mazat

Aprovada em: 14/12/2016

Numa Mazat

Prof. Dr. Numa Mazat (ORIENTADOR)

Franklin Serrano

Prof. Dr. Franklin Serrano

Débora Gaspar

Prof. Dr. Débora Gaspar

Aos meus pais Francisco e Marlei

“Naquele tempo, eu era um tremendo sonhador. Gostava de me imaginar em meus devaneios juvenis, ora Péricles, ora a Virgem Maria, ora um cristão da época de Nero, ora um cavaleiro a lutar num torneio... Com o que não sonhei, quando moço, o que não vivi com todo o coração... naquelas divagações douradas e veementes que pareciam advir do ópio.”

Dostoievski

AGRADECIMENTOS

Ao fim deste ciclo agradeço, de todo o meu coração, à minha família, por ter sido ao longo deste período minha fonte de apoio emocional e material.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional por esta oportunidade e por todo aprendizado durante o curso de mestrado. Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, o Professor Doutor Numa Mazat, por todas as lições e por sua paciência e gentileza. Agradeço também aos professores Franklin Serrano e Débora Gaspar por terem aceitado participar da minha banca de defesa.

A todos os meus amigos que me acompanharam nesta caminhada, aos antigos e aos novos: minha gratidão. Foram partes essenciais para que a rotina se tornasse mais leve. Obrigada por todos os momentos de felicidade, discussões e contribuições intelectuais. Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro e a todos os seus funcionários.

Martins dos Santos, Rosiane. A geopolítica russa em relação aos Estados Unidos no mundo assimétrico pós-Guerra Fria. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ 2016.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise da geopolítica da Federação Russa frente aos Estados Unidos no período posterior ao término da Guerra Fria. É nosso objetivo analisar a projeção geopolítica da Rússia desde a presidência de Boris Ieltsin (1991-1999) até os dias atuais, passando assim pelo primeiro e segundo mandato de Putin (1999-2008/ 2012-) e Medvedev (2008-2012), fazendo uma associação desta projeção com as políticas implementadas pelos Estados Unidos no sistema internacional. Para isso, o trabalho se utilizou de casos específicos, como as Revoluções Coloridas, a crise russo-georgiana, a anexação da Crimeia e a constante expansão da OTAN desde os anos 1990 até os dias de hoje. Procuramos, também, através dos movimentos destes países no sistema internacional, propor uma reflexão sobre a retórica, os interesses e os fatos objetivos. Diante disto, ao longo deste trabalho, procuramos contrapor abordagens “psicologizantes” sobre a Rússia e seus líderes e se ater a elementos mais objetivos e materiais. Procuramos também interpretar as ações dos Estados Unidos no sistema internacional, sobretudo aquelas que afetam a Rússia diretamente. Nosso objetivo central se pautava na hipótese de que os Estados Unidos não abandonaram sua política de contenção do período da Guerra Fria e que esta política está amparada na sobrevivência de seu setor industrial-militar.

Palavras-chave: Rússia, Estados Unidos, geopolítica, sistema internacional, Putin, Medvedev, Geórgia, Crimeia, OTAN.

Martins dos Santos, Rosiane. Russia's Geopolitics in the Post-Cold War Asymmetrical World in Relation to the United States of America. Master's Degree Dissertation in International Political Economy. UFRJ 2016.

ABSTRACT

The present work proposes an analysis of the Russian Federation's geopolitics in comparison to the United States of America in the Post-Cold War period. Our objective was to analyze Russia's geopolitical projection from Boris Ieltsin's presidency (1991-1999) to modern days, thusly exploring Putin's first and second terms of office (1999-2008/ 2012-) and Medvedev's (2008-2012), associating this projection with policies implemented by the United States in the international system. To that end, specific cases were studied, such as the Color Revolution, the Russo-Georgian crisis, Crimea's annexation and NATO's constant expansion from the 1990's to this day. Through these countries' dynamics in the international system, we aimed to propose a reflection on the rhetoric, the interests and the objective facts. In face of this, we sought to counter "psychologizing" approaches about Russia and its leaders and to adhere to objective and material elements. We also sought to interpret the United States' actions in the international system, especially those that affected Russia directly. Our main goal is based on the hypothesis that the United States did not abandon its containment policy from the Cold War days, and that this strategy is supported by the survival of its military-industrial complex.

Keywords: Russia, United States, geopolitics, international system, Putin, Medvedev, Georgia, Crimea, NATO.

LISTA DE SIGLAS:

BTC- Baku-Tblissi-Ceyhan

BTE- Baku-Tblissi-Erzurum

CAN- Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação

CEI- Comunidade dos Estados Independentes

INF- Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty

ONG- Organização Não Governamental

OSCE- Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB- Produto Interno Bruto

SCO- Shanghai Cooperation Organization

START I, II- Strategic Arms Reduction Treaty

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE MAPAS:

Mapa 1:O Projeto de Nord Stream 2.....	47
Mapa 2- Expansão da OTAN.....	56
Mapa 3- Representação do projeto do escudo antimísseis balísticos norte-americano na Europa.....	59
Mapa 4- Representação da Instalação de mísseis Iskander em Kaliningrado.....	60
Mapa 5- As regiões do conflito russo-georgiano.....	64
Mapa 6-Mapa do projeto de Traçado de Nabucco e South Stream.....	68
Mapa 7-- Região da Crimeia anexada à Rússia.....	83

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1- Gasto militar da Federação Russa e da União Soviética (1988- 2015).....37

Gráfico 2- Exportações de Armas da Rússia em dólares constantes de 1990 (índice 1992=100) entre 1992 e 2011.....49

SUMÁRIO

Introdução	15
1 sistema internacional pós-Guerra Fria e a política externa no governo de Bóris Ieltsin	19
1.1 O início do fim: as reformas de Gorbachev e a dissolução do bloco soviético.....	20
1.2 A nova ordem internacional unipolar com o fim da Guerra Fria e maximização do poder dos Estados Unidos.....	25
1.3 A chegada de Ieltsin ao poder e a terapia de choque.....	29
1.4 O novo conceito de interesse nacional.....	32
1.5 A leve inflexão com Primakov frente ao Ministério das Relações Exteriores.....	39
2- Putin e a reconstrução geopolítica da Rússia: das tentativas de associação ao confronto indireto	43
2.1 A reafirmação geopolítica da Rússia no espaço soviético e a reconstrução do Estado russo.....	44
2.2 A tentativa frustrada de cooperação da Rússia com os Estados Unidos e seus aliados no início da presidência de Putin.....	48
2.3 O confronto indireto: as tentativas de desestabilização ocidentais com as Revoluções Coloridas e a continuação da estratégia de cerco.....	52
3- O confronto direto entre a Rússia e o expansionismo norte-americano	62
3.1- O confronto no espaço soviético (em escala regional): a Geórgia, a Ucrânia e a anexação da Crimeia.....	63
3.2 - O confronto ampliado: a crise na Síria.....	86
3.3 A Rússia: alvo central da geopolítica dos Estados Unidos.....	91
Considerações finais.....	94

Referências bibliográficas.....	97
---------------------------------	----

Introdução

A presente dissertação tem como foco central a análise da geopolítica russa no período pós-soviético, passando pelos períodos presidenciais de Bóris Ieltsin, Vladimir Putin, Dmitri Medvedev até os dias de hoje, quando Putin ocupa novamente a presidência da Rússia em um segundo mandato. A partir deste ponto, analisamos os principais movimentos da Rússia em relação à constante expansão dos Estados Unidos no sistema internacional e como essa expansão passa a ter relação cada vez mais direta com a zona de segurança da Rússia e sua esfera de influência.

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução do bloco soviético, os Estados Unidos emergiram nos anos 1990 como um grande império sem que houvesse nenhum inimigo à sua altura. Sob uma retórica de paz entre os Estados através dos mercados globalizados (FIORI, 2004), os norte-americanos praticaram uma política externa de expansão e intervencionismo como nos tempos da Guerra Fria. Assim, sob esta retórica, realizaram ao longo dos anos 1990, durante os dois mandatos presidenciais de Bill Clinton, quarenta e oito intervenções militares, contra dezesseis dos anos da Guerra Fria. No entanto, este projeto de grande império só ficou claro depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Como veremos ao longo deste trabalho, muitas das políticas norte-americanas de contenção ao surgimento de potências regionais colidiram com os interesses nacionais russos depois da chegada de Vladimir Putin ao poder.

Em sua história, a Rússia passou por mais de uma vez por períodos de desintegração e reconstrução de seu poder, se constituindo sempre como um importante ente do sistema internacional. O Império Russo se expandiu por meio de conquistas e anexações e se reergueu após as invasões napoleônicas, a guerra civil que se alastrou após a Revolução Bolchevique e a Segunda Guerra Mundial. E, no início do século XXI, tudo indica que a Rússia persegue estratégias que a façam recuperar sua velha importância nos principais assuntos internacionais após o colapso da União Soviética e o intervalo dos anos 1990, quando sua política externa foi de forte alinhamento com o Ocidente.

A dissolução do bloco soviético foi o resultado de uma série de reformas iniciadas em 1985, com a chegada de Gorbachev ao poder e o abandono da Doutrina Brejnev nas relações internacionais, que previa a soberania limitada dos demais satélites, um intenso alinhamento à Moscou e poder de intervir política e militarmente em qualquer país que ferisse os interesses soviéticos. A Doutrina Brejnev foi posta em prática em casos como a intervenção na Tchecoslováquia em 1968 e no Afeganistão, em 1979. Na onda das reformas *perestroika* e da *glasnost*, Gorbachev chegou mesmo a respaldar a política de guerra dos Estados Unidos- seu principal opositor no sistema internacional- contra o Iraque na crise do Golfo Pérsico e concordou com a permanência da Alemanha unificada na OTAN e com a retirada do Exército Vermelho de Berlim (JUDT, 2007).

O que começou com o fim da Doutrina Brejnev nas relações internacionais se aprofundou na presidência de Bóris Ieltsin, com uma constante tentativa de associação com o Ocidente e suas instituições e com a assinatura do Ato Fundador, em 1997. Nele, a Federação Russa e a OTAN se consideram aliados e era admitida a entrada na Aliança de importantes países que haviam pertencido à antiga esfera de influência soviética, como a Polônia, Hungria e República Tcheca. O período Ieltsin foi marcado por uma cooperação unilateral com o Ocidente e por uma profunda “ingenuidade” dos dirigentes russos, mesmo com a inflexão observada na condução da política externa com a chegada de Primakov ao Ministério das Relações Exteriores. Do ponto de vista econômico, o período foi desastroso. A abertura da economia foi associada à eliminação do controle estatal dos preços, privatização das empresas, cortes altos nas despesas públicas, aperto na política monetária e rápida abertura comercial e financeira (MEDEIROS, 2008). Em suma, ao longo dos anos 1990, a política externa russa se alinhou ao Ocidente e não foi capaz de fazer o que seria mais apropriado, que poderia vir a ser a criação de um espaço de segurança no antigo território da extinta União Soviética e paralelamente impedir, dentro de seus limites, o alargamento da OTAN.

Esse quadro, porém, se modificou com a chegada de Putin ao poder e com uma tentativa de reconstrução do Estado russo. O primeiro ministro de Putin é Dimitri Medvedev e quando este último assume a presidência, em 2008, Putin é nomeado como Primeiro Ministro. Atualmente, Vladimir Putin está na presidência e Medvedev com o cargo de Primeiro Ministro. De modo que, do ano 2000 até os dias de hoje, a alternância Putin-Medvedev tem conseguido uniformizar os objetivos da política russa.

Putin buscou de imediato a recentralização do poder na Federação Russa e a condução estatal da política econômica. Como será exposto ao longo desta pesquisa, a posição geopolítica da Rússia também se alterou de acordo com o desenrolar dos fatos no sistema internacional, desde aqueles em que os Estados Unidos e a Rússia se confrontaram de forma indireta, como no caso das Revoluções Coloridas e aqueles em que o conflito passou a ser direto, como na Guerra da Geórgia em 2008, na Ucrânia e com a anexação da Crimeia em 2014 e atualmente com suas posições contrapostas na crise da Síria. Procuramos, antes de tratar tais casos específicos, mostrar como os Estados Unidos emergiram como um grande poder após a Guerra Fria.

Além disso, procuramos nos contrapor à tese segundo a qual a Rússia, devido a um histórico de compulsão expansiva permanente, tem tentando desde a chegada de Vladimir Putin ao poder se estabelecer como uma potência global. Em 1994, Henry Kissinger afirmou que os Estados Unidos deveriam estar em constante alerta com a Rússia, pois mais cedo ou mais tarde o país retomaria as suas pretensões imperiais. John Berryman e Jeffrey Mankoff também compartilham da visão que a posição geopolítica mais assertiva da Rússia tem o objetivo de se reafirmar como uma grande potência mundial.

Dividimos a presente dissertação em três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, abordamos o fim da Guerra Fria e a emergência dos Estados Unidos como uma grande poder político, econômico e militar a nível global e procuramos analisar a retórica de sua política externa e sua atuação no sistema internacional. Em período temporal concomitante, analisamos os anos da presidência de Bóris Ieltsin e sua política externa, bem com a redefinição do interesse nacional russo, passando antes pela análise da geopolítica da União Soviética durante a *perestroika*.

No capítulo 2, tratamos a fase de confronto indireto entre a Rússia e os Estados Unidos, analisando questões como a chegada de Vladimir Putin ao poder e as mudanças internas de ordem econômica e política, tratando com ênfase a tentativa de associação da Rússia com o Ocidente nos primeiros anos de seu governo e de como esta tentativa falhou, bem como o episódio das Revoluções Coloridas e mudança gradativa na retórica da política externa de Putin, quando o discurso de contestação à hegemonia norte-americana vai ficando mais claro.

No terceiro capítulo, abordamos a fase do conflito direto, passando pelos casos da Guerra na Geórgia, a anexação da Crimeia e, mais atualmente, o conflito na Síria.

Foram analisados os fatos objetivos e a posição dos governos russo e norte-americano na questão.

Neste trabalho, procuramos também expor e contrapor a abordagem psicológica da Rússia e do povo russo, bem como o argumento de que a maior projeção geopolítica da Rússia é um desejo desenfreado de seus líderes de se reafirmarem como uma grande potência mundial como nos tempos soviéticos, pautando-se em argumentos pouco práticos e objetivos. Por outro lado, procuramos investigar a quem interessa a difusão a nível internacional deste tipo de pensamento e onde ele se apoia. Assim, nossa hipótese é de que os Estados Unidos, devido à dimensão de seu complexo industrial-militar, precisam constantemente da insurgência de conflitos para que este setor que em grande impacto na sociedade norte-americana prospere. E, nos últimos anos, a Rússia tem aparecido como alvo central da geopolítica dos Estados Unidos.

Capítulo 1- O sistema internacional pós-Guerra Fria e a política externa no governo de Bóris Ieltsin

A União Soviética começou um processo de abertura política e econômica que veio a culminar na dissolução do bloco em 1991 e numa transformação sistêmica nas repúblicas que o constituíam. No fim deste processo, os Estados Unidos emergiram como os vitoriosos da Guerra Fria e o Estado mais poderoso do mundo sem ter qualquer inimigo à sua altura ou contraposição direta de qualquer outro país no sistema internacional.

As reformas nos aspectos econômico e político implementadas por Gorbachev incluíam pontos essenciais da política externa soviética, suas relações com as repúblicas e com o Ocidente. A Doutrina Brejnev¹ nas relações internacionais havia chegado ao fim. No entanto, as reformas de Gorbachev não se sustentaram e depois de uma série de conflitos internos em diversas repúblicas que compunham o bloco, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi formalmente dissolvida.

Nos últimos dias do ano de 1991, Bóris Ieltsin assumiu o poder na Rússia, a herdeira do status jurídico internacional da União Soviética e de seu arsenal atômico. A partir daí, a Federação Rússia passou por uma política interna e externa totalmente distinta do que foram os anos soviéticos. Sua política externa foi de forte alinhamento com o Ocidente, passando por raros momentos de inflexão, como veremos com a chegada de Primakov ao Ministério das Relações Exteriores. Por outro lado, os Estados Unidos prosseguiram com sua política de expansão dos tempos da Guerra Fria, se empenhando em uma série de intervenções militares, atuando de forma protagonista nos principais organismos internacionais, coordenando as políticas econômicas aplicadas em quase todo o mundo e promovendo a expansão da OTAN em direção às fronteiras da Rússia.

Neste capítulo iremos abordar brevemente o processo que culminou com o fim da URSS e de forma mais consistente a maximização do poder dos Estados Unidos

¹ A doutrina Brejnev também é conhecida como a Doutrina da Soberania Limitada. Seu principal foco era a defesa da união entre os países e partidos socialistas, visando o alinhamento a Moscou. Na prática, ela acabou restringindo a independência dos partidos comunistas em todo o mundo. (JUDT, 2007, p. 447-448)

depois do fim da Guerra Fria e o governo de Bóris Ieltsin ao longo dos anos 1990, tratando alguns aspectos domésticos e de sua política externa.

Na primeira seção vamos tratar o status que os Estados Unidos assumiram no sistema internacional depois do fim da Guerra Fria e do desaparecimento de seu opositor direto. Diante disso, essa análise buscará entender porque os norte-americanos prosseguiram com uma política de expansão no cenário mundial mesmo com o fim do conflito, com o forte enfraquecimento de seu antigo e principal adversário e sem que se vislumbrasse qualquer Estado que pudesse contestar de imediato seu poder.

Na segunda seção abordaremos o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e as primeiras políticas implementadas por Ieltsin, com foco na condução da política externa fortemente direcionada a aceitação da Rússia pelo Ocidente e como depois de uma série de eventos, o governo russo não obteve o que esperava do Ocidente: uma robusta ajuda na reconstrução de sua economia e a inclusão na tomada de decisões o Ocidente (a não ser como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas) e no projeto de segurança da Europa.

Na terceira seção discutiremos as inflexões no modelo pró-ocidental e as transformações na opinião doméstica até a renúncia de Ieltsin em 1999, quando Putin assumiu o governo da Federação Russa como presidente interino até ser eleito pelo voto direto no ano seguinte. Por fim, faremos uma reflexão sobre o enfraquecimento da Federação Russa em diversas instâncias no fim do governo de Ieltsin.

1.1 O início do fim: as reformas de Gorbatchev e a dissolução do bloco soviético

Após a morte de Brejnev, em 1982, dois curtos governos se seguiram em 1983 e 1984. Andropov e Chernenko faleceram logo após assumir os governos na União Soviética. Em 1985, Gorbatchev assumiu o poder do Estado e iniciou uma série de reformas econômicas, a chamada *perestroika* (reconstrução em russo). Os novos rumos que a União Soviética deveria tomar foram justificados por Gorbatchev como necessários para romper com a relativa estagnação econômica do país desde meados dos anos 1970, quando o modelo de crescimento extensivo dava indícios de ter atingido o seu limite.

A chegada de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985 marcou uma ruptura. O novo líder soviético promoveu a *glasnost* e a *perestroika*. A *glasnost* (abertura em russo) tinha como objetivo permitir a liberdade de opinião em geral e na economia teve o efeito de autorizar greves de trabalhadores e aumentar adicionalmente a liberdade de atuação dos gerentes de empresas. Por seu turno, a *perestroika* visava à reestruturação da economia através de um conjunto de reformas. Segundo Gorbachev, os dois principais objetivos da *perestroika* eram deter a tendência à queda da taxa de crescimento da União Soviética e melhorar o padrão de vida da população soviética. Os reformadores soviéticos da *perestroika* consideravam que esses dois objetivos eram interligados e podiam ser atingidos através da resolução de dois problemas centrais: o “relaxamento da disciplina” e a ineficiência alocativa e inovativa crescente do sistema de planejamento central. As reformas da *perestroika* desorganizaram completamente a economia e a *glasnost* minou a autoridade do aparato de Estado, sem colocar nada coerente no lugar do que havia sido sabotado de cima para baixo.

As reformas da *perestroika* deviam supostamente servir para construir um “socialismo de mercado”, mas nada fizeram para resolver os problemas estruturais da União Soviética e ainda desorganizaram completamente o sistema econômico de economia de comando, não colocando nenhum sistema coerente em seu lugar. Além disso, a *perestroika* provocou um grande aumento tanto do excesso já crônico de demanda interna quanto da necessidade das importações. A esses problemas econômicos internos se somaram os choques externos da queda dos preços internacionais do petróleo e da redução relativa da oferta de crédito privado no mercado internacional nos anos 1980. Em conjunto, estas condições levaram a uma crise da balança de pagamentos. A interação entre essas dificuldades internas e externas foram responsáveis pelo colapso econômico da União Soviética, que ajudou a precipitar seu fim como entidade política (MAZAT & SERRANO, 2013).

No conjunto das reformas da *perestroika*, a concepção da política externa soviética sofreu profundas alterações acerca da soberania das demais repúblicas em relação à Moscou e acerca da inserção da União Soviética no sistema internacional e sua relação com o Ocidente. A interpretação de Gorbachev sobre o Ocidente se diversificou radicalmente, muito embora o líder soviético não tivesse a intenção de substituir o sistema vigente de orientação socialista. *O Novo Pensamento* fez duras críticas ao passado recente da União Soviética e ao regime de Stalin.

Desse modo, buscou romper com as hostilidades da Guerra Fria e a aceitação da União Soviética como um membro pleno do sistema internacional. Gorbachev acreditou em uma espécie de unidade global em que haveria contribuições de ambos os sistemas capitalista e socialista. Propôs a dissolução simultânea do Pacto de Varsóvia² e da OTAN e redefiniu o interesse nacional da União Soviética.

Em discurso pronunciado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 7 de dezembro de 1988, quando afirmou o seguinte: “*a liberdade é um princípio universal. não devem existir exceções*” (Gorbachev em JUDT, 2007, p. 601), Gorbachev acaba por renunciar à Doutrina Brejnev. Isto significava que a União Soviética não iria mais intervir nos Estados-satélites do Centro e do Leste da Europa caso eles se desvinculassem do comunismo e até de sua aliança com a União Soviética. Outro sinal de boa vontade em direção ao Ocidente foi o esforço para cessar o conflito no Afeganistão desde 1986, o que culminou com a retirada total das tropas soviéticas em 1989³.

Basicamente, a agenda da política externa de Gorbachev propunha compromissos e negociações multilaterais e tinha o interesse claro de fazer com que a União Soviética fosse respeitada pela opinião pública mundial e que isto levaria a uma nova comunidade global distinta da vigente, a qual apresentava uma rivalidade direta entre os dois polos. Gorbachev não objetivava a dissolução do modelo socialista, mas seu desenvolvimento e reformulação de tal maneira que o sistema internacional deveria fortalecer suas instituições globais para que os diferentes sistemas socioeconômicos coexistissem e cooperassem.

Em sua própria obra, intitulada *Perestroika*, Gorbachev descreveu sua nova abordagem a coexistência pacífica entre os Estados no sistema internacional:

Diferenças, certamente, ficam. Mas devemos duelar por elas? Não seria melhor passarmos por cima das coisas que nos dividem, no interesse de toda a humanidade pelo bem da vida sobre a Terra? Fizemos nossa escolha, assegurando uma nova visão política, tanto por declarações de compromisso quanto por realizações e feitos específicos. As pessoas estão cansadas da tensão e do confronto. Preferem a busca de um mundo mais seguro e confiável, um mundo no qual todos preservem suas próprias opiniões

² O Pacto de Varsóvia foi formado em maio de 1955. Firmado na capital da Polônia, o pacto estabeleceu uma aliança militar entre os países socialistas para fazer contraposição à OTAN, criada em abril de 1949. O Pacto de Varsóvia tinha como membros a Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Alemanha Oriental, Romênia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A partir de janeiro de 1991, com a saída da Tchecoslováquia, Hungria e Polônia, a aliança foi sendo dissolvida até o fim formal da União Soviética, em dezembro de 1991.

³ As primeiras forças soviéticas ocuparam o Afeganistão em dezembro de 1979, no contexto da Doutrina Brejnev e da Guerra Fria. As tropas se retiraram do país entre maio de 1988 e fevereiro de 1989, no então governo de Gorbachev.

filosóficas, políticas e ideológicas, assim como o seu modo de vida. (GORBATCHEV, 1986 *apud* KISSINGER, 2012)

A União Soviética passou a implementar medidas de desarmamento, retirada das tropas da Europa Ocidental e de outros países, seguindo seu argumento de que a doutrina militar deveria se tornar cada vez defensiva e insistiu na necessidade de dissolver blocos militares (TSYGANKOV, 2016). Desse modo, em 1987, Gorbachev informou aos líderes do Leste Europeu que Moscou já considerava a retirada das tropas de seus territórios e em 1988 anunciou a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Nesta mesma linha, Gorbachev apoiou recursos mais amplos para as forças de manutenção de paz e concedeu às Nações Unidas 200 milhões de dólares para manutenção de paz, que os antigos líderes haviam se recusado a apoiar desde 1973 (TSYGANKOV, 2016). No entanto, apesar de todos esses esforços, Gorbachev não encontrou nos líderes do Ocidente tanta cooperação para a segurança coletiva como se esperava.

A situação da União Soviética foi progressivamente piorando a partir de 1988. Houve uma desaceleração econômica e agravamento dramático do nível de vida da população. Os movimentos separatistas das repúblicas foram seguidos por um colapso da economia depois de 1989. A queda livre da economia soviética e não receptividade das ideias da política externa pelas nações Ocidentais levou a uma grande perda da confiança em Gorbachev e em suas ideias. O Pacto de Varsóvia chegou ao fim, mas a existência da OTAN persistiu, revelando que os líderes ocidentais não compartilhavam da visão de desmilitarização do líder soviético. Primeiramente, Gorbachev foi contra a entrada da Alemanha na OTAN, acabou cedendo um tempo depois, mas insistiu que as tropas da Organização não poderiam se deslocar a trezentos quilômetros a leste até a fronteira com a Polônia. Secretário de Estados dos Estados Unidos à época, James Baker, prometeu a Gorbachev em fevereiro de 1990 de que isto não ocorreria. Esta promessa foi mais tarde quebrada sem que Gorbachev nada pudesse fazer (JUDT, 2007).

Gorbachev, através de uma série de decisões unilaterais, abriu mão do uso potencial de armas estratégicas soviéticas. Assinou o tratado INF (Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty) entre a União Soviética e os Estados Unidos em 1987, que previa a eliminação dos mísseis balísticos e de cruzeiro de médio alcance. A assinatura do Tratado apareceu, neste contexto, como uma compensação limitada por parte dos

norte-americanos pela “boa vontade” soviética neste período final. As concessões realizadas por Gorbachev podem ser entendidas como um instrumento para cortar uma parte do gasto militar da União Soviética e redirecioná-los para a reforma da economia e auxiliar o país na crise por qual estava passando.

O processo de desintegração da União Soviética fez com que surgissem movimentos e correntes com posicionamentos distintos sobre o caminho a ser tomado. Os conservadores, por exemplo, defendiam a ideia de resistência do império soviético. Ieltsin, por sua vez, estava do lado dos ocidentalizantes liberais, que criticavam a União Soviética como um Estado hipercentralizado, como veremos adiante.

Em suma, Gorbachev pretendia renovar a identidade nacional da União Soviética, apresentar ao Ocidente um socialismo reformado e um Estado aberto ao mundo exterior e suas diversas discussões. No entanto, o líder soviético não obteve sucesso em suas reformas e seu projeto de transformação acabou por regredir em uma derrota nacional. Em 25 de dezembro de 1991, Gorbachev renunciou. Para o historiador Eric Hobsbawm, o fim da União Soviética representou uma baixa em toda a história da Rússia:

A destruição da União Soviética a reversão de quase quatrocentos anos de história russa, e a volta do país à era de antes de Pedro, o Grande (1672-1725). Como Rússia, sob um czar, ou como União Soviética, fora uma grande potência desde meados do século XVIII, sua desintegração deixou um vazio entre Trieste e Vladvostok que não existira antes na história moderna, exceto por pouco tempo durante a Guerra Civil de 1918-20: uma vasta zona de desordem, conflito e catástrofe potencial. Essa era a agenda para os diplomatas e militares do mundo no fim do milênio (HOBSBAWM, 1995, p. 479)

O geopolítico Zbigniew Brzezinski também fez alusão ao espaço pós-soviético

A desintegração no final de 1991 do maior Estado territorial do mundo criou um “buraco negro” bem no centro da Eurásia. Era como se o *heartland* dos geopolíticos tivesse sido subitamente arrancado do mapa global. Para a América, esta nova e desconcertante situação geopolítica representa um desafio crucial (BRZEZINSKI, 1997, p. 87).

1.2 A nova ordem internacional unipolar com o fim da Guerra Fria e maximização do poder dos Estados Unidos

A dissolução formal da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em dezembro de 1991 pôs fim a Guerra Fria e a um período de mais de quarenta anos de confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética em diversos campos, como no político, econômico, militar, de poder e influência. Ao fim da Guerra Fria não foi estabelecido entre as grandes potências nenhum princípio normativo, nem acordos sobre a paz e a guerra ou mesmo sobre novas leis internacionais. Tampouco entrou em discussão o funcionamento do novo sistema financeiro e internacional (FIORI, 2004).

A vitória dos Estados Unidos significava assim a vitória de suas ideologias, da defesa do livre-mercado e do sistema capitalista, bem como na ideia de um mundo globalizado. De fato, esta foi a retórica da política externa norte-americana ao fim do conflito. No entanto, como veremos ao longo deste tópico, os Estados Unidos prosseguiram na busca pela consolidação de um império mundial através de diversos meios, muito embora esse discurso só tenha sido proclamado de forma bastante clara a partir de 2001, após os atentados que atingiram os Estados Unidos em 11 de setembro. Sua vitória também significou a superioridade incontestável do país em nível econômico e militar.

Em fevereiro de 1991 foi deflagrada a Guerra do Golfo, ocasião em que os Estados Unidos tiveram a chance de demonstrar sua potente força militar e se pode constatar que já não existia mais no sistema internacional nenhum outro poder com a capacidade de questionar ou de limitar o exercício de sua vontade absoluta e arbitrária (FIORI, 2004).

Conforme assinalou Fiori (2007), já em 1993, o presidente norte-americano Bill Clinton passou a seguir a mesma orientação estratégica de política externa do presidente Bush (pai) logo após a Guerra do Golfo e do entendimento de que aquele século seria o “século americano”. Diante disso, os Estados Unidos prosseguiram com sua política de intervenção e expansionismo. Durante a administração de Clinton, os Estados Unidos realizaram 48 intervenções militares sob um discurso de paz através dos mercados globalizados contra 16 no período da Guerra Fria e de posição clara de confronto. Além do mais, a OTAN, uma aliança militar criada em 1949 na Guerra Fria e para a Guerra Fria não deixou de existir, muito pelo contrário, passou a se expandir em direção à

herdeira do status jurídico-internacional do antigo Estado inimigo, a URSS. O presidente Bush (pai), depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, antes mesmo da dissolução formal do bloco soviético, formulou uma nova doutrina estratégica para os Estados Unidos no sentido de uma “contenção preventiva universal”. Os Estados Unidos também não abrandaram suas políticas em relação à Cuba e mesmo sob a retórica do liberalismo e dos mercados globalizados proibiram as multinacionais norte-americanas de negociar com os cubanos⁴ a custo de severas penalidades.

Como assinalou Fiori:

O presidente Bush constituiu, em 1989, uma força-tarefa encarregada de delinear as bases do que deveria ser a nova estratégia mundial dos Estados Unidos, depois da Guerra Fria, presidida pelo secretário de defesa, Dick Cheney, e com a participação de Paul Wolfowitz, Lewis Libby, Eric Edelman e Donald Rumsfeld, além de Colin Powell. Foi com base no relatório deste grupo de trabalho que o presidente Bush (pai) fez um discurso frente ao Congresso Americano – em agosto de 1990- onde defendeu, pela primeira vez, uma política externa de contenção ativa de qualquer tipo de potência regional que pudesse concorrer com os Estados Unidos na sua própria região ou que pudesse aspirar algum dia o poder global, como havia sido o caso da União Soviética (FIORI, 2004. p. 96)

Neste sentido, é importante compreender porque, uma vez que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se dissolveu e deu lugar a uma Rússia bastante enfraquecida com metade de seu território e população, os Estados Unidos prosseguiram nesta estratégia de contenção da Rússia através da expansão da OTAN durante os anos 1990⁵.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lançaram um esforço de desenvolvimento em um complexo-militar-industrial-acadêmico (MEDEIROS, 2004), criando uma estrutura para a ciência e engenharia militar, bem como novas criações de armas e equipamentos. Este projeto envolvia um forte comprometimento com o setor acadêmico e de pesquisa norte-americano e buscou através da ciência obter perante ao resto do mundo uma superioridade militar. Esta estrutura envolveu a montagem de uma série de instituições destinadas a acelerar o progresso tecnológico do setor militar dos

⁴ A Lei Helms-Burton, de 1996, ampliava as sanções já existentes contra Cuba. O reforço no embargo contra os cubanos estabelecia que o presidente deveria encorajar outros países a restringir relações comerciais e de crédito com Cuba e penalidades severas às empresas norte-americanas transnacionais que estabelecessem negócios com os cubanos.

⁵ Nos capítulos dois e três trataremos essa questão da estratégia de contenção da Rússia pelos Estados Unidos a partir dos anos 2000, se utilizando de casos bastante específicos como as Revoluções Coloridas e as crises da Rússia com a Geórgia e a Ucrânia, bem como as recentes políticas de expansão da OTAN. Neste capítulo nos deteremos aos acontecimentos que delinearão esta estratégia no período dos anos 1990, durante o governo de Bóris Ieltsin.

Estados Unidos e acabou por se tornar um traço marcante da ciência e tecnologia do país com a montagem de um sistema de inovações e projetos notáveis.

Este empreendimento se deu desde o fim da Segunda Guerra, mas foi nos anos Reagan e do projeto “Guerra nas Estrelas”⁶ que ele alcançou seu ponto máximo e foi em grande parte capaz de fazer com que os Estados Unidos saíssem como país vitorioso da Guerra Fria. O fim do conflito com a União Soviética fez com que o orçamento de defesa se contraísse fortemente para voltar a crescer após o episódio de 11 de setembro de 2001. No entanto, assim como abordou Medeiros (2004) é importante compreender se a extinção da corrida armamentista e o enfraquecimento drástico de seu principal opositor no sistema internacional teve impacto no que foi o grande empreendimento industrial norte-americano desde o fim da Segunda Guerra Mundial e se a busca incessante por novas armas sofreu alguma solução de continuidade.

Neste sentido, é bastante interessante o argumento de Hossein-Zadeh sobre o militarismo norte-americano e sua dinâmica de funcionamento. Para Zadeh (2006), essa continuidade no uso da força militar dos Estados Unidos no sistema internacional tem importância vital para seu gigante complexo militar-industrial. Zadeh distingue a situação atual dos Estados Unidos (desde o fim da Segunda Guerra até os dias de hoje) com suas antigas intervenções:

Concern over the corrupting and destabilizing influences of a large military establishment was also a major reason why the Founding Fathers, despite their expansionist tendencies, opposed the idea of maintaining large standing armies during peacetimes. As George Washington put it, a large peace-time military establishment “hath ever been considered dangerous to the liberties of a country.” This antimilitarist tradition should not be confused with pacifism. What the earlier U.S. leaders opposed was not military, but militarism—not military force as a means to achieve economic and/or territorial gains but military establishment as an end in itself. Indeed, they frequently used military force in pursuit of economic, territorial, and geopolitical gains. But at the end of each conflict they scaled back the expanded war-time military force to its prewar level out of concerns that “standing armies in time of peace are inconsistent with the principles of republican governments, dangerous to the liberties of a free people, and generally converted into destructive engines for establishing despotism.” (ZADEH, 2006, p. 11-12)

Este complexo industrial norte-americano é formado por mais de oitenta mil empresas e que tem como centro o Pentágono, suas resoluções, orçamentos e gastos.

⁶ O Strategic Defense Initiative, que ficou popularmente conhecido como Guerra nas Estrelas, foi um programa militar norte-americano durante a presidência de Ronald Reagan. Em discurso, em 27 de março de 1983, o então presidente dos Estados Unidos, lançou o programa que tinha como pontos principais a pesquisa e desenvolvimento de sistemas antibalísticos e de rastreamento no espaço.

Esse robusto complexo, a partir da Segunda Guerra, passou a exercer um papel de suma importância na sociedade norte-americana, pois sua dimensão lhe confere influência sobre milhões de trabalhadores. Além disso, dados de 2002 apontaram que cerca de 350 universidades dos Estados Unidos conduziam pesquisas financiadas pelo Pentágono.

Apesar da contração nos gastos militares durante dos anos 1990, a estratégia de superioridade militar-tecnológica dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo prosseguiu. Neste sentido, a base da argumentação de Zadeh é de que:

- a) a maneira como a economia dos Estados Unidos se voltou para a guerra e seus empreendimentos fez com que o país seja um alto dependente de venda de armamento, ou seja, dependente do prosseguimento dos conflitos internacionais
- b) A dependência econômica de inúmeros cidadãos norte-americanos sobre os gastos militares e como esses gastos se tornaram vitais para o sustento e lucro destes cidadãos faz com que aja sempre a demanda pela venda de armamento.

Mesmo que na maioria das ocasiões sua retórica de política externa seja outra, como mencionamos no caso do presidente Bill Clinton, para Zadeh, *“a guerra se tornou um grande negócio para os Estados Unidos, o que os torna ainda mais perigosos”* (ZADEH, 2006, p. 18).

Este argumento nos leva a entender porque em nenhum momento, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos abandonaram sua estratégia de expansão e intervenção nos principais conflitos mundiais. O que está no centro desta discussão é a propriedade privada da indústria militar nos Estados Unidos, que teria sido a responsável por alterar de forma drástica a dinâmica entre a oferta e a demanda de armas. Há um interesse constante no lucro que este complexo produz e nos dividendos da guerra, de modo que, para este setor que tem uma enorme centralidade na economia dos Estados Unidos, a estabilidade e a paz no mundo não são interessantes porque significam a estagnação de suas vendas e de seus negócios.

Da retórica paz através dos mercados globalizados dos anos 1990, os Estados Unidos passaram a um discurso claramente imperial na entrada do século XXI, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. Além disso, neste mesmo período, a competição interestatal parece ter voltado ao centro das questões. Assim a volta da Rússia para os grandes assuntos internacionais, a expansão econômica da China e da Índia entre outros problemas, como a perda de legitimidade de suas ações no Oriente

Médio, têm feito com que os Estados Unidos tenham que lidar com novos dilemas. A busca da Rússia para o reestabelecimento e de sua antiga zona de influência e na reafirmação como potência regional tem entrado em confronto com interesses norte-americanos, que têm buscado entre outras coisas, diversificar o abastecimento energético da Europa e torná-lo assim menos dependente da Rússia. Como veremos nos próximos capítulos, os países tem divergido em importantes questões internacionais, como a crise na Ucrânia e o atual conflito na Síria.

1.3 A chegada de Ieltsin ao poder e a terapia de choque

Em 29 de maio de 1990, Bóris Ieltsin foi eleito como primeiro-ministro da República Soviética Federada Socialista Russa e desligou-se do Partido Comunista. Como presidente da Rússia independente, Ieltsin passou a ser o responsável direto pelas implicações da desmontagem do antigo bloco soviético, uma vez que a Rússia foi a herdeira do status jurídico internacional da União Soviética, assim como de seu arsenal atômico. A Rússia também foi uma sucessora natural da URSS nas Nações Unidas e até os dias de hoje é membro permanente de seu Conselho de Segurança com direito a veto.

No plano doméstico, o presidente da Rússia introduziu uma série de medidas para o estabelecimento da economia de mercado aos moldes ocidentais. O sistema político também se alterou com a promulgação de uma nova constituição que deu poderes extraordinários a Ieltsin em relação ao Congresso. No processo de transição para a economia de mercado na Rússia, a terapia de choque de Ieltsin nos anos 1990, constituiu uma linha de aprofundamento das reformas iniciadas por Gorbachev, em 1985. Esta estratégia adotou uma imediata eliminação no controle dos preços, rápida privatização das empresas e eliminação do Estado sobre suas decisões, elevados cortes nas despesas públicas, aperto na política monetária e rápida abertura comercial e financeira (MEDEIROS, 2008).

Segundo Lenina Pomeranz, a transformação sistêmica na Rússia foi intermediada por dois principais caminhos:

- 1) Privatizações das propriedades universalmente estatais do sistema anterior vigente, formando assim uma classe de proprietários privados para atuarem como agentes de mercado;
- 2) A estruturação de um sistema de gestão macroeconômica (a chamada terapia de choque) liberalizando os preços em quase sua totalidade, assim como a liberalização do comércio exterior. E assim foram criando as bases para a institucionalização dos instrumentos de funcionamento da economia de mercado, no qual estavam o sistema fiscal, os órgãos de execução da política econômica e os institutos legais básicos, como por exemplo, diversos códigos e normatização de atividades econômicas (POMERANZ, 2009).

Sobre as privatizações, Pomeranz também afirma que ela seguiu dois caminhos:

- 1) Numa primeira etapa, as privatizações foram feitas em massa, buscando assim o apoio político de toda a população. Nesta mesma fase, as privatizações acabaram por resultar na transferência da propriedade estatal e de suas diretorias para membros da *nomenklatura*;
- 2) Em uma etapa posterior, realizou-se um processo de barganha entre o governo e alguns banqueiros, que enriqueceram por múltiplas atividades durante a *perestroika* e na primeira fase de privatizações. Ainda nesta fase, foram concedidos empréstimos do governo e garantias de ações de grandes empresas em setores bastante estratégicos, como o de petróleo, metalurgia de ferrosos e não-ferrosos.

A visão de Ieltsin era de que a reforma econômica deveria ser radical e transformação para o sistema Ocidental deveria ser rápida e irreversível. Nesse conjunto de estratégia de reformas e impulso da economia da Rússia, havia o argumento de que o país deveria parar de se preocupar com as questões militares e com sua geopolítica e centrar seus objetivos e recursos na criação de uma economia e de um sistema político moderno. Na Rússia independente, foi expressa de forma absolutamente clara por Ieltsin e sua equipe a opção pelo capitalismo como um sistema de organização econômica e social. Enquanto em Gorbatchev se pensava na *perestroika* e na *glasnost* como forma de

reformular o sistema sem, contudo, romper totalmente com o modelo socialista, em Ieltsin, as reformas só teriam êxito com o fim do sistema antigo.

A parceria com o Ocidente e suas instituições multilaterais era vista como uma questão central para o sucesso das reformas. Era esperado que a Rússia fosse reconhecida como uma das nações Ocidentais para que deste modo as grandes potências enviassem ao país recursos necessários à transição econômica (LO, BOBO, 2015) Ieltsin chegou a afirmar que era propício ao próprio Ocidente conceder ajuda ao país e que o colapso da Rússia era também o colapso dos Estados Unidos. Para Ieltsin (TSYGANKOV, 2016):

Neste admirável mundo novo da interdependência econômica e predomínio institucional Ocidental, será necessário que a Rússia deixe de perseguir sua “grandeza”. Ao contrário, deve se preparar para uma diminuição relativa do Estado em um mundo pós-confrontação e tentar resolver seus problemas se unindo à “comunidade ocidental de nações civilizadas”.

Nos primeiros anos da terapia de choque de Ieltsin, a sociedade russa passou por uma diminuição drástica nos seus padrões de vida. Ygor Gaidar foi o chefe da reforma econômica na Rússia e estabeleceu um programa ambicioso baseado na assistência do FMI, Banco Mundial e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Em relação aos subsídios fornecidos às ex-repúblicas pela Rússia, estes foram cortados em julho de 1993. Logo em seguida, a Rússia começou a erguer barreiras de comércio que prejudicavam diretamente as ex-repúblicas (TSYGANKOV, 2016) Já em 1993, o índice de pobreza se situava em altos patamares e os serviços sociais entraram em colapso, bem como a estagnação do crescimento do setor industrial.

Por fim, a *perestroika*, do ponto de vista centralmente econômico, foi o início do desmonte do planejamento diretivo centralizado (POMERANZ, 2009) ou da economia centralmente planejada (BETTELHEIM, 1976), o que foi a característica marcadamente do sistema soviético por quase um século. Foi a partir daí que se criaram condições para o surgimento de novos proprietários dos meios de produção.

1.4 O novo conceito de interesse nacional

O novo conceito de interesse nacional formulado por Ieltsin e seu ministro de Relações Exteriores, Andrei Kozyrev, tinha como ponto central a integração da Rússia com as nações ocidentais e suas instituições como prioridade frente às relações com as ex-repúblicas soviéticas. De imediato, discutiu-se a retirada dos subsídios concedidos ao longo dos anos da extinta União Soviética à demais repúblicas que formavam o bloco. Na área de segurança, foi pensado a retirada militar de forma gradual, de modo a passar então a contar com a assistência de organismos internacionais, como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no caso de possíveis conflitos na região. Durante o governo Ieltsin o conceito da política externa se diversificou e passou por algumas inflexões, mas não apresentou nenhuma ruptura substancial com o pensamento pró-ocidental dos primeiros anos e prosseguiu com uma postura “ingenuidade” frente às posições do Ocidente (MAZAT & SERRANO, 2012). Para Sergunin, pode-se dividir nas seguintes fases a política externa do período Ieltsin:

1991-1993: fase formativa do conceito de política externa da Rússia. As novas elites político-militares tentaram apreender as novas realidades domésticas e internacionais e formular os interesses nacionais e as estratégias relevantes;

1994-1999: percepções mais precisas das ameaças à Rússia e de interesse nacional e segurança. Desenvolvimento de uma forma coerente de estratégias para a segurança nacional. A doutrina desta formulação foi implementada em 1997. (SERGUNIN, 2016, p. 136)

No âmbito da política externa de Ieltsin, a Comunidade de Estados Independentes perdeu o sentido de sua formação original. A CEI não era mais vista como um instrumento de integração e cooperação, mas um mecanismo que pudesse facilitar o processo de separação das repúblicas.

Na visão do ministro das Relações Exteriores, a integração às instituições ocidentais era mais importante. Sua visão era de que estas instituições eram o caminho principal para a resolução de conflitos para além do Ocidente, inclusive entre as ex-repúblicas soviéticas. Diferentemente de Gorbachev, que acreditava que a Rússia deveria cooperar com o Ocidente através de seu próprio modelo de organização

socioeconômico, Ieltsin e Kozyrev acreditavam que a Rússia deveria se tornar um membro do próprio Ocidente, isso a custo de sua própria identidade historicamente estabelecida. Na visão de Kozyrev, o Oriente foi associado ao atraso e ao autoritarismo em contraposição a “prosperidade” e “democracia” do Ocidente. Em março de 1992, houve uma tentativa de reaproximação com a China numa viagem que durou apenas trinta horas. A conclusão oficial da visita foi de que embora estivessem de acordo em elementos consideráveis, existiam abordagens diferentes em questões bastante significativas (TSYGANKOV, 2016) Como veremos no próximo capítulo, as relações com a China nos dias de hoje, com uma política externa mais assertiva de Vladimir Putin e Dmitri Medvedev, adquiriram outra dinâmica.

As reações das potências Ocidentais com as novas formulações de Ieltsin e Kozyrev não foram das mais entusiásticas. Já nos primeiros anos do governo de Ieltsin, o projeto de expansão da OTAN prosseguiu em direção às fronteiras da Rússia. Internamente, a política externa ocidentalista foi encontrando progressiva resistência dentro da classe política, que defendia um papel mais forte do Estado russo e o avivamento do *status* de grande potência (MANKOFF, 2009). Essa resistência se materializou através dos resultados das eleições legislativas de 1993, em que o resultado foi mais favorável aos partidos de viés nacionalista do que aqueles de cunho liberal.

O movimento ocidentalista começou a perder seu vigor no final de 1992 com a ausência de resultados práticos bastante visíveis. Nenhuma ajuda do Ocidente à Rússia foi capaz de atender às expectativas que Ieltsin e Kozyrev haviam criado. Os créditos e investimentos direcionados à Rússia foram demasiadamente baixos e não houve qualquer progresso de se aproximar da OTAN. Mesmo com a ausência de resultados no esforço de aproximação com o Ocidente e na captação de recursos para financiar as reformas de Ieltsin, a estratégia de integração com o Ocidente foi preservada e a busca pelo reconhecimento da Rússia como um membro pleno no novo sistema internacional pós- Guerra Fria prosseguiu.

Nas formulações de Ieltsin e Kozyrev, havia um desejo claro de integração a civilização ocidental, de modo que houve um grande esforço na adesão às organizações internacionais do Ocidente. Em junho de 1992, a Rússia aderiu ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Em julho deste mesmo ano, foi incluída no grupo do G-7 (LOMAGIN, 2007). No entanto, o progresso nas adesões em quaisquer organizações ocidentais ou outros tipos de mobilização para auxiliar a Rússia nesta estratégia não estava sendo satisfatória para o Kremlin. Além disso, outros países, como a Hungria,

Polónia e República Tcheca, receberam ajudas mais substanciais tanto em empréstimos quanto em Investimento Externo Direto que a Rússia entre os anos de 1990 e 1995 (TSYGANKOV, 2016).

A União Soviética foi uma grande produtora e exportadora de armas. Em seu esforço de se integrar rapidamente ao Ocidente, a Rússia perdeu bilhões de dólares em vendas de armas, abandonando mercados lucrativos e apoiando sanções do Ocidente contra a Líbia, o Iraque e a Iugoslávia. No caso da Iugoslávia, a Rússia apoiou tanto as sanções quanto os bombardeios das Nações Unidas. A Rússia retirou as tropas de Nagorno Karabakh⁷ e solicitou o envio de tropas da ONU para a região. Nesta mesma linha, se absteve em se envolver no conflito no Afeganistão.

Ainda na concepção de Kozyrev, a Rússia não tinha quaisquer interesses específicos na Ásia, a não ser em questões de segurança e que mesmo assim estas deveriam ser abordadas dentro do quadro institucional do Ocidente. Em 1992, o governo da Rússia decidiu criar forças armadas independentes e em 5 de março deste ano assinou a “Lei sobre Segurança da Federação Russa”. A lei estabelecia algumas estruturas institucionais para a segurança do país e o documento destacava não só aspectos de segurança militar, mas também questões econômicas, sociais e informacionais (SERGUNIN, 2016).

Em novembro de 1993 foi proclamada uma nova doutrina na política externa da Rússia. O Ministério das Relações Exteriores formulou um novo conceito que foi aprovado pelo Parlamento e por Ieltsin. Este conceito era mais abrangente do que a lei de 5 de março de 1992. A premissa básica do novo conceito era de que a política externa deveria satisfazer interesses nacionais fundamentais. Primeiramente, havia a necessidade de preservar a soberania, a independência e a integridade territorial da Rússia, reforçando sua segurança em todos os aspectos e sublinhando que o país deveria se estabelecer como uma nação livre e democrática e fornecer condições favoráveis para a formação de uma economia de mercado eficiente. E ainda, de acordo com o *status* de uma grande potência, entrar para a comunidade mundial (SAKWA, 2008).

A partir de então, ao menos em retórica, as ex-repúblicas foram colocadas como uma área de interesse geopolítico imediato e fazia parte das preocupações vitais do Estado russo. As eleições legislativas de dezembro de 1993 também contribuíram para a diversificação do conceito de interesse nacional, uma vez que os nacionalistas saíram vitoriosos. Logo após as eleições, Kozyrev falou em uma correção no conceito de

⁷ Nagorno Karabakh declarou independência do Azerbaijão em 1991, mas não possui reconhecimento internacional.

política externa e anunciou mudanças. Desse modo, foi declarado que a antiga região soviética era uma área de interesses vitais para a Rússia, bem como a presença militar onde a Rússia era tradicionalmente dominante. Sobre os objetivos militares, as considerações foram sobre a transformação do sistema de relações internacionais de um modelo bipolar para um baseado na cooperação multipolar, facilitando o controle das armas e o processo de desarmamento. Além disso, o potencial militar de cada Estado deveria estar em consonância com um novo padrão de desafios e ameaças e com um princípio de suficiência de defesa razoável. Por fim, a reforma militar deveria ser conduzida com base num conceito de segurança nacional e deveria levar em consideração o potencial econômico de cada país (SERGUNIN, 2016).

Ainda assim, o documento como um todo possuía uma maior ênfase no aspecto econômico que na política externa. Para Tsygankov (2016), essa mudança significou apenas uma reavaliação da estratégia da política externa ocidentalista em curso e foram apenas concessões que refletiram a alteração do equilíbrio de poder doméstico, mas não significou nenhum tipo de rompimento com a concepção formada nos primeiros anos do governo de Ieltsin. Sergunin (2016) também argumentou que embora o documentado tivesse diversificado sua retórica, no novo conceito não se identificava nenhuma ameaça séria à Rússia e no geral poderia ser considerado liberal e pró-ocidental.

Os defensores da política externa ocidentalista se valeram de vários argumentos para justificar a manutenção de suas políticas. Para eles, no campo econômico, a Rússia havia se transformado em uma colônia interna da União Soviética e tinha carregado um fardo ainda maior por ter sido um núcleo do império, diferente das outras repúblicas. Sendo a nação mais rica do bloco, teve de subsidiar as outras repúblicas, ao invés de usar suas fontes de energia (petróleo e gás) no mercado internacional. Nesta visão, era como se a Rússia servisse de locomotiva econômica para todo o bloco soviético e acabou sendo vítima de tal generosidade. Por fim, a dissolução do bloco soviético deveria ocorrer para o bem da própria Rússia. Os ocidentalistas também argumentaram de que era necessário reduzir ao mínimo possível a responsabilidade pela segurança e manutenção da ordem na área da extinta União Soviética (TSYGANKOV, 2016).

Conclui-se assim que várias prioridades nacionais foram sacrificadas a fim de adquirir reconhecimento dos líderes ocidentais que, por seu turno, estavam muito mais preocupados em um ressurgimento da Rússia no sistema internacional com ameaças à segurança do que proporcionar base material para a reconstrução da economia russa.

O que se pode constatar é que, neste primeiro momento, a política externa implementada por Ieltsin e Kozyrev fez muito pouco para realizar uma reforma institucional que pudesse ajudar na administração das ex-repúblicas soviéticas. O Estado também não se esforçou em amparar a população na difícil transição para o sistema capitalista. Logo nos primeiros anos do governo de Ieltsin houve uma alta na taxa de juros, colapso nos serviços sociais, aumento da pobreza e estagnação na maioria dos setores econômicos (TSYGANKOV, 2016). Enquanto isso, os investimentos ocidentais permaneceram escassos. Por um período de vários meses, a liderança russa não teve uma visão coerente e clara de sua estratégia de segurança futura e foi hesitante em manter um controle unificado sobre as estruturas militares da Comunidade de Estados Independentes (SERGUNIN, 2016). Além disso, os Estados Unidos e os principais países europeus se aproveitaram da política externa totalmente voltada a aceitação e inserção ao Ocidente para enfraquecer ainda mais a Rússia.

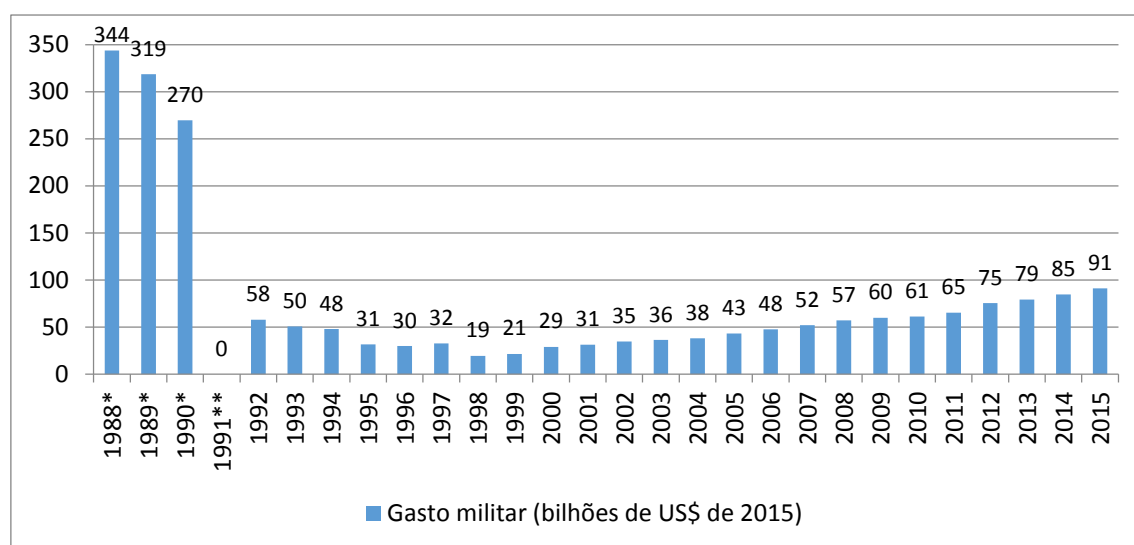
Dentre todos os gastos públicos, o gasto militar foi o que mais caiu em 1992, com a então Federação Russa. Em 1988, representava 15,8% do PIB da União Soviética e prosseguiu em queda de 1992 a 1998, chegando a atingir a taxa de 3,3% do Produto Interno Bruto da Rússia (ver Gráfico 1). As encomendas do Exército russo para as empresas que pertenciam ao complexo militar-industrial chegaram a níveis baixíssimos sendo praticamente paralisadas e sendo retomadas em grande escala no início dos anos 2000, já com Putin como presidente da Rússia (MAZAT & SERRANO, 2016).

Nos anos 1990, essas empresas passaram a depender essencialmente das exportações de armas para países não aliados dos Estados Unidos como a Índia ou a China. Algumas tentaram uma reconversão parcial na produção para o mercado civil, mas, sem grandes retornos, tanto por razões técnicas ligadas à militarização da própria estrutura produtiva quanto pela situação econômica complexa (DAVIS, 2002). Deste modo, o gigantesco complexo industrial-militar soviético encolheu de forma substancial. A produção do setor chegou a cair cerca de 80% entre os anos de maior atividade no fim da década de 1980 e 1998, quando perdeu mais dos dois terços de seus funcionários (IZYUMOV & KOSALS, 2011).

Ainda assim, a Rússia conseguiu algumas conquistas na questão militar. Primeiramente, a Federação Russa conseguiu ser a única potência nuclear do espaço da extinta União Soviética, de modo que todo o seu arsenal nuclear e estratégico acabou então sendo controlado pela Rússia. Inclusive com o apoio dos Estados Unidos, que estavam preocupados com uma possível proliferação de armas nucleares em outras ex-

repúblicas da União Soviética. Desta maneira, a Rússia conseguiu ao menos conservar o *status* de potência nuclear e, *a priori*, sua capacidade de dissuasão. Cabe lembrar que o governo de Boris Ieltsin concentrou seus esforços orçamentários para o Exército na preservação parcial da capacidade da força nuclear russa (ECKERT, 2004, p. 12).

Gráfico 1—GASTO MILITAR DA URSS E DA FEDERAÇÃO RUSSA (1988-2015)



*URSS ** dados não disponíveis

Fonte: SIPRI (em MAZAT & SERRANO, 2016).

E esta política de queda nos gastos militares durante o período de Ielstin foi sempre justificada por uma orientação liberal de necessidade de corte de gastos, mas também por não haver mais a necessidade de manutenção de forças armadas no mundo pacificado com o fim do confronto assistido nos anos da Guerra Fria.

Faz-se interessante a colocação de Mazat e Serrano (2012) no uso do termo “ingenuidade” por parte dos dirigentes russos quando se analisa pelo viés das políticas empregadas pelos Estados Unidos durante todo o decorrer dos anos 1990. De fato, logo após o fim do conflito, houve uma comemoração pela força da ideologia da globalização, com a crença no fim da história, das fronteiras nacionais e mesmo das guerras (FIORI, 2007). Mas, vemos que a realidade foi outra. Durante os anos em que governou os Estados Unidos, o presidente Bill Clinton (1993-2001) empreendeu os Estados Unidos em 48 intervenções militares, contra 16 do período da Guerra Fria (BACEVICH, 2002).

Incluindo os ataques à Somália em 1992, 1993; o bombardeio da Bósnia nos Balcãs, em 1995; o bombardeio do Sudão em 1998; a guerra do Kosovo, na Iugoslávia, em 1999; e o bombardeio quase constante do Iraque, entre 1993 e 2003. Além disto, foi o presidente Bill Clinton que anunciou, em fevereiro de 1998, ao lado do primeiro ministro inglês Tony Blair, a nova Guerra do Golfo ou do Iraque, que acabou sendo protelada até o ano de 2003. O que demonstra uma extraordinária continuidade política e estratégica dos Estados Unidos depois de 1991 (FIORI, 2004, p. 97).

Fiori ainda aborda com mais clareza essa continuidade na política e estratégia dos Estados Unidos e a respeito da retomada por Clinton nos anos 1990 de uma política externa executada por Bush (pai) nos anos da Guerra Fria:

O próprio período Clinton-que foi o auge da utopia igualitária- seguiu, depois de 1993, a mesma orientação estratégica que vinha sendo abordada pelo governo Bush, depois do fim da Guerra do Golfo, ambos convencidos de que o novo século deveria ser “século americano” global. Durante os oito anos de seus dois mandatos, a administração Clinton manteve um forte ativismo militar, apesar de sua retórica a favor da “convivência e integração pacífica dos mercados nacionais.” (FIORI, 2007, p. 87-88).

A esta posição dos Estados Unidos num mundo unipolarizado, Fiori associa suas principais políticas que visavam a contenção da Rússia:

Quando se olha a década de 1990, do ponto de vista deste projeto imperial e de seu expansionismo militar, muito antes dos ataques terroristas, compreende-se melhor a rapidez e as intenções geopolíticas da ocupação americana dos territórios fronteiriços da Rússia, que haviam estado sob influência soviética até 1991.

E assim descreve de forma mais detalhada os movimentos norte-americanos ao longo dos anos 1990 em direção às fronteiras da Rússia:

O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela “pacificação” dos Balcãs e chegou até a Ásia Central e o Paquistão, ampliando as fronteiras da OTAN, mesmo contra o voto dos europeus. Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo “cinturão sanitário”, separando a Alemanha da Rússia e a Rússia da China, e sobre a existência de um novo poder militar global, com controle centralizado de uma infraestrutura mundial de poder, com mais de 700 bases ao redor do mundo. (FIORI, 2007, p. 88).

Portanto, o que se pode concluir é que a insistência da Rússia num alinhamento com o Ocidente e seus organismos internacionais, bem como o abandono de um projeto de segurança na sua tradicional zona de influência à época da União Soviética, foi seguido, de forma imediata, por políticas norte-americanas de influência nessa região e na incorporação de países desta zona na OTAN.

1.5 A leve inflexão com Primakov frente ao Ministério das Relações Exteriores

No início do governo de Ieltsin, Yevgeny Primakov esteve a frente do Serviço de Inteligência Externa e fazia parte de uma coalização que unia muitos ex-gerentes de empresas soviéticas, burocratas estatais e membros de serviços militares e de segurança. Para os membros dessa coalização, não havia esperança na capacidade de integração da Rússia com o Ocidente. Acreditavam no papel do Estado na preservação da segurança e na realização de uma reforma econômica menos dolorosa (TSYGANKOV, 2016).

No final de 1995, Andrei Kozyrev foi afastado do cargo de ministro das Relações Exteriores e foi substituído por Primakov. O primeiro anúncio de Primakov foi de que a área da extinta União Soviética se tornaria a prioridade da política externa russa, ao invés da posição pró-ocidente de Kozyrev, quando a crença numa parceria natural com o Ocidente foi um fator preponderante na condução da política externa da Rússia, em detrimento das relações com as ex-repúblicas soviéticas e com o Ocidente.

A corrente estatista defendida por Primakov teve um progressivo avanço institucional. O assessor do presidente Ielstin, Sergei Stankevich chegou mesmo a entrar em conflito com Kozyrev em alguns pontos da política externa pró-ocidente. Na visão de Stankevich, a Rússia era a ponte cultural entre a Europa e a Ásia e insistia que o país precisava atuar diretamente na defesa dos direitos étnicos dos russos nas ex-repúblicas soviéticas. Primakov conseguiu então preservar o uso da base naval de Sebastopol pela Rússia, assinando um acordo com a Ucrânia em 1997 que permitia à Rússia o uso da base pelos próximos vinte anos (MAZAT & SERRANO, 2012). Como se sabe, a base naval de Sebastopol tem uma importância estratégica para a Rússia, pois é através dela que a frota russa tem acesso ao mar Negro.

Primakov passou de um apoio incondicional da Rússia ao Ocidente a uma posição mais assertiva dos interesses nacionais russos. Defendeu a ideia da retomada de

influência na área da extinta União Soviética, bem como tentativas de aproximação com a Índia e com a China para contrabalançar a influência internacional dos Estados Unidos. Neste sentido, assinou com o Brasil em 1997 a criação da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), que previa iniciativas em diversas áreas de cooperação, como comercial, energética, técnico-militar e científico-tecnológica (SEGRILLO, 2011).

Porém, as tentativas de Primakov foram muito tímidas e não se materializaram em qualquer mudança significativa na realidade da posição geopolítica da Rússia àquela época. E mesmo fazendo oposição ao avanço da OTAN em direção às fronteiras da Rússia, foi nesse mesmo período que Primakov assinou o Ato Fundador. O Ato Fundador sobre as Relações, a Colaboração e a Segurança Mútua entre a Rússia e a OTAN foi assinado no dia 27 de maio de 1997, em Paris. De acordo com o documento, a partir de então a Rússia e a OTAN não se consideram mais adversárias e se comprometiam a construir juntas uma paz duradoura na região euroatlântica (ROUBINSKI, 1997). Desta maneira, a Rússia de admitia a entrada na OTAN de países que haviam pertencido a antiga esfera de influência da União Soviética, como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca.

Na cerimônia de assinatura do Ato Fundador, Ieltsin mais uma vez expressou seu sentimento de confiança com o Ocidente ao mencionar em seu discurso o desejo de um compromisso formal da OTAN para que não houvesse a implantação de armas nucleares no território de seus novos Estados-membros na Europa Central e Oriental. No entanto, o pedido de Ieltsin não foi respeitado pelos Estados Unidos e pela OTAN e estes últimos iniciaram um projeto de instalação de um escudo antimíssil nesta antiga zona de controle da União Soviética.

Desta maneira, a postura mais assertiva de Primakov frente às questões internacionais de interesse da Rússia significou apenas uma leve inflexão na retórica da política externa da Rússia sem a capacidade de influenciar na tomada de decisões das grandes potências, sobretudo em questões sobre a segurança europeia. Ao longo dos anos 1990, o país passou por um progressivo enfraquecimento energético e militar. A Rússia é uma fornecedora mundial de energia e possui um papel protagônico relacionado às questões de segurança internacional. Sua localização territorial entre o Ocidente e o Oriente lhe confere uma posição estratégica e o volume de suas reservas de petróleo são inferiores apenas aos países do Oriente Médio (POMERANZ, 2009). No entanto, durante o governo de Bóris Ieltsin, o potencial geopolítico que a Rússia havia

herdado da União Soviética não foi explorado para restabelecer uma zona de segurança em torno de seu território. Muito pelo contrário, houve um enfraquecimento do poder da Rússia em várias instâncias e uma espécie de cooperação unilateral com o Ocidente (MAZAT & SERRANO, 2012).

No tocante ao setor militar, a Rússia estabeleceu tratados internacionais de desarmamento. O START I (Tratado de Redução de Armas Estratégicas) que foi assinado antes do fim formal da URSS, em julho de 1991 entrou em vigor a partir de 1994. Posteriormente, um novo acordo, que viria a ser o START II, já sob as presidências de Clinton e Ieltsin, e visava o aprofundamento dos objetivos estabelecidos no START I, foi assinado em 1992. O START II chegou a ser ratificado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1996 e pela Duma 2000, mas nunca chegou a entrar de fato em vigor.

Conforme anteriormente mencionado, a Rússia é uma fornecedora mundial de recursos energéticos, que lhe confere um papel altamente estratégico no sistema internacional. Como assinalou Mazat e Serrano, também fez parte da estratégia dos Estados Unidos de enfraquecimento da Rússia durante os anos 1990 no que tange a sua capacidade de abastecimento de gás e petróleo à Europa.

Deste modo, os norte-americanos pretendiam diminuir a dependência da Europa Ocidental ao gás da Rússia⁸ e evitar que os russos obtivessem o monopólio da comercialização dos recursos energéticos advindos dos países da Ásia Central. Assim:

Os Estados Unidos e seus aliados europeus conseguiram, assim, desenvolver nos anos 1990 novas rotas que transportassem o gás e o petróleo das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central sem passar pelo território russo. Os projetos Baku-Tblissi-Erzurum (BTE – em inglês, South Caucasus Pipeline) e Baku-Tblissi-Ceyhan (BTC) inseriram-se nesta estratégia. O BTE permitiu trazer para os mercados ocidentais o petróleo do Azerbaijão, sem passar pela Rússia. O BTC, também chamado South Caucasus Pipeline, transporta o gás do Azerbaijão para a Turquia. (MAZAT & SERRANO, 2012, p.21)

Portanto, o que pode ser observado, é que ao longo dos anos 1990, a Rússia passou por um processo progressivo enfraquecimento geopolítico na tentativa de aproximação com o Ocidente através de sua política externa. Ao passo deste enfraquecimento, os Estados Unidos prosseguiram com uma política de intervenção e expansionismo, fazendo diversas demonstrações de força em todo o globo. No próximo

⁸ No próximo capítulo, será abordado de forma mais detalhada a partir dos escritos de Brzezinski a linha central que os Estados Unidos deveriam seguir para promover a diminuição desta dependência, bem como os volumes atuais de comércio de gás e petróleo da Rússia para a Europa e questões sobre o trânsito dos oleodutos e dos gasodutos da Ásia Central que passam pelo território russo.

capítulo, abordaremos a mudança de paradigma interno da Rússia com a chegada de Vladimir Putin à presidência em paralelo a uma mudança na retórica da política externa norte-americana.

Capítulo 2- Putin e a reconstrução geopolítica da Rússia: das tentativas de associação ao confronto indireto

A realidade geopolítica russa a partir dos anos 2000 vem sendo marcada por fortes alterações de estratégia e inserção internacional que acompanhou a mudança de paradigma no quadro político interno e foi se afastando cada vez mais da postura da Rússia frente aos dilemas internacionais no período da presidência de Boris Ieltsin.

Atualmente, a Rússia é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, faz parte dos BRICS⁹, é detentora do segundo arsenal atômico do mundo (SIPRI, 2016) e maior fornecedora de gás para a Europa, sendo suas fontes energéticas altamente estratégicas e responsáveis por crescentes ganhos econômicos. Em 2007, depois de nove anos de crescimento econômico acelerado, a economia do país já havia superado o nível de PIB atingido em 1991 (MAZAT & SERRANO, 2013). A alta do preço internacional do petróleo deu à Rússia uma capacidade financeira que permitiu ao Estado se engajar em políticas que ampliaram seu poder de intervenção e ação em conflitos internacionais e assim a Rússia realizou intervenções militares em conflitos bastante estratégicos, como na Síria e na Crimeia. O país é hoje o maior Estado territorial do mundo com grande capacidade militar.

Neste capítulo, iremos abordar a chegada de Vladimir Putin a presidência da Federação Russa, as mudanças de ordem política e econômicas por quais o país passou e, sobretudo, a mudança gradativa da retórica em sua política externa até chegar a

⁹ Ao final de 2001, um estudo da Goldman Sachs afirmou que o Brasil, a China, a Índia e a Rússia poderiam estar até 2050 entre as economias mais importantes do planeta. Em 16 de junho de 2009, os líderes destes países realizaram uma primeira reunião, na Rússia. Desde então, o grupo tem tomado medidas para aumentar a cooperação política realizando cúpulas anuais, além de diversos encontros em nível subnacional como, por exemplo, as reuniões entre bancos de desenvolvimento, institutos de estatística e ministérios da saúde. Em 2011, foi admitida no grupo a África do Sul como membro integral e o grupo passou a se chamar BRICS ao invés de BRIC. Os cinco países possuem algumas semelhanças, como grande extensão territorial, expressiva população e um histórico recente de transformações socioeconômicas. Ainda assim há enorme diferença entre eles, tais como suas estruturas econômicas, seus estágios de desenvolvimento tecnológico, a participação no comércio internacional, a forma como lidam com suas vastas biodiversidades e a questão da democracia e o poder militar. Em 15 de junho de 2014, na sexta cúpula do grupo, em Fortaleza, no Ceará, os países assinaram um acordo que oficializava a criação de seu próprio banco de desenvolvimento, que havia sido proposta em um encontro em 2012, na África do Sul. Fonte: BRICS Policy Center. Disponível em: http://bricspolicycenter.org/homolog/sobre_os_brics

posição de hoje, quando a Rússia principal país contestador da hegemonia e das ações dos Estados Unidos no sistema internacional.

Na primeira seção, iremos tratar a chegada de Putin ao poder, depois da renúncia de Ieltsin (31 de dezembro de 1991) e, posteriormente, sua eleição através do voto direto, em 26 de março de 2000. Abarcando assim determinados aspectos internos, como a recentralização do poder na Rússia e o fortalecimento da economia guiado pelo Estado. Na segunda seção, abordaremos a tentativa da Rússia de associação com o Ocidente e a cooperação com os Estados Unidos, sobretudo após os ataques sofridos pelos norte-americanos em 11 de setembro de 2001.

Na última e terceira seção, serão analisadas as primeiras mudanças na retórica da Rússia, com o episódio das Revoluções Coloridas e, como a partir daí, a Rússia passou a ter um discurso de contestação do poder e das ações dos Estados Unidos no sistema internacional até o conflito russo-georgiano, quando a Rússia utilizou pela primeira vez o uso da força militar no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria e a dissolução do bloco soviético.

Por fim, é objetivo deste capítulo é demonstrar primeiramente a mudança de paradigma no quadro interno da Rússia e como esta mudança possibilitou que posteriormente o país se engajasse em ações militares (no capítulo 3 cada uma dessas ações, a saber, na Geórgia, na Crimeia e na Síria, serão tratadas de forma detalhada). Posto isso, demonstrar que a mudança na posição geopolítica da Rússia a partir dos anos 2000 foi se alterando gradativamente frente a questões como, por exemplo, as Revoluções Coloridas e que a postura de contestação das ações dos Estados Unidos não foi automática e nem estava pré-determinada com a mudança política interna inicial, mas sim esteve pautada em argumentos práticos e objetivos.

2.1 A reafirmação geopolítica da Rússia no espaço soviético e a reconstrução do Estado russo

Vladimir Putin foi eleito presidente da Federação Russa depois de ocupar o cargo de primeiro-ministro de Bóris Ieltsin. Em dezembro de 1999 assumiu o cargo de presidente interino após a renúncia de Ieltsin e, posteriormente, em 26 de março de 2000, foi eleito através do voto direto presidente da Federação Russa. A agenda de campanha de Putin tinha promessas de mudanças essenciais na inserção geopolítica da

Rússia em relação aos anos 1990. Isto porque o bombardeio na Sérvia em 1999, que ocorreu sob forte oposição da Rússia e sem consulta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, trouxe para o centro das discussões internas a questão da segurança internacional. Mas, é de fundamental importância ressaltar que a mudança de paradigma na política interna da Rússia não se materializou automaticamente numa postura de contestação do poder e das ações norte-americanas e de outras potências no sistema internacional. Ao longo de todo este capítulo nós mostraremos como a estratégia da Rússia se altera de forma progressiva às ações que os Estados Unidos empregam de forma direta através da OTAN e de forma indireta através da União Europeia na área da antiga União Soviética. Desta forma, buscamos nos contrapor a determinadas abordagens que buscam explicar que a posição da Rússia frente aos dilemas do sistema internacional se deve a perfil dos russos, ou a um “espírito russo”.

Para Andrei Shleifer e Daniel Treisman, os funcionários e comentaristas dos Estados Unidos costumam recorrer à psicologia para explicar o comportamento da Rússia no sistema internacional. Assim, os norte-americanos têm afirmado que a Rússia age com orgulho ferido e que os russos são impulsivos, emocionalmente instáveis e muitas vezes paranoicos. E ainda afirmam que a Rússia tem atacado seus vizinhos na tentativa de cauterizar as feridas da história recente e reavivar seu sentido de grandeza (SHLEIFER & TREISMAN, 2011).

Segundo os dois autores:

Over the last 20 years, the United States has repeatedly tried the psychological approach to Russia policy in different variations. There is no evidence that this has helped Washington achieve its objectives. Rather, it has irritated and antagonized Russian leaders without making their behavior any more amenable to U.S. goals. This approach is based on a deep misunderstanding of Russian motivations. Of course, the country's leaders would like to be treated with respect. It is also true that many Russian citizens feel diminished by the fall in their country's status and that the Kremlin's rhetoric often speaks to this frustration. However, the real reason the United States finds Russia so uncooperative lies not in psychology but in objective calculations of national interest. (SHLEIFER & TREISMAN, 2011)

De imediato, Putin buscou internamente a recentralização do poder na Rússia e a reafirmação de um projeto de desenvolvimento nacional. Reformas substanciais foram implementadas com o objetivo de recentralizar o poder que havia se dissolvido pelas regiões ao longo dos anos 1990. Deste modo, Putin conseguiu recentralizar as competências fiscais econômicas (SAPIR, 2007). Setores estratégicos, como o de recursos energéticos e a indústria militar foram reestatizados, rompendo com o viés

marcadamente liberal dos anos de Ieltsin e as privatizações, quando houve uma forte influência de grupos financeiros e oligarquias econômicas nestes setores (POMERANZ, 2005). Putin tomou uma série de medidas políticas que pudessem unir os interesses nacionais, exercendo grande influência no Parlamento russo, de modo que pudesse garantir a aprovação de leis. Através de meios jurídicos, o governo de Vladimir Putin conseguiu expropriar empresários que tinham se beneficiado de forma ilegal nas privatizações dos anos 1990. Houve uma pressão para que estes empresários vendessem suas participações em algumas empresas nacionais em setores estratégicos da economia russa. Deste modo, várias empresas que pertenciam a estes setores voltaram a ser estatais e passaram a ser usadas ativamente como instrumentos de política econômica. Essa estratégia visava o aumento da participação do Estado nas empresas de energia, sobretudo nas mais importantes como a Rosneft¹⁰ e a Gazprom¹¹ (SCHUTTE, 2011).

A reestatização dos setores energético e militar foi responsável por dar uma nova dinâmica à economia russa e à sua recuperação, depois da desastrosa política econômica dos anos 1990. De modo que a nacionalização das armas e da energia fez parte de uma estratégia central de política econômica do Estado russo (MEDEIROS, 2008). A tributação das exportações e matérias-primas (em particular gás e petróleo) gerou receitas fiscais para o Estado russo que permitiram o aumento do gasto público, a remonetização da economia, permitindo uma expansão do consumo e do investimento que garantiu a retomada do crescimento econômico (MAZAT & SERRANO, 2013). De certo modo, esse modelo de desenvolvimento se assemelhou com o histórico da Rússia de desenvolvimento guiado pelo Estado¹². O Estado russo também se empenhou na construção de dutos e nas negociações de contratos de longo prazo com países consumidores de energia. Além disso, não houve a renovação de acordos de partilha de

¹⁰A Rosneft é líder da indústria de petróleo da Rússia e maior empresa de petróleo de capital aberto do mundo. As principais atividades da Companhia incluem prospecção e exploração de depósitos de hidrocarbonetos, petróleo, gás e produção de gás-condensado, projetos offshore a montante, processamento, bem como petróleo, gás e marketing de produtos na Rússia e no exterior.

A Companhia está incluída na lista de empresas estratégicas e organizações da Rússia, a maior acionista da Companhia (69,50% do capital). Disponível em: https://www.rosneft.com/about/Rosneft_today/

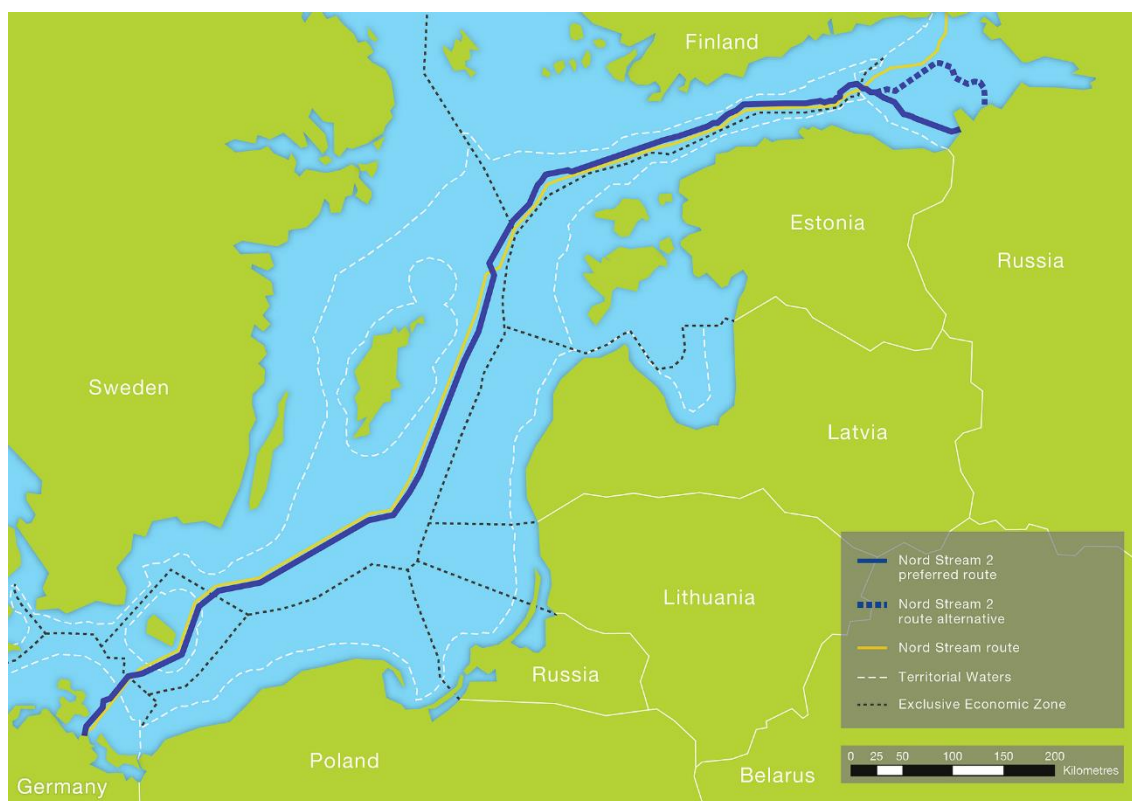
¹¹A Gazprom é uma empresa de energia global com foco em exploração geológica, produção, transporte, armazenamento, processamento e venda de gás, condensado de gás e petróleo, as vendas de gás como combustível para veículos, assim como a geração e comercialização de calor e energia elétrica. A Companhia possui o maior sistema de transporte de gás do mundo, com um comprimento total de 171,2 mil quilômetros. Gazprom vende mais de metade de seu gás aos consumidores russos e exporta gás para mais de 30 países dentro e fora da antiga União Soviética. Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/>

¹²Luís Manuel Fernandes aborda a questão histórica da Rússia de condução do desenvolvimento guiado pelo Estado, como os primeiros surtos modernizantes nos períodos dos czares e a economia centralmente planejada no período soviético. FERNANDES, L. *“Do capitalismo tardio ao socialismo real”*. In: FIORI, J.L. Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

produção com as empresas Ocidentais na maioria dos campos de petróleo mais lucrativos, como na Sibéria e no Extremo Oriente (TSYGANKOV, 2014).

Um dos projetos da construção de novos dutos foi o de Nord Stream, divulgado em 2005 e que passou a operar a partir de 2011. Frente ao consórcio Nord Stream estiveram as empresas energéticas Gazprom (Rússia), a Wintershall, (Alemanha), a E.ON Ruhrgas (Alemanha), uma unidade da E.ON, a NV Nederlandse Gasunie (Holanda) e a GDF Suez (França). Nos dias de hoje, está em discussão a construção do Nord Stream 2, que excluiria a Ucrânia da rota de gás da Rússia para a Europa, passando pelo Báltico e chegando a costa da Alemanha. Políticos alemães, incluindo Angela Merkel, dão apoio ao projeto. Segundo eles, o gasoduto vai permitir evitar os riscos de trânsito que Europa enfrentou em 2006 e 2009 durante as disputas entre a Rússia e a Ucrânia. Além disso, a Alemanha é um importante parceiro comercial da Rússia e busca fazer acordos bilaterais com os russos fora do âmbito da União Europeia (KANET, 2011), embora suas relações tenham adquirido certa piora depois da anexação da Crimeia pela Rússia.

Mapa 1: O projeto de Nord Stream 2



Fonte: Nord Stream Project (2016). Disponível em: <https://www.nord-stream2.com/>

2.2 A tentativa frustrada de cooperação da Rússia com os Estados Unidos e seus aliados no início da presidência de Putin

No início do primeiro mandato do presidente Putin a visão do Kremlin era de que a Rússia deveria obter o reconhecimento de seus interesses pelo Ocidente através de um desenvolvimento preferencial da economia e a criação de laços políticos com o Ocidente (TSYGANKOV, 2014). Graças ao crescimento da demanda internacional por recursos energéticos, bem como pelo aumento de seus preços internacionais, a energia tornou-se o esteio da economia russa e uma ferramenta potente na sua política externa. Um estudo sueco apontou que entre 1991 e 2006, a Rússia usou o comércio de energia para fins políticos em cinquenta e cinco ocasiões (OLDBERG, 2011), nesse sentido haveria uma continuidade na adoção de algumas medidas entre os anos 1990 e 2000.

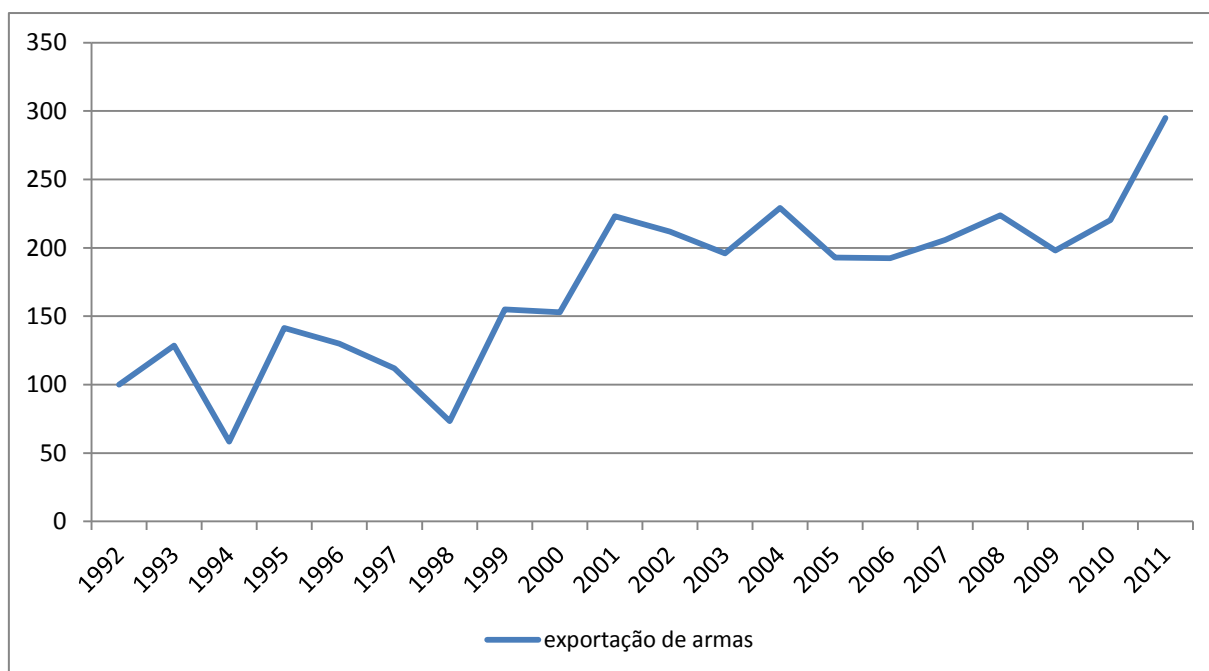
Veremos adiante que o conceito de política externa do Kremlin se diversificou em 2008, com a chegada de Dmitri Medvedev à presidência da Rússia e em 2013, após a reeleição de Vladimir Putin. Mas não houve nenhuma mudança absolutamente relevante na condução da política externa implementada pelos dois líderes. Tanto Putin quanto Medvedev chamaram o mundo para a multipolaridade e alertaram para o perigo da unipolaridade no sistema internacional centrada nos Estados Unidos. Em ambos, o desenvolvimento econômico também foi visto como um meio para um fim. A Rússia também exporta armas e é de certa forma “privilegiada” pelas sanções a alguns países (OLDBERG, 2011). De modo que tem vendido armas para a Índia, China (a China é sancionada pelos Estados Unidos e pela Europa na compra de armamento desde 1989), para o Irã (sancionado desde 1979 pelo Ocidente), Sudão e Coreia do Norte. A Nicarágua e a Venezuela também possuem acordos sobre o comércio de armas com a Rússia e talvez isso possa explicar o reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e da Abecásia pelos dois países.

Ao longo dos anos 1990, as vendas de armas para a China foram essenciais para a sobrevivência do complexo militar-industrial russo (LO, BOBO, 2008). Nos anos 2000, a Rússia prosseguiu sendo a maior fornecedora de armas modernas para os chineses. Mais recentemente, houve transferência de tecnologia militar da Rússia para a produção de novas armas na China (LEÃO, MARTINS & NOZAK, 2011). A Rússia também é grande fornecedora de armas para países que querem manter sua

independência em relação aos Estados Unidos, como a Índia¹³. Assim, a Rússia tem vendido armas para países que sofrem embargo sobre armas por parte dos norte-americanos, como a China¹⁴, a Venezuela¹⁵ ou o Irã (ver gráfico 2).

Gráfico 2

Exportações de Armas da Rússia em dólares constantes de 1990 (índice 1992=100) entre 1992 e 2011.



Fonte: SIPRI (2012)

O combate ao separatismo na Chechênia, importante produtora de petróleo, também esteve no centro das questões do novo governo. A declaração de independência da Chechênia ocorreu em 1991 e depois disto duas guerras se seguiram, em 1994 e 1999, de modo que na entrada dos anos 2000, quando Putin assume a presidência da Federação Russa, o conflito persistia e a Rússia foi alvo de uma série de ataques terroristas por parte dos separatistas chechenos. Quando ocorreu o atentado na escola de

¹³ A Rússia é a maior fornecedora de armas para a Índia desde 1959. Existem entre os dois países programas de transferência tecnológica para certos equipamentos militares (CRANE *et. al.*, 2009, p. 77)

¹⁴ A Rússia vendeu cerca de U\$ 22 bilhões em armas à China entre 1999 e 2008 (LEÃO, MARTINS & NOZAKI, 2011, p. 220).

¹⁵ A Venezuela assinou com a Rússia uma série de acordos para o fornecimento total de U\$ 2 bilhões em armas, em 2006. A Rússia oferece, também, assistência técnica ao exército venezuelano (CRANE *et. al.*, 2009, p. 80)

Beslan¹⁶, entre os dias 1º e 3 de setembro de 2004, a Rússia chegou ao mais próximo de uma postura mais assertiva, declarando publicamente que poderia retaliar a Arábia Saudita pelo apoio dado aos separatistas, mas é certo que não se pode identificar neste primeiro momento do governo Putin nenhuma postura de agressão e nem de contraposição direta às políticas ocidentais. Após o ocorrido em Beslan, Putin centralizou ainda mais o poder na Rússia. Governadores locais passaram a não serem mais eleitos pelo voto direto, mas sim nomeados pelo próprio presidente e confirmados pelos órgãos legislativos locais. Houve também a criação de vários distritos federais chefiados por enviados da presidência Além disto, nestes distritos há enviados que influenciam nas decisões do governo e controlam a estrutura de poder local, incluindo militares, policiais e promotores (TSYGANKOV, 2014).

Quando os Estados Unidos sofreram os ataques terroristas em 11 de setembro de 2001, o presidente Putin prestou solidariedade aos norte-americanos e apoiou logo em seguida a invasão do Afeganistão e a chamada luta norte-americana de guerra ao terror, aprovando resoluções no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas e fazendo parte da coalizão antiterrorista internacional. Putin foi o primeiro chefe de Estado a fazer um telefonema para o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, após os ataques. No telefonema, Putin expressou solidariedade ao povo norte-americano. Em 15 de novembro de 2001, Putin visitou os Estados Unidos e o local das Torres Gêmeas e deixou a seguinte mensagem no Memorial Wall¹⁷: *“me curvo às lembranças das vítimas e admiro a coragem dos nova-iorquinos. A grande cidade e a grande nação americana irão vencer”*¹⁸. Logo após os atentados, Putin também realizou uma reunião de emergência algumas horas depois dos atentados aos Estados Unidos iniciando rapidamente consultas com os países ocidentais e com os países-membros da CEI. Em outubro de 2001, em declaração à imprensa Putin afirmou que a Rússia estava se esforçando em estreitar os laços com os Estados Unidos e a União Europeia e ainda que a Rússia tinha muito respeito pelas suas opiniões, assim como os líderes ocidentais demonstraram ter pelas opiniões russas¹⁹.

Este foi um breve período em que as relações entre os dois países foram mais cordiais. A Rússia apoiou abertamente a ofensiva militar norte-americana contra a al-

¹⁶ Em 1º de setembro de 2004, separatistas chechenos fizeram mais 1200 reféns entre crianças e adultos na cidade de Beslan, localizada na Ossétia do Norte. Em 3 de setembro de 2004, as forças russas invadiram a escola e entraram em conflito com os separatistas. Mais de 300 civis foram mortos.

¹⁷ O Memorial Wall é o local que traz os nomes e as bandeiras dos países cujos cidadãos morreram nos atentados de 11 de setembro de 2001.

¹⁸ Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/41520>

¹⁹ Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/40135>

Qaeda e o Talibã e auxiliou na intervenção do Afeganistão facilitando o acesso dos Estados Unidos as bases aéreas da Ásia Central, o que teve relevante importância para a realização de ações no território afegão (KANET, 2011). Em outubro de 2001, Putin declarou à imprensa que o secretário russo do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Vladimir Rushailo, estava tendo uma série de conversações e consultas intensivas com os parceiros da Rússia na Ásia Central²⁰ e Rushailo chegou a visitar os países da Ásia Central²¹ sob instruções de Putin. Além disso, Anatoly Kvashnin, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Rússia, visitou o Tadjiquistão, onde se reuniu com o porta-voz da Aliança do Norte do Afeganistão, grupo opositor ao regime Talibã²².

Em certa medida, a Rússia buscava com o apoio aos Estados Unidos enquadrar como terroristas os separatistas da Chechênia, que eram apoiados pela Geórgia e pela Arábia Saudita. Durante os anos 1990, os Estados Unidos se declararam também favoráveis à independência da Chechênia. Em outubro de 2001, em reunião com seus ministros, Putin tratou os dois assuntos. Sergei Ivanov, ministro da Defesa da Rússia, nesta reunião, afirmou haver um elo entre os recentes ataques terroristas dos separatistas chechenos com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001²³.

A Rússia também se posicionou pró-ocidente nas questões nucleares da Coreia do Norte e do Irã discutidas no Conselho de Segurança. Ou seja, o governo do presidente Putin não tinha um caráter automático de contraposição às ações dos Estados Unidos e dos principais países europeus, mas suas posições foram sim pautadas em elementos materiais que buscavam a contenção da Rússia mesmo com o fim da Guerra Fria.

A partir de 2002, começaram a aparecer sinais de deterioração nas relações. A Rússia foi contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque, significando umas das primeiras baixas nas relações bilaterais desde os ataques de 11 de setembro.

²⁰ Idem.

²¹ Segundo a Organização das Nações Unidas a região da Ásia Central é compreendida pelos territórios integrais do Cazaquistão, do Quirquistão, do Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

²² Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/40050>

²³ Idem.

2.3 O confronto indireto: as tentativas de desestabilização ocidentais com as Revoluções Coloridas e a continuação da estratégia de cerco

As Revoluções Coloridas ocorreram na Sérvia (2000), na Geórgia (2003), na Ucrânia (2004) e no Quirquístão (2005), todas em países que à época possuíam governos pró-Rússia. Foi no contexto destas revoluções umas primeiras mudanças na retórica da política externa da Rússia sobre o Ocidente, uma vez que o sucesso dos levantes tenha se materializado em uma baixa na influência da Rússia nos países onde ocorreram.

Na abordagem de Bobo Lo (2015) o caso da Revolução Laranja na Ucrânia foi uma humilhação pessoal para Putin, isso porque para o autor a condução da política externa na Rússia é altamente centralizada nas decisões pessoais de Putin e as instituições e seus subordinados possuem pouca influência e/ou muitas vezes tem capacidade apenas funcional na tomada de decisões. E embora existam outros principais agentes que operam na condução da política externa da Rússia, como os presidentes das principais estatais exportadoras, como a Rosneft e a Gazprom, Putin tem envolvimento direto em suas negociações. Para o autor, no tocante a condução da política externa durante os mandatos do presidente Putin, *“há uma primazia das personalidades nas instituições”* (LO, BOBO, 2015 p.11). Mesmo delegando a Putin a centralidade nas decisões da política exterior da Rússia, identificando um caráter altamente pessoal, Bobo Lo critica as leituras que reforçam estereótipos nacionais de ordem psicológica do povo russo, abordagens tendenciosas da história e visões deterministas que são usadas muitas vezes para justificar ações pragmáticas ou lógicas (LO, BOBO op., cit. p. 3).

De volta à questão das Revoluções Coloridas, o governo russo as interpretou como uma tática para justificar intervenções dos Estados Unidos e da Europa nestes países e concluíram que os processos acabaram por prejudicar e não contribuir na manutenção das instituições e da estabilidade dos Estados (CORDESMAN, 2014). Moscou ainda interpretou que se configurava uma ofensiva contra a Rússia, uma vez que todos os países onde ocorreram as revoluções possuíam governos pró-Rússia e fizeram parte da antiga esfera de influência soviética. Além disso, os levantes que almejaram a derrubada destes governos tiveram presença de instituições norte-americanas, como ONG’S. Posteriormente, Putin declarou que as Revoluções Coloridas serviram de exemplo pra Rússia e ressaltou os instrumentos geopolíticos envolvidos.

A análise da evolução do militarismo dos Estados Unidos (ver capítulo 1) desde o fim da Guerra Fria é essencial para entender não somente a política externa da Rússia nos dias de hoje, mas também para contestar determinadas abordagens que tentam qualificar a Rússia como um Estado naturalmente agressivo. Embora a primeira demonstração de força da Rússia no sistema internacional depois da dissolução da União Soviética tenha sido em 2008 na Geórgia, as chamadas Revoluções Coloridas, ocorridas entre 2000 e 2005, já acenderam uma alerta no governo russo e uma mudança na retórica da política externa russa, quando vai ficando mais claro o objetivo de contenção da Rússia pelos Estados Unidos.

Nos últimos anos, o governo da Rússia tem sistematicamente chamado a atenção para a necessidade do restabelecimento de uma ordem internacional multipolar e este elemento está nos principais discursos tanto de Putin como de Medvedev, como veremos adiante. Já em 2000, quando Moscou lançou um novo conceito de política externa da Rússia, foi ressaltado que a Rússia se comprometia com uma abordagem multipolar para a segurança internacional (KANET, 2011). Ainda como presidente interino, Putin deixou claro sua determinação em reverter a trajetória de declínio e humilhação da Rússia e também evitar a perspectiva de desintegração da Federação Russa (BERRYMAN, 2011). Em 2007, em discurso na Conferência de Munique sobre a segurança internacional Putin adotou um tom claramente contestador e assertivo:

A estrutura desta conferência me permite evitar a polidez excessiva e a necessidade de falar em com rodeios e termos diplomáticos agradáveis, mas vazios. O formato desta conferência me permite dizer o que realmente penso sobre problemas de segurança internacional (...).

Considero que o modelo unipolar não só é inaceitável, mas também impossível no mundo de hoje. E não apenas porque um líder único no mundo contemporâneo – e precisamente no mundo contemporâneo – não teria suficientes recursos militares, políticos e económicos. Mas porque – o que é ainda mais importante – se trata de um modelo imperfeito por não possuir os fundamentos morais que regem a civilização moderna.

Fonte: Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. (tradução nossa).

Após criticar a ordem internacional unipolar o presidente Putin faz uma crítica aberta aos Estados Unidos e suas ações militares

Ações unilaterais, e frequentemente ilegítimas, que não tem solucionado qualquer problema. Além disso, causaram novas tragédias humanitárias e geraram novos focos de tensão. Julguem por si próprios: não diminuiu o número de guerras e de conflitos locais e regionais. Não morreram menos pessoas nestes conflitos – na realidade estão a morrer mais do que anteriormente. Significativamente mais.

Atualmente somos testemunhas do uso desmesurado, e quase incontido, da força nas relações internacionais – da força militar – força que está mergulhando o mundo num abismo de conflitos permanentes. Como resultado disto, não temos força suficiente para encontrar uma solução integral para qualquer destes conflitos. E assim, torna-se também impossível encontrar soluções políticas.

Verificamos que existe cada vez maior desprezo pelos princípios básicos do direito internacional. E normas legais independentes estão, como matéria de fato, a tornando-se cada vez mais próximas ao sistema legal de um determinado Estado. Um Estado e, naturalmente, em primeiro lugar os Estados Unidos, ultrapassou suas fronteiras nacionais de todas as maneiras. Isto é visível no modo como impõe regras às outras nações nos domínios económico, político, cultural e educacional. Bem, quem é que gosta disto? Quem está satisfeito com isto?

(Idem)

Por fim, Putin abordou questões particularmente relacionadas à segurança da Rússia e o papel que os Estados Unidos desempenham através da OTAN e de sua expansão:

Penso que é óbvio que a expansão da OTAN não tem qualquer relação com a modernização da própria Aliança ou com a garantia da segurança na Europa. Pelo contrário, representa uma séria provocação que reduz o nível de confiança mútua. E temos o direito de perguntar: Contra quem se dirige essa expansão? E o que aconteceram às garantias que os nossos parceiros ocidentais fizeram depois da dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão hoje tais declarações? Ninguém se lembra delas sequer. Mas eu me permitirei recordar a esta audiência o que foi dito. Gostaria de citar o discurso do secretário-geral da OTAN, o Sr Woerner, em Bruxelas no dia 17 de Maio de 1990. Na ocasião ele afirmou o seguinte: "o fato de estarmos decididos a não colocar as forças da OTAN fora do território alemão, dá à União Soviética uma forte garantia de segurança". Onde estão tais garantias?

(Idem).

Por seu turno, a visão ocidental confere um caráter psicológico às posições russas. Quando escreveu sobre a Nova Ordem Mundial pós-Guerra Fria, o ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger afirmou que era de extrema importância que os Estados Unidos administrassem a dissolução do ex-bloco soviético para que assim se evitasse que a Rússia retomasse suas pretensões imperialistas, pois, segundo Kissinger, *“os psicólogos podem discutir se há uma insegurança enraizada ou uma agressividade congênita”* (KISSINGER, 2012, p.767).

Neste sentido, implica as questões de conflito da Rússia com os Estados Unidos ou a Europa à parâmetros de uma “psicologia russa” e não trata questões objetivas como a permanente expansão da OTAN em direção as fronteiras da Rússia (ver mapa 2) e outras expansões dos Estados Unidos ao longo dos anos 1990. Kissinger ainda fala do cuidado que os Estados Unidos devem tomar frente “*a tradicional truculência russa*” e da necessidade de uma transformação moral na Rússia:

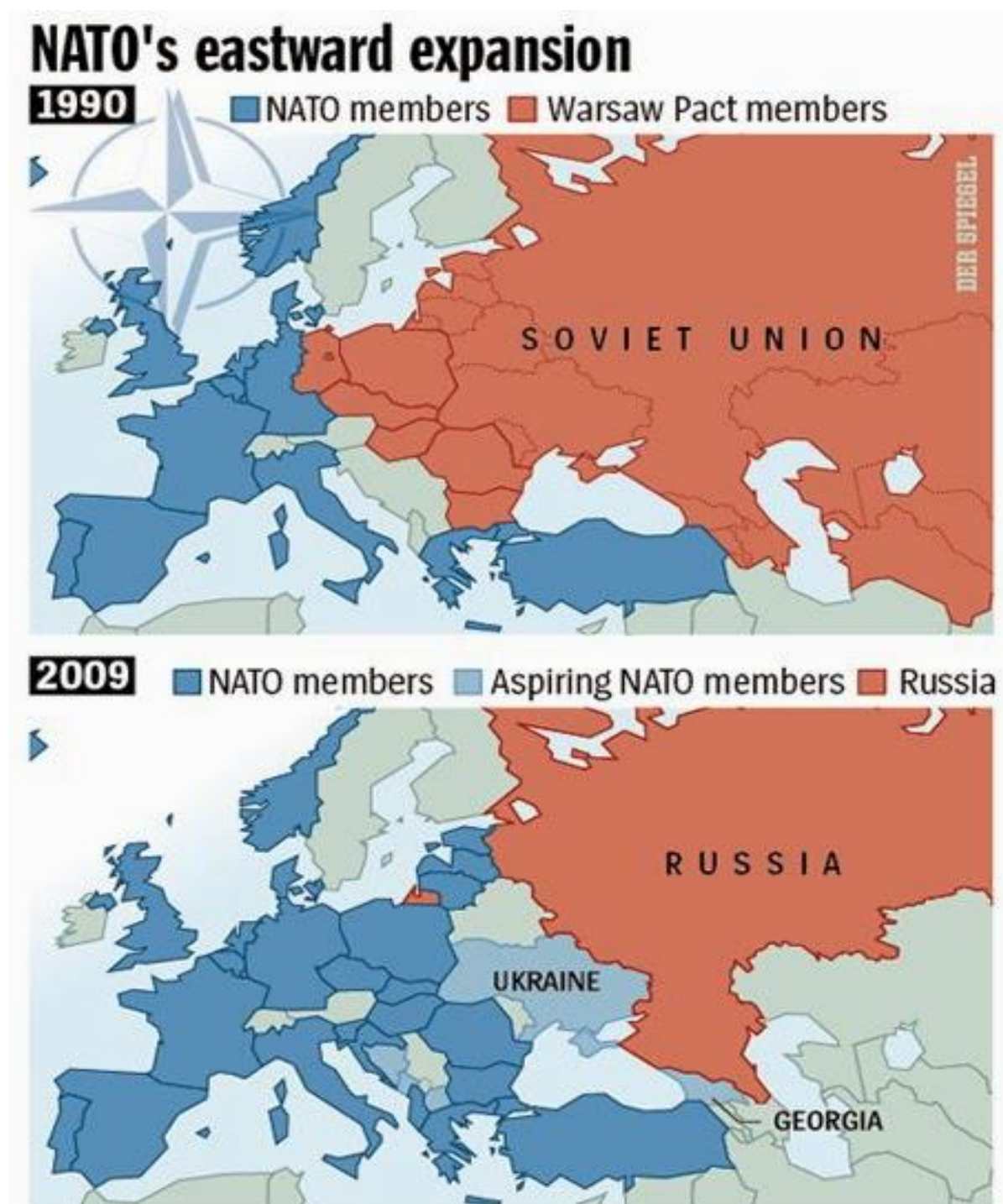
A Rússia com os governos que tiver, assenta-se no território que Halford Mackinder chamou de *heartland* geopolítica, e é herdeira de uma das mais fortes tradições imperiais. Mesmo que a postulada transformação moral ocorresse, levaria tempo e, nesse interlúdio, os Estados Unidos deveriam reduzir os riscos (KISSINGER, 2012, p.765).

Condoleezza Rice também usou esse tipo de argumento quando tratou a crise da Geórgia. A ex-secretária de Estado dos Estados Unidos afirmou, em 15 de agosto de 2008, que “*Putin é orgulhoso e impulsivo e que todos deveriam se preocupar com o uso da força pela Rússia. Putin já estava provocando conflitos em outras partes separatistas da Geórgia*”²⁴.

Estes tipos de abordagem ignoram a política que os Estados Unidos têm posto em prática desde o fim da Guerra Fria (ver capítulo 1) através da OTAN de forma direta e de forma indireta através da União Europeia e de organismos internacionais. A dissolução do bloco soviético não fez com que os norte-americanos abandonassem a política de contenção da União Soviética executada ao longo de toda Guerra Fria. Em todos os anos 1990, a OTAN prosseguiu com sua expansão e a incorporação de países que fizeram parte da antiga União Soviética.

²⁴<http://www.theatlantic.com/international/archive/2011/11/condoleezza-rice-warned-georgian-leader-on-war-with-russia/248560/>

Mapa 2: Expansão da OTAN entre 1990 e 2009.



Fonte: Globalsearch (2014)

Conforme assinalou Fiori:

(...)compreende-se melhor a rapidez e as intenções geopolíticas da ocupação americana dos territórios fronteiriços da Rússia, que haviam estado sob influência soviética até 1991. O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela

“pacificação” dos Balcãs e chegou até a Ásia Central e o Paquistão, ampliando as fronteiras da OTAN.
(FIORI, 2007, p. 88)

Neste mesmo período, a postura da Rússia foi de certa “ingenuidade” (MAZAT & SERRANO, 2012) e chegou a assinar o Ato Fundador com a OTAN, em 1997. Nele, OTAN e Rússia se consideravam parceiros e estabeleceram conversações sobre cooperação e segurança, conforme abordado no capítulo 1. Atualmente, Moscou tem continuamente denunciado violações da OTAN ao tratado, uma vez que as políticas militares comandadas pelos Estados Unidos no Leste da Europa são frequentes.

As relações da Rússia com os Estados Unidos após a dissolução do bloco soviético foram passando por uma progressiva deterioração. Conforme assinalado, o bombardeio na Sérvia em 1999, sem consulta ao Conselho de Segurança, ocorreu sob forte oposição da Rússia. Ainda em 1999, a Polônia, Hungria e a República Tcheca aderiram a OTAN, sendo assim os primeiros países que fizeram parte do Pacto de Varsóvia a se juntar à Aliança. Há uma forte simbologia para a Rússia nestas adesões. O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada em 1955 para fazer contraposição à própria OTAN.

Outra questão central na deterioração das relações entre a Rússia e os Estados Unidos é o projeto de instalação de um Escudo Antimísseis Balísticos na Europa Central em projeto partir de 2008. Em resposta ao possível prosseguimento do projeto norte-americano, a Rússia reforçou laços com Cuba, Venezuela e a Líbia, sendo todos Estados considerados hostis pelos Estados Unidos (OLDBERG, 2011). A questão da construção do escudo até os dias de hoje tem sido mais um ponto de conflito entre a Rússia e os Estados Unidos.

Os Estados Unidos têm afirmado que a construção do Sistema de Defesa Antimísseis Balísticos em nada tem a ver com a Rússia, mas sim se é uma defesa contra o Irã e a Coreia do Norte, sendo a localização do sistema de defesa prevista na República Tcheca e na Polônia (ver mapa 3). Depois da intervenção russa na Geórgia, os dois países ratificaram os acordos com os Estados Unidos muito rapidamente (KANET, 2011). Por sua vez, presidente à época, Medvedev afirmou que uma provável resposta seria a implantação de mísseis na região de Kaliningrado²⁵, ao longo de toda a fronteira com a Polônia.

²⁵ Kaliningrado é um enclave russo localizado entre a Polônia e a Lituânia e uma área separada do território contínuo da Rússia.

Segundo a Missele Defense Agency, assim é justificado os projetos existentes:

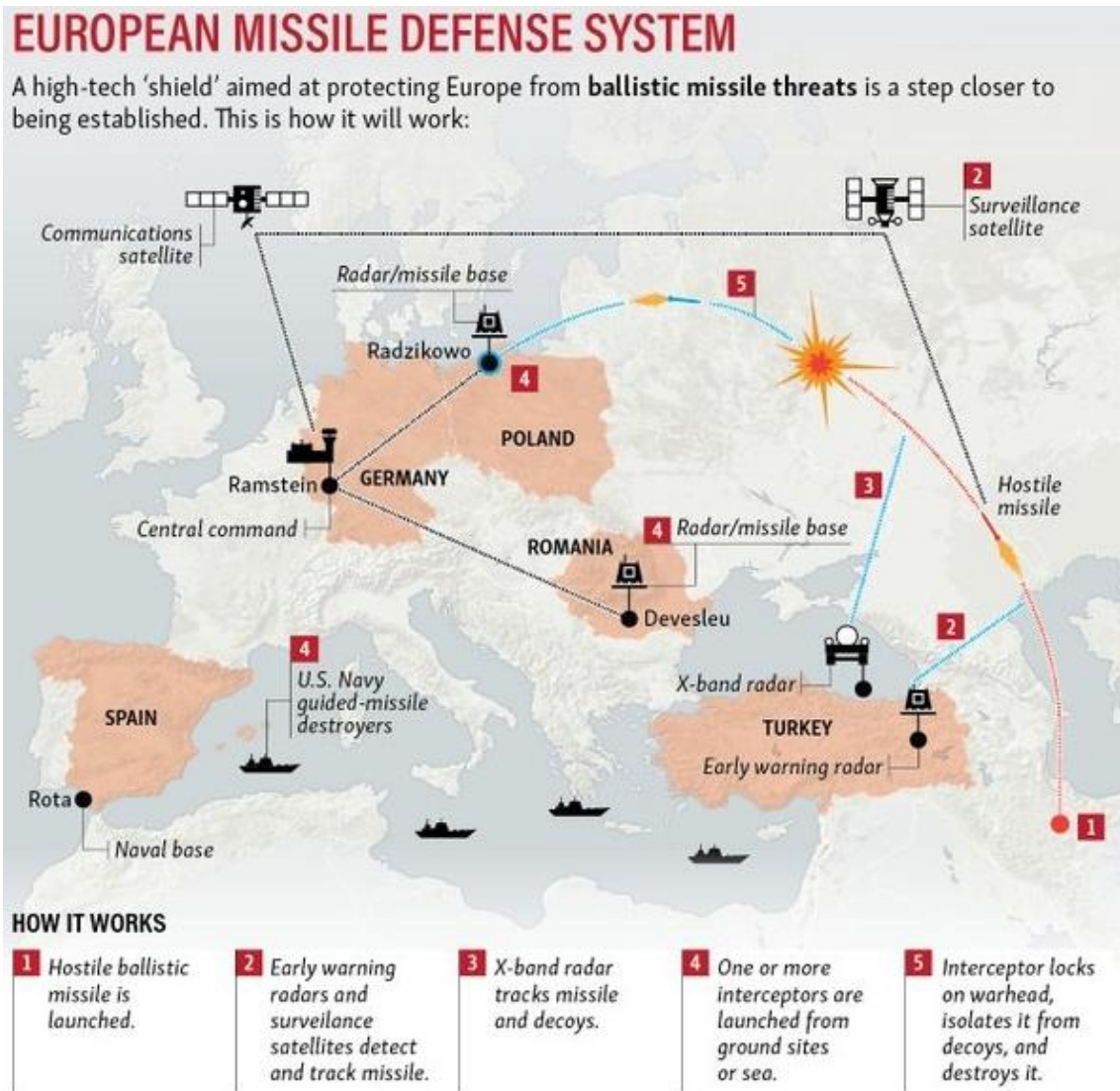
Houve um aumento de 1.200 mísseis balísticos adicionais nos últimos cinco anos. O total de mísseis balísticos fora dos Estados Unidos, da Rússia e da China aumentou mais de 5.900 (...) Atualmente, a sofisticada tecnologia de mísseis balísticos está disponível em uma escala mais ampla do que nunca para os países hostis aos Estados Unidos e nossos aliados. À medida que estes países continuam desenvolvendo esta tecnologia, há também uma crescente ameaça de que estas tecnologias caiam nas mãos de grupos hostis não estatais. Irã pode desenvolver e testar um ICMB capaz de chegar aos Estados Unidos até 2015 (...) A Coreia do Norte revelou o novo míssil balístico intercontinental Hwasong-13, enquanto continua a desenvolver o TD-2, que coloca um satélite em órbita pela primeira vez em dezembro de 2012. Um novo míssil balístico de curto alcance também está sendo desenvolvido (...) O sistema de defesa antimísseis podem proporcionar uma presença permanente em uma região e desencorajar os adversários a usar mísseis balísticos para coagir ou intimidar os Estados Unidos²⁶.

Em contrapartida, a Rússia tem desenvolvido o projeto de mísseis Iskander, que tem a capacidade de se lançar para além do escudo norte-americano. Recentemente, em 30 de novembro de 2016, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, afirmou ao jornal italiano Corriere della Serra que o deslocamento de novos sistemas de mísseis russos Iskander para Kaliningrado foi provocado pelas “*recentes ações provocativas da OTAN*”. Lavrov ainda afirmou que:

Na atual conjuntura, a Rússia precisou se adaptar às mudanças da atuação no continente provocadas pelas ações destrutivas da OTAN, sendo forçada a adotar um conjunto de medidas no interesse de aumentar a sua capacidade de defesa e a sua segurança nacional. Destaco ainda que adotamos todas essas medidas em nosso próprio território, Diferente dos Estados Unidos e de diversos países, que deslocam suas tropas para países vizinhos da Rússia e que promovem ações militares provocativas junto às nossas fronteiras.

²⁶ Site oficial do U.S Department of Defense. Disponível em: <https://www.mda.mil/system/threat.html>

Mapa 3- Representação do projeto norte-americano na Europa



(Fonte: Defense Aerospace. Disponível em: <http://www.defense-aerospace.com/articles-view/release/3/173811/aegis-ashore-missile-defense-site-in-romania-declared-operational.html>)

Em contrapartida, a Rússia tem movido esforços para instalação de mísseis do tipo Iskander em Kaliningrado:

Mapa 4- Representação da instalação de mísseis Iskander em Kaliningrado



(Fonte: <https://nevendjenadija.wordpress.com/2014/01/10/russian-missile-diplomacy-in-three-stages/>)

Como podemos ver no mapa 4, o território russo de Kaliningrado possui uma posição bastante estratégica e faz fronteira com os então membros da OTAN Estônia, Letônia, Lituânia e a Polónia, sendo este último onde o projeto norte-americano pretende ser instalado. Conforme afirmou Lavrov, o governo russo justifica suas ações com base na política de expansão da OTAN. Além disso, a Rússia afirma que a política de aumento na sua capacidade de defesa se assenta em seu próprio território, diferente dos Estados Unidos que, através da OTAN, tem se expandido dentro do território europeu e em direção as fronteiras da Rússia desde o fim da Guerra Fria.

Conforme vimos ao longo deste capítulo, a chegada de Putin ao poder foi marcada por uma mudança de paradigma no quadro político interno. Houve uma recentralização do poder na Rússia e o crescimento econômico foi guiado pelo Estado. Posteriormente, a posição geopolítica da Rússia foi se modificando conforme o desenrolar dos fatos. A questão do separatismo na Chechênia foi o primeiro desafio do presidente Putin no sentido de manter a integração da Federação Russa. No atentado à escola na cidade de Beslan, que deixou mais de 300 civis mortos, a Rússia chegou pela primeira vez, desde que Putin assumiu o poder, a uma postura mais assertiva no sistema internacional ao ameaçar a Arábia Saudita de sofrer uma retaliação por financiar os separatistas chechenos.

Em seguida, no contexto das Revoluções Coloridas, a Rússia deixou claro sua interpretação sobre os fatos, afirmando que as potências Ocidentais haviam influenciado nos levantes que derrubaram os governos pró-Rússia em países na sua esfera de influência. Putin, à época, ressaltou os elementos geopolíticos envolvidos. Em 2007, antes do conflito com Geórgia, em discurso na Conferência de Munique, Putin foi bastante claro: os Estados Unidos estavam ultrapassando de todas as maneiras suas fronteiras nacionais e a Rússia não via com bons olhos suas intervenções e muito menos a expansão da OTAN.

Mas, assim como exposto, vimos que a chegada de Putin ao poder não se materializou imediatamente em uma contraposição aos Estados Unidos. Em um dos grandes acontecimentos deste início de século, os atentados terroristas aos Estados Unidos de 11 de setembro de 2001, Putin visitou o país e prestou solidariedade ao povo norte-americano. Posteriormente, a Rússia teve enviados na Ásia Central para ajudar na facilitação da entrada dos Estados Unidos no Afeganistão. Também vimos que a Rússia teve posturas pró-ocidentais em relação a discussões sobre o Irã e a Coreia do Norte no âmbito das Nações Unidas.

Deste modo, neste capítulo, nosso objetivo foi mostrar que a posição geopolítica da Rússia mais atual e seu discurso de clara contestação do poder e das ações dos Estados Unidos no sistema internacional não foi um projeto pré-determinado e nem tampouco uma busca por retomar a antiga posição de grande potência da União Soviética. Mas sim que o governo russo passou a ter uma percepção sobre a ação dos Estados Unidos, sobretudo através da OTAN, distinta daquela dos anos 1990, quando Jeltsin e seu ministro Kozyrev tentaram de inúmeras formas se integrar ao Ocidente e às suas instituições.

Capítulo 3- O confronto direto entre a Rússia e o expansionismo norte-americano

Em agosto de 2008, a Rússia realizou uma intervenção militar na Geórgia, marcando assim sua primeira demonstração de força no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria e da dissolução do bloco soviético. O conflito russo-georgiano, que envolveu a independência das províncias separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia, teve implicações diretas nas relações entre a Rússia e o Ocidente. O alerta sobre a Geórgia, uma ex-república soviética, começou com a Revolução Rosa (2003) e a influência ocidental no país. A Rússia, que possui gasodutos em território georgiano, se preocupou com a postura da Geórgia cada vez mais pró-ocidente e os efeitos que isto poderia trazer aos seus interesses econômicos. A intervenção da Rússia na Geórgia sinalizou que a Rússia não iria aceitar a ingerência das potências ocidentais na sua área de influência. Em 2014, a Rússia voltou a agir em seu entorno imediato anexando a Crimeia ao seu território, também sob oposição das potências ocidentais. Atualmente, a Rússia tem empregado força militar na Síria e defendido o governo de Bashar al-Assad, se contrapondo assim a posição dos Estados Unidos sobre o conflito. Do conflito da Geórgia até os dias de hoje, os presidentes Putin e Medvedev têm constantemente, através de seus pronunciamentos, contestado as ações dos Estados Unidos no sistema internacional e alertando para os perigos da unipolaridade.

Na primeira seção do presente capítulo, iremos tratar o conflito russo-georgiano e as interpretações distintas da Rússia e do Ocidente e como este evento marcou uma mudança na posição da Rússia em relação ao seu entorno imediato. Na segunda seção, será abordado o conflito na Ucrânia e a anexação da Crimeia pelos russos. Também vamos expor as diferentes posições da Rússia com as potências ocidentais em relação ao conflito e posição estratégica histórica que a Crimeia representa para a Rússia. Na terceira seção, a crise na Síria, que ilustra o mais recente conflito de posições entre a Rússia e os Estados Unidos, será analisada do ponto de vista destas posições.

3.1 O confronto no espaço soviético (em escala regional): a Geórgia, a Ucrânia e a anexação da Crimeia

A intervenção da Rússia na Geórgia marcou a primeira demonstração de força do país no sistema internacional desde o fim da União Soviética. Para o escritor Vladimir Rukavishnikov, a mídia Ocidental interpretou no episódio da Geórgia que a Rússia havia então se decidido se desfazer do uso do *soft-power* em favor do uso da força militar bruta (RUKAVISHNIKOV, 2011). Além disso, constata-se que desde o conflito entre a Rússia e a Geórgia, os líderes russos deixaram de simplesmente assistir o aumento da presença Ocidental em sua área de influência e passaram a agir dentro desta própria área (KANET, 2011). Para Ronald Asmus, um dos oficiais norte-americanos responsáveis pela concepção e implementação do alargamento da OTAN para o Leste, a guerra foi travada pela discordância da Rússia frente ao desejo da Geórgia de se alinhar ao Ocidente e não sobre questões particulares da Ossétia do Sul e da Abecásia (BERRYMAN, 2011).

A Ossétia do Sul e a Abecásia eram províncias georgianas de maioria russófona e que foram integradas à Geórgia em 1991, durante o processo de dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ver mapa 5). Já em 1992, se declararam unilateralmente independentes, desencadeando assim um conflito entre o exército georgiano e as tropas separatistas. Apesar de acordos terem sido assinados, a Geórgia seguiu reivindicando a soberania sobre a Abecásia e a Ossétia do Sul ao longo dos anos 1990. A posição da Rússia, desde 1992, foi de apoio aos movimentos separatistas. Em 2008 novos conflitos irromperam em um momento em que as atenções de todo o mundo estavam voltadas para os Jogos Olímpicos de Beijing, na China. O exército georgiano invadiu a Ossétia do Sul sob aprovação dos Estados Unidos e da União Europeia, muito embora nenhum destes últimos tenham dispensado ajuda material e militar à Geórgia. Após a invasão da Ossétia do Sul, a Rússia declarou guerra à Geórgia e derrotou o exército georgiano muito rapidamente, reconheceu a independência da Abecásia e da Ossétia do Sul e concluiu alianças militares com ambos (OLDBERG, 2011).

Mapa 5- As regiões do conflito russo-georgiano em 2008.



(Fonte: University of Texas Libraries. Disponível em: https://www.lib.utexas.edu/maps/georgia_war_2008.html)

O conflito russo-georgiano teve implicações na OTAN, de modo que a adesão da Geórgia ficou fora da agenda de expansão da Aliança e o país foi aconselhado de perseguir o objetivo de longo prazo de inserção na União Europeia (BERRYMAN, 2011). Ao fim do conflito, a principal sinalização da Rússia foi que o Sul do Cáucaso é uma região de seu interesse. John Berryman faz uma ligação desta posição russa com a tradição Realista das Relações Internacionais. Para o autor:

No mundo anárquico da política internacional as grandes potências procuram exercer influência dominante em suas regiões e querem negar o acesso das potências rivais. Usam uma variedade de instrumentos, tais como zonas tampão, esferas de influência, esferas de interesses ou intervenções militares inevitáveis (BERRYMAN, 2011).

Deste ponto de vista, Charles Kupchan também aborda a questão das regiões de influência: “os Estados Unidos dificilmente ficariam de braços cruzados se a Rússia fizesse uma aliança com o México e o Canadá e começasse a construção de instalações militares ao longo das fronteiras norte-americanas” (KUPCHAN, 2002, p. 14).

Mankoff argumenta que o uso da Rússia de zonas-tampão em sua própria defesa é histórico:

Consolidação em casa e expansão no exterior sempre foram as chaves para garantir a Rússia contra seus saqueadores vizinhos, quer fossem os tártaros, turcos, polacos, ou, mais recentemente, alemães. Sem fronteiras defensáveis, a Rússia historicamente caiu sobre o estabelecimento de zonas-tampão entre o próprio país e seus rivais. A Ucrânia desempenhou esse papel contra os turcos e tártaros durante séculos; a Polónia contra a Alemanha no século XIX e novamente após o Pacto Nazi-Soviético de 1939. Durante a Guerra Fria, foram os satélites da Europa Oriental da União Soviética (novamente com a Polónia na vanguarda) que serviu para isolar o interior da Rússia contra agressões estrangeiras (MANKOFF, 2009).

Após a derrota da Geórgia pelas forças russas em apenas cinco dias, o presidente Dmitri Medvedev, em 26 de agosto de 2008, definiu cinco novos princípios da política externa da Rússia em entrevista aos três principais canais de televisão russos²⁷:

Sobre a legislação internacional:

A Rússia reconhece a primazia dos princípios básicos da legislação internacional, que definem as relações entre nações civilizadas. No marco destes princípios, deste conceito de legislação internacional, é que desenvolveremos nossas relações com os outros Estados.

O presidente volta a falar sobre a necessidade de estabelecer uma ordem multipolar no sistema internacional, já defendida anteriormente por Vladimir Putin:

O mundo deve ser multipolar. A dominação por um só país é inaceitável. Não podemos aceitar uma ordem mundial em que as decisões são tomadas por apenas um país, mesmo que seja um país como os Estados Unidos. Este tipo de mundo é instável e marcado por conflitos.

Medvedev ressaltou que a Rússia não tem o objetivo de se isolar no sistema internacional e o que o país buscará estabelecer relações sólidas com o Ocidente:

A Rússia não quer conflitos com nenhum país. A Rússia não tem intenções de se isolar. Nós desenvolveremos, até o possível, relações amistosas com a Europa e os Estados Unidos, assim como com outros países do mundo.

²⁷Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1228>

O então presidente russo aborda a questão da defesa dos cidadãos russos em quaisquer territórios:

Nossa prioridade inquestionável é a proteção da vida e da dignidade de nossos cidadãos, onde quer que eles estejam. Nós guiaremos assim nossa política externa. Nós também iremos proteger os interesses de nossa comunidade comercial no exterior. Deve ser claro para todos que quem agir de modo agressivo, terá a resposta.

Por fim, Medvedev ressalta que a Rússia possui uma área de influência e que vai defender seus interesses nessa região:

A Rússia, assim como outros e países do mundo, tem interesses privilegiados em certas regiões. Nestas regiões, há países com quem nós temos, tradicionalmente, relações cordiais e históricas. Nós trabalharemos muito atentamente nestas regiões e desenvolveremos relações de amizade com estes Estados.

Uma vez que os Estados Unidos e a União Europeia apoiavam as reivindicações da Geórgia sobre os territórios, a reação do Ocidente em relação à intervenção russa foi bastante negativa. Os Estados Unidos e a União Europeia trataram o caso como uma “agressão da Rússia à Geórgia”. Posteriormente, uma comissão da União Europeia, após investigar as responsabilidades no conflito, concluiu que o país agressor foi a Geórgia, muito embora tenha considerado que o uso da força pela Rússia no conflito foi desproporcional²⁸. Sobre a acusação do Ocidente, Putin afirmou que a Rússia usa meios pacíficos para alcançar seus objetivos e a violência só é usada em legítima defesa ou se sancionada pelas Nações Unidas (OLDBERG, 2011).

A Geórgia é um país vulnerável geograficamente e etnicamente complexo e o colapso da União Soviética foi um processo complicado para os georgianos. O fim da URSS foi marcado por uma violência étnica, especialmente no sul do Cáucaso, região onde a Geórgia está inserida (JUDT, 2007). Depois de sua independência, a Geórgia sempre buscou uma aproximação maior com a Europa do que com a Rússia. O Ocidente interpreta que o reconhecimento da soberania da Ossétia do Sul e da Abecásia pela

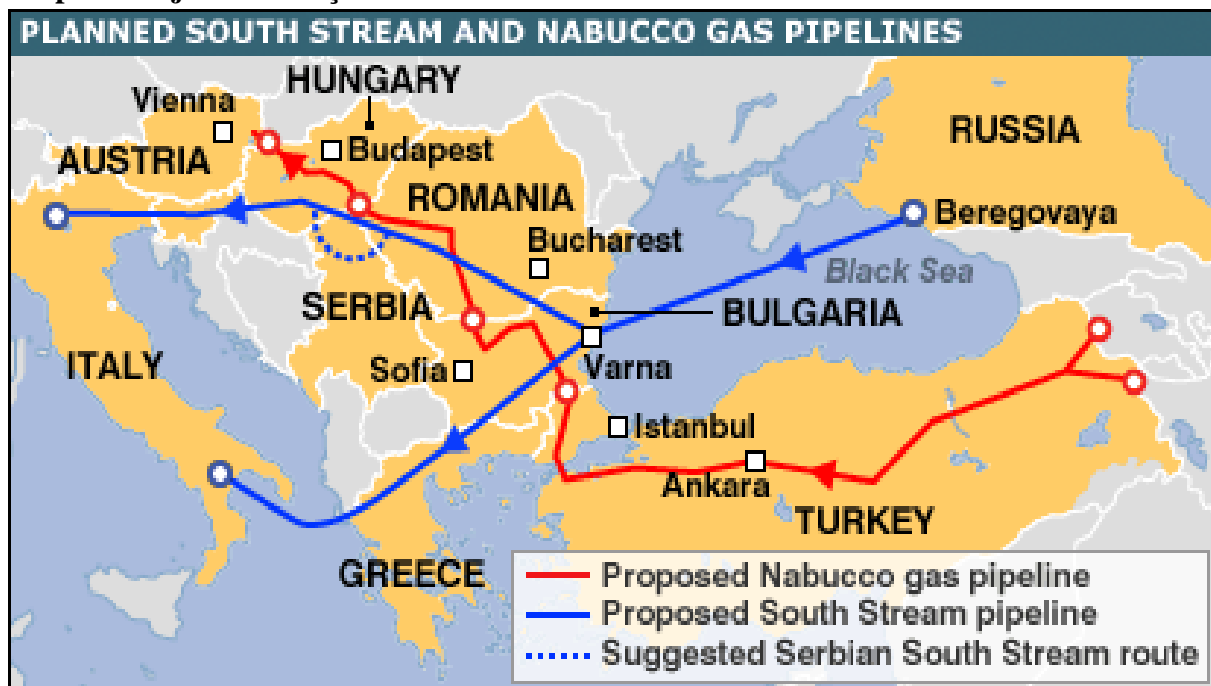
²⁸ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090930_georgia_russia_pu.shtml

Rússia é um instrumento de legalizar a presença militar russa no território e proteger seus negócios, uma vez que há gasodutos russos no território georgiano. O alerta russo com a ameaça da Geórgia começou com a Revolução Rosa (2003) e com a promessa do novo governo georgiano de adesão a OTAN e a União Europeia, bem como a possibilidade de pôr em prática uma política econômica liberal e hostil com a Rússia.

Os Estados Unidos buscam maior influência na região do Cáucaso, pois procuram diversificar o abastecimento de gás da Europa. A construção do Traçado de Nabucco é um projeto com o objetivo diversificar as rotas de abastecimento de gás da Ásia Central para a Europa, sem que assim seja necessário que os gasodutos passem por território russo. No entanto, o projeto ainda não se materializou devido a não adesão dos países da Ásia Central, onde a Rússia tem reforçado sua influência, sobretudo no âmbito da Cooperação de Shangai e da União Euroasiática. O objetivo de construção do gasoduto foi interpretado por Moscou como mais uma tentativa do Ocidente de dominação de recursos energéticos. Desde o início dos anos 1990, os Estados Unidos abordavam a questão da diversificação das rotas energéticas, tratando, sobretudo, a construção de gasodutos e oleodutos semelhantes ao projeto do Traçado de Nabucco. Por sua vez, a Rússia tem feito um esforço para aumentar o controle sobre o fluxo de petróleo e gás para a Europa, assinando novos acordos com os produtores da Ásia Central para expandir suas exportações de gás através da Rússia (KANET, 2011). Como alternativa ao Traçado de Nabucco, a Rússia lançou o projeto de South Stream, que pretende conectar as reservas de gás da Rússia à rede turca de transporte de gás, com o objetivo de fornecer energia para a Turquia e o sudeste da Europa. De acordo com o projeto, o sistema deverá ser construído pela Gazprom com o apoio da South Stream Transport²⁹ (ver mapa 6).

²⁹ Disponível em: <http://www.south-stream-transport.com/project/>

Mapa 6-Projeto do Traçado de Nabucco e South Stream.



(Fonte: Energy & Capital. Disponível em: <http://www.energyandcapital.com/articles/nabucco-gas-pipeline/827>)

Zbigniew Brzezinski, que foi assessor de segurança do presidente Jimmy Carter, escreveu sobre a questão de diversificação das rotas de energia e sobre a administração do espaço territorial da antiga União Soviética em sua obra *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, de 1997.

Sobre o antigo território da União Soviética e as implicações de sua dissolução, o autor afirmou que a Rússia emergia como um Estado-nacional agitado e inseguro:

In brief, Russia, until recently the forger of a great territorial empire and the leader of an ideological bloc of satellite states extending into the very heart of Europe and at one point to the South China Sea, had become a troubled national state, without easy geographic access to the outside world and potentially vulnerable to debilitating conflicts with its neighbors on its western, southern, and eastern flanks. Only the uninhabitable and inaccessible northern spaces, almost permanently frozen, seemed geopolitically secure (BRZEZINSKI, 1997, p.96)

Diante disso, o autor alertou sobre a necessidade de administração pelos Estados Unidos deste território que pertenceu à União Soviética:

Accordingly, the process of widening Europe and enlarging the transatlantic security system is likely to move forward by deliberate stages. Assuming sustained American and Western European commitment, a speculative but cautiously realistic timetable for these stages might be the following:

1. By 1999, the first new Central European members will have been admitted into NATO, though their entry into the EU will probably not happen before 2002 or 2003.
2. In the meantime, the EU will initiate accession talks with the Baltic republics, and NATO will likewise begin to move forward on the issue of their membership as well as Romania's, with their accession likely to be completed by 2005. At some point in this stage, the other Balkan states may likewise become eligible.
3. Accession by the Baltic states might prompt Sweden and Finland also to consider NATO membership.
4. Somewhere between 2005 and 2010, Ukraine, especially if in the meantime the country has made significant progress in its domestic reforms and has succeeded in becoming more evidently identified as a Central European country, should become ready for serious negotiations with both the EU and NATO.

(Idem, p. 84)

Há um paralelo claro sobre o que Brzezinski escreveu sobre a questão geopolítica energética da Ásia Central e o projeto do Gasoduto de Nabucco:

It follows that America's primary interest is to help ensure that no single power comes to control this geopolitical space and that the global community has unhindered financial and economic access to it. Geopolitical pluralism will become an enduring reality only when a network of pipeline and transportation routes links the region directly to the major centers of global economic activity via the Mediterranean and Arabian Seas, as well as overland. Hence, Russian efforts to monopolize access need to be opposed as inimical to regional stability.

(Idem, p. 148-149)

Em uma abordagem semelhante sobre a nova ordem mundial, Kissinger retorna ao período da Guerra Fria para desenvolver seu argumento sobre o papel dos Estados Unidos de administrador no novo sistema mundial:

Os Estados Unidos entraram para a Guerra Fria devido a ameaça de expansão soviética e baseiam grande parte de suas expectativas pós-Guerra Fria no desaparecimento da ameaça comunista. Assim como atitudes frente à hostilidade soviética moldaram as atitudes americanas no tocante à ordem global- na teoria da política de contenção- também a faina reformista da Rússia dominou o pensamento dos Estados Unidos na ordem mundial pós-

Guerra Fria. A política americana tem se baseado na premissa de que a paz pode ser mantida por uma Rússia temperada. (KISSINGER, 2012, p. 764)

E destaca a “importância” da OTAN na questão da segurança coletiva da Europa desde o período da Guerra Fria até os dias atuais:

Seu propósito era impedir a dominação soviética da Europa, ela serviu ao propósito geopolítico de evitar que as potências centrais da Europa caíssem sob o domínio de um país hostil, qualquer que fosse a justificativa. [...] No mundo pós-Guerra Fria a Europa talvez não seja capaz de entrar em forma outra vez numa nova política atlântica, mas os Estados Unidos têm obrigação consigo mesmos de não abandonar a política de três gerações, no momento da vitória. A tarefa diante da aliança é adaptar as duas instituições básicas que moldam o relacionamento atlântico, a OTAN e a União Europeia (ex-Comunidade Econômica Europeia), às realidades do mundo pós-Guerra Fria. (KISSINGER, 2012, p. 769-771)

Para Kissinger, no pós-Guerra Fria, a OTAN permanece sendo o principal elo institucional entre os Estados Unidos e a Europa e mesmo que no decorrer dos anos 1990 a Rússia não tivesse capacidade material e econômica de se empenhar em um ataque à Europa Ocidental, era preciso certa atenção, pois muito provavelmente a Rússia tentaria restabelecer seu antigo império.

Essas abordagens são bastante pertinentes para entender a política que os Estados Unidos vêm pondo em prática desde o fim da Guerra Fria: a insistência no empenho de contenção da Rússia e de como essa contenção deve ou deveria ser feita. Neste caso, os Estados Unidos deveriam ser os responsáveis pela administração do antigo território da União Soviética. Além disso, a retórica da política externa em relação à Rússia ainda é de crítica a um perfil “agressor” dos russos.

Nas tradições Realista e Construtivista das Relações Internacionais a política externa mais assertiva da Rússia é vista como um meio para a reafirmação do país como uma grande potência mundial e há uma busca em restabelecer sua posição dominante na antiga esfera soviética (BERRYMAN, 2011). No entanto, parece um tanto quanto exagerado afirmar que a Rússia vem perseguindo através de suas políticas internacionais, o *status* de potência mundial, como nos tempos da Guerra Fria.

O argumento de Jeffrey Mankoff também parte da premissa de que a Rússia quer obter o *status* de potência global. Para o autor, a política externa mais assertiva da Rússia durante os governos de Putin e Medvedev é apenas o resultado de um processo

que começou por volta de 1997, ainda no governo de Ieltsin. Para o autor, nesta época, a maior parte da elite russa já reconhecia que a integração com o Ocidente e suas instituições não eram possíveis e nem desejáveis. Portanto, para Mankoff, desde os anos 1990, já existia na Rússia um desejo de ser uma potência global e argumenta que só a recuperação política e econômica dos primeiros anos do governo Putin foi capaz de fazer com que essa ambição fosse atingível (MANKOFF, 2009). A abordagem de Mankoff possui um tom um tanto quanto determinista da posição da Rússia no sistema internacional. O autor escreveu esta interpretação em 2009 e ignorou uma série de eventos que já haviam transcorrido desde a chegada de Putin ao poder, como a adesão de ex-membros do Pacto de Varsóvia na OTAN e de ex-repúblicas soviéticas, bem como as Revoluções Coloridas e a expansão da União Europeia. O autor também não leva em conta as reformulações nos objetivos da política externa do período Ieltsin e suas consequências práticas.

A abordagem de Tsygankov, de que a Rússia, na busca por uma maior projeção geopolítica, tem tentando se estabelecer como uma potência regional, sem possuir pretensões imperiais se aproxima mais da realidade das ações da política externa da Rússia desde o início dos anos 2000. O presidente Putin tem corretamente pontuado uma por uma das questões em que a Rússia tem defendido seus interesses sem buscar uma ordem internacional unipolar. Em uma entrevista coletiva em outubro de 2015, Putin ressaltou os pontos em que a Rússia estava se envolvendo em conflitos de posições com os Estados Unidos, como no caso da intervenção no Iraque e na Líbia. O presidente afirmou que Moscou deseja trabalhar em conjunto com os Estados Unidos na resolução dos conflitos internacionais, como a atual crise na Síria, mas que os Estados Unidos devem reconhecer seus erros nas posturas agressivas. Nesta ocasião, Putin afirmou:

Eu nunca disse que vejo os Estados Unidos como uma ameaça para a nossa segurança nacional. Presidente Obama, você diz que vê a Rússia como uma ameaça, mas não sentimos o mesmo em relação aos Estados Unidos. O que eu sinto é que a política daqueles círculos de poder nos Estados Unidos são errôneas. Isso não contradiz apenas os nossos interesses nacionais, isso mina qualquer confiança que temos nos Estados Unidos (...) Minou a confiança no entendimento de que eles são líderes globais em política e assuntos econômicos(...) Outra ameaça que o presidente Obama mencionou foi o ISIS. Bem, quem os armou? Quem armou os sírios que estavam lutando contra Assad? Quem criou o clima político-informacional que facilitasse esta situação? (...) Eles extraem petróleo no Iraque e na Síria e este petróleo é comprado por alguém. Onde estão as sanções para as partes que comprar este petróleo? Vocês acreditam que os Estados Unidos não sabem quem está comprando? Não são seus aliados que estão comprando petróleo do ISIS? Vocês não acham que os Estados Unidos têm poder de influência sobre seus

aliados? (...) Nós não apoiamos essa política dos Estados Unidos, nós consideramos ser um erro. Isso prejudica todas as partes, incluindo os Estados Unidos (...) Peço que entreguem a minha mensagem ao seu governo. Diga a eles que não queremos qualquer confrontação e quando comecem a considerar nossos interesses nacionais em suas ações quaisquer outros desacordos que nós poderemos ter serão autorregulados. Isto precisa ser feito e não apenas falado. Vocês precisam respeitar os interesses dos outros povos (...) Olhem para o Iraque, a situação está terrível. Olhem para a Líbia e o que vocês fizeram lá, onde teve o assassinato de seu próprio embaixador. Fomos nós que fizemos isso? (...) Não busco alguém ao redor de vocês para culpar, quando são vocês mesmo que estão cometendo estes erros. Vocês devem parar de agir com suas ambições imperialistas. Não envenenem a consciência de milhões de pessoas como se não pudesse haver outro caminho além das políticas imperialistas³⁰.

Na busca por se estabelecer como um importante ator no sistema internacional e se posicionar como uma potência regional, a Rússia tem usado a economia como um meio para um fim. A expansão econômica da Rússia proporcionou uma vital contribuição para as economias do Tadjiquistão, Quirquistão, Azerbaijão, Geórgia, Armênia e Moldávia. Tem promovido também a disseminação da cultura, de meios de comunicação russos e linguagens (BERRYMAN, 2011). Para Tsygankov (2005), o predomínio cultural da Rússia na Eurásia tornou-se comparável ao dos Estados Unidos nas Américas.

No início do mandato de Medvedev, os dois países falaram em um “reset” nas relações bilaterais e o então presidente russo se posicionou positivamente ao aceno de Obama, mas enfatizou a necessidade de igualdade e benefícios mútuos, reiterando que assim como os Estados Unidos, a Rússia possui uma importante responsabilidade nos assuntos mundiais (OLDBERG, 2011). Logo no início de seu governo, Medvedev afirmou o interesse de melhorar as relações com o Ocidente. Como Medvedev foi escolhido a dedo por Putin, havia poucas razões para supor que a condução da política externa pelo novo líder russo fosse ter alterações significativas (MANKOFF, 2009). Afora a questão do posicionamento da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a questão da zona de exclusão aérea na Líbia, em que Putin e Medvedev discordaram publicamente³¹, a condução da política externa de ambos os líderes têm apresentado conformidade.

³⁰ Disponível para exibição em: <https://www.youtube.com/watch?v=AzQk-5g3-O8&feature=youtu.be>

³¹ Em março de 2011, a Rússia não usou seu poder de veto na proposta de ação militar na Líbia apresentada no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Putin criticou tanto a postura russa como a natureza da resolução. Para ele, esta era uma ação contra um Estado soberano parecida com as convocações das Cruzadas na Idade Média. Medvedev, por sua vez, afirmou que as declarações de Putin eram inaceitáveis. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110322_russia_putin_mdb.shtml

Os dois líderes assinaram e ratificaram o Novo Start³², mas o *reset* nas relações falhou. Em visita à Rússia em 6 de julho de 2009, Obama falou sobre um recomeço nas relações entre os dois países:

We've just concluded a very productive meeting. As President Medvedev just indicated, the President and I agreed that the relationship between Russia and the United States has suffered from a sense of drift. We resolved to reset U.S.-Russian relations, so that we can cooperate more effectively in areas of common interest. Today, after less than six months of collaboration, we've done exactly that by taking concrete steps forward on a range of issues, while paving the way for more progress in the future. And I think it's particularly notable that we've addressed the top priorities — these are not second-tier issues, they are fundamental to the security and the prosperity of both countries³³.

O conflito na Geórgia marcou a primeira demonstração de força da Rússia no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria e essa postura está intimamente ligada ao papel que os Estados Unidos vêm desempenhando no sistema internacional conforme assinalamos no início deste tópico. No entanto, as relações entre os Estados Unidos e a Rússia passaram por uma leve inflexão em 2009 desde que as principais divergências surgiram nos início dos anos 2000. O vice-presidente dos Estados Unidos Joe Biden, em discurso na Conferência sobre a Segurança de Munique de 2009, acenou para a Rússia e afirmou ter chegado a hora de “apertar o botão *reset*” e reconstruir boas relações entre os norte-americanos e os russos (ALCARO & ALESSANDRI, 2009 *apud* MAZAT & SERRANO, 2012). Os desdobramentos posteriores das relações entre os dois países e os principais pontos de discordância fizeram por si só que o *reset* falhasse. Posteriormente, Medvedev afirmou ser de extrema dificuldade restabelecer boas relações com os Estados Unidos, sobretudo tendo em vista “*a expansão sem fim da OTAN*” (BERRYMAN, 2011).

Na campanha presidencial de 2012 para a reeleição de Obama, vários políticos pediram o cancelamento do *reset* e rompimento nas relações com a Rússia. Há uma forte visão anti-Rússia na opinião pública dos Estados Unidos, com críticas a democracia na Rússia, aos direitos dos homossexuais e das minorias.

Hillary Clinton, atual candidata a presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata afirmou que o desejo de Putin é realizar uma “re-sovietização”, quando

³² O Novo Start seguiu-se ao Start I e Start II, todos acordos sobre a redução de armas estratégicas. O Start I foi assinado em 1991, por Bush e Gorbachev e o Start II foi ratificado em janeiro de 1996 pelo Senado dos Estados Unidos e nos anos 2000 pela Duma, mas nunca entrou em vigor.

³³ Página oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/4733>

abordou a pretensão da Rússia em construir uma nova união com os países da Comunidade de Estados Independentes - CEI (TSYGANKOV, 2014). John McCain, ex-candidato à presidência pelo Partido Republicano, afirmou que esta ideia da Rússia remontam os tempos dos czares e da pretensão de construir um império.

Alexei Bogaturov, professor do Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou afirmou que a expansão dos interesses dos Estados Unidos faz parte de uma estratégia que inclui o mundo inteiro:

Qualquer documento da política externa norte-americana confirma que Washington inclui o mundo inteiro na esfera de seus interesses. Os americanos têm a convicção de que nenhum outro país pode ter interesses militares ou políticos no hemisfério ocidental, na América do Norte ou até mesmo no Oriente Médio. E eles veem a tentativa de Moscou e Pequim para configurar zonas de interesses exclusivas como invasões aos seus interesses (BOGATUROV, 2005, p. 3).

Desde as recentes expansões da OTAN e das adesões à União Europeia, as relações da Rússia com estas organizações têm apresentado progressiva piora e há uma escalada de conflitos que incluem diretamente os Estados Unidos. A entrada de ex-repúblicas soviéticas e ex-países satélites na União Europeia, como a Polônia e os países do Báltico exigiu que a Aliança tomasse uma posição sobre a questão que desafia a Rússia (KANET, 2011). Alguns novos membros da OTAN têm fortemente criticado acordos bilaterais com a Rússia com outros países membros da Aliança. A Polônia, por exemplo, é uma das principais contestadoras, sobretudo no que tange a construção de novos gasodutos. O governo polonês também foi um dos mais entusiastas da Revolução Laranja que ocorreu na Ucrânia no final de 2004.

Em 2006, antes mesmo do conflito russo-georgiano, na qual a Rússia empregou pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria o uso da força no sistema internacional, o Conselho de Relações Exteriores do país divulgou um relatório em que lamentava a montagem de uma rivalidade entre a Rússia e o Ocidente e que a cooperação estava se tornando a exceção e não a regra nas relações (MANKOFF, 2009).

Nos dias de hoje, os Estados Unidos e a Rússia têm vários posicionamentos contrários em relação a outras questões internacionais. A Rússia se recusa reconhecer a independência do Kosovo em relação à Sérvia, ao passo que os Estados Unidos o fizeram imediatamente. Como vimos anteriormente no discurso do presidente Vladimir Putin na Conferência de Munique, em 2007, a Rússia não aprova a “guerra ao terror”

dos Estados Unidos e afirmou que as ações norte-americanas tem demonstrado enorme desprezo ao direito internacional.

Obama e Putin foram reeleitos em 2012 e novas tensões surgiram entre os dois países. A instalação de um sistema de defesa antimísseis na Europa Central atualmente tem estado no centro das questões conflitivas. No entanto, cabe ressaltar que os Estados Unidos ainda estão muito longe de ter a capacidade tecnológica de montar um escudo de tal natureza com um mínimo de eficácia. Porém, desde o programa Stars Wars no governo de Ronald Reagan, este é um projeto muito importante para o complexo industrial militar norte-americano, além de ser excelente arma diplomática, já que os Estados Unidos podem tratar este escudo como uma grande concessão e exigir alguma contrapartida tanto de aliados quanto da Rússia por simplesmente anunciar que irão instalar, adiar ou cancelar a instalação do escudo contra que, a rigor, ainda não existe. Não se sabe se o governo da Rússia acredita ou não na existência deste escudo ou se simplesmente se opõe à instalação dos sistemas existentes antimísseis e antiaéreos que são perfeitamente capazes de interceptar diversos tipos de aviões e mísseis russos táticos de menor alcance (ver MAZAT& SERRANO, 2012).

A Rússia argumenta que os Estados Unidos abandonaram unilateralmente o tratado de 2001 que proibia o desenvolvimento e implantação de sistemas de defesa antimísseis. Por seu turno, os Estados Unidos afirmam que o sistema de defesa não tem a ver com a Rússia, mas com países como o Irã e a Coreia do Norte³⁴.

A chanceler da Alemanha Angela Merkel, país membro da OTAN, declarou em julho de 2016 que a segurança na Europa só pode ser alcançada com a Rússia e que as medidas da OTAN na Europa Ocidental são defensivas e se apoiam no Ato Fundador, o acordo entre a Rússia e a OTAN de 1997 *“Nós acreditamos que a segurança da Europa a longo prazo só poderá ser garantida em conjunto com a Rússia, não contra ela”*³⁵, afirmou Merkel em discurso ao Parlamento Alemão.

Embora a Rússia tenha possuído em grande parte boas relações bilaterais com alguns países europeus, como é o caso da Alemanha e da França, coletivamente, nos organismos internacionais, estes países seguem uma política alinhada com os Estados Unidos. Além disso, as relações bilaterais entre a França e a Rússia se deterioraram bastante depois da anexação da Crimeia. À exemplo disto está o episódio de atraso (em 2014) e depois o cancelamento (2015) da entrega dos navios da classe Mistral pela

³⁴ Site oficial do U.S Department of Defense. Disponível em: <https://www.mda.mil/system/threat.html>

³⁵ Site oficial do governo da Alemanha. Disponível em: https://www.bundesregierung.de/Content/EN/Artikel/2016/07_en/2016-07-07-merkel-reg-erkl-nato-gipfel_en.html?nn=709674

França à Rússia. O governo russo interpretou o atraso em 2014 como uma pressão norte-americana à França. Em 1º de julho de 2014 Putin afirmou que o cancelamento era devido a essa pressão:

We are aware of the pressure our American partners are putting on France to force it not to supply Mistral to Russia. We even know that they hinted that if France does not deliver the Mistral, the sanctions will be quietly lifted from their banks, or at least they will be significantly minimised. What is this if not blackmail? Is this the right way to act on the international arena? Besides, when we speak of sanctions, we always assume that sanctions are applied pursuant to Article 7 of the UN Charter. Otherwise, these are not sanctions in the true legal sense of the word, but something different, some other unilateral policy instrument.³⁶

Além disso, a União Europeia tem uniformizado sua agenda de sanções com os Estados Unidos desde a anexação da Crimeia pela Rússia. Atualmente, os Estados Unidos e a União Europeia prolongaram as sanções contra a Rússia até o final de 2017. Notoriamente, a União Europeia não possui uma estratégia geopolítica própria e autônoma dos Estados Unidos, de modo que as relações com a Rússia adquirem um caráter complexo, tendo em vista a interdependência econômica que possuem (MAZAT & SERRANO, 2012). De modo que o interesse de vários países da União Europeia em manter boas relações com a Federação Russa colide com a obrigação de seguir orientações norte-americanas.

Com a crise da Ucrânia em 2014, os Estados Unidos lançaram uma campanha para aumentar a presença militar no Leste da Europa, aumentando ainda mais as tensões entre os dois países. O projeto inicial era que a Ucrânia, Geórgia e a Moldávia, todos países que possuem territórios que reivindicaram independência e são pró-Rússia (Crimeia, Ossétia do Sul, Abecásia e Transnístria, respectivamente) recebessem ajuda dos Estados Unidos. Os Estados Unidos não negaram que a ofensiva no Leste seja uma resposta à Rússia pela anexação da Crimeia. Em março de 2014, a Casa Branca lançou a seguinte nota:

Uma presença persistente dos Estados Unidos por terra e mar na região, especialmente na Europa Central e do Leste é uma demonstração necessária e apropriada para os aliados que contribuam robusta e bravamente para as operações da Aliança (OTAN) no Afeganistão e em outros lugares e que

³⁶ Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/46131>

agora estão profundamente preocupados com a ocupação e tentativa de anexação da Crimeia e outras ações provocativas na Ucrânia pela Rússia³⁷.

Os Estados Unidos tiveram uma reação imediata quando Putin enviou tropas adicionais à Crimeia, em 28 de fevereiro de 2014. Juntamente com o Canadá, os norte-americanos ameaçaram aplicar uma gama de sanções contra a Rússia e até mesmo expulsar o país do G-8. A Polônia seria um dos países que mais teria pressionado os Estados Unidos para dar uma resposta efetiva frente às ações da Rússia na Ucrânia. Os poloneses teriam pedido a instalação de uma base norte-americana em seu território, ignorando assim o acordo firmado entre a Rússia e a OTAN, o Ato Fundador, que proibia esse tipo de construção no Leste Europeu e que Moscou tem constantemente denunciado. Em resposta, a Polônia afirmou que o acordo perdeu seu valor pela própria Rússia, uma vez que o país anexou o território da Crimeia. Anos antes, a Polônia (membro da OTAN desde 1999) já havia alertado que a OTAN deveria se posicionar de forma ainda mais objetiva na Europa Central. Em pronunciamento, o chanceler polonês Sikorski afirmou:

Os nossos colegas americanos nos dizem para não nos preocuparmos, que a OTAN irá nos proteger, mas garantias retóricas são demasiadamente fáceis. A Polônia é assombrada pela memória da luta sozinha contra Hitler em 1939, enquanto nossos aliados aqui estavam. Nunca mais nos permitiremos sermos estimulados por garantias de papel e não apoiados por meios práticos (OLDBEGER, 2011).

Em 2014, o ano da anexação da Crimeia pelos russos, as relações da Rússia com os Estados Unidos foram adquirindo considerável piora. Obama chegou a declarar que os países do ex-bloco soviético não seriam “abandonados” pelos Estados Unidos e que Moscou sofreria um maior isolamento se mantivesse suas políticas na Crimeia. Em junho de 2014, Obama anunciou um plano militar para o Leste Europeu e afirmou que a Polônia nunca estará sozinha, assim como também não estarão os países do Báltico e a Romênia. Em Varsóvia, no dia 4 de junho de 2014, Obama afirmou: “*O dia dos*

³⁷Disponível

em:[http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/35531/obama+vai+pedir+us\\$+1+bi+ao+congresso+p+ara+aumentar+presenca+militar+na+europa+do+leste.shtml](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/35531/obama+vai+pedir+us$+1+bi+ao+congresso+p+ara+aumentar+presenca+militar+na+europa+do+leste.shtml)

*impérios e das zonas de influência chegaram ao seu fim, os países maiores já não podem intimidar os menores e impor suas vontades com as armas*³⁸”.

Assim, o presidente Obama ignora fatos históricos e todas as ações dos Estados Unidos no pós- Guerra Fria. Somente na década de 1990, os Estados Unidos realizaram 48 intervenções militares em países muito frágeis e não conseguiram levar estabilidade a nenhum deles (FIORI, 2008). Ainda em Varsóvia, o presidente norte-americano classificou as ações da Rússia na Crimeia como inaceitáveis: *“Não aceitamos a ocupação da península da Crimeia ou a violação soberana da Ucrânia. Nossas nações livres estarão ombro com ombro diante de novas provocações russas”*.

A expansão da OTAN e novas iniciativas próximas à fronteira russa têm prosseguido e, sobretudo, com a justificativa de proteger os países europeus diante das inserções da Rússia, tomando o exemplo da Crimeia. É possível notar que na maioria das declarações do presidente Obama sobre a Rússia, o país é visto como um agressor e até mesmo como um inimigo do Ocidente, ignorando as ações dos Estados Unidos nas fronteiras com a Rússia e que o país possua interesses de sua própria segurança internacional. Para a Rússia, a questão do papel encorajador dos Estados Unidos para entrada dos países de sua zona de influência em instituições ocidentais, especialmente na OTAN, continua a ser um sério impedimento a melhoria de suas relações bilaterais.

Em relação à postura da ONU sobre a situação da Crimeia, a Rússia reivindica o mesmo tratamento que as Nações Unidas deram ao Kosovo. A Rússia é o maior parceiro comercial da Sérvia e a empresa russa Gazprom explora recursos minerais no país através de uma subsidiária e não reconhece a independência de Kosovo. Em seu discurso após o referendo que aprovou a anexação da Crimeia a Rússia, Putin ressaltou que estavam sendo seguidos os mesmos trâmites do processo de independência de Kosovo, reconhecida pelas Nações Unidas.

Vladimir Ievséie, vice-diretor militar do instituto de países da Comunidade de Estados Independentes³⁹ declarou que oficialmente a OTAN está pronta para a cooperação, mas na prática ela realiza uma política de intimidação da Rússia. Moscou tem reiterado que busca a cooperação com a Aliança, mas não tem qualquer interesse de se juntar a OTAN. Dmitri Ragozin, enviado a OTAN pela Rússia, afirmou que *“grandes potências não aderem a coalizações, elas criam coalizões. A Rússia se considera uma grande potência”* (POP, 2009).

³⁸ Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/em-recado-a-russos-obama-diz-que-paises-do-ex-bloco-sovietico-nao-serao-abandonados/>

³⁹ Disponível em: http://gazetarussa.com.br/politica/2016/07/12/otan-se-aproxima-de-fronteira-mas-quer-dialogo-com-moscou_610961

Afirmou ainda que os Estados Unidos praticam uma intensa política de contenção de alguns países e sob a justificativa de deterioração das relações com a Rússia, para manter sua liderança global, tenta achar parceiros na Ásia para conter a ameaça emergente da China. Prova disso foi a construção pelos Estados Unidos de doze navios de guerra equipados com mísseis guiados para reforçar sua presença na região da Ásia e do Pacífico.

O avanço nas relações entre a China e a Rússia também pode se ligar ao papel que os Estados Unidos têm desempenhado no sistema internacional. A China busca com a Rússia diversificar seu abastecimento energético, uma vez que há presença de tropas militares norte-americanas na rota que liga o abastecimento de petróleo do Oriente Médio a China⁴⁰ e questões sobre a reivindicação do controle do Mar do Sul da China⁴¹. Como a China se converteu em um dos maiores importadores de petróleo do mundo, os dois países podem estabelecer potenciais parcerias estratégicas.

O segundo ponto é a necessidade da China em modernizar seu Exército. Os chineses são sancionados pelos Estados Unidos e pelos países europeus na compra de armas sofisticadas desde 1988 (MEDEIROS & TREBAT, 2014). Assim, tem buscado a modernização na compra de armas da Rússia. Os dois países fazem parte da Cooperação de Shangai, que ainda inclui quatro países da Ásia Central, a saber, o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Tadjiquistão e o Quirquistão. A organização, criada em 2001, previa originalmente a cooperação militar, no combate ao terrorismo e ao fundamentalismo religioso e também questões sobre o separatismo na região da Ásia⁴². Conforme assinalado Fiori a Cooperação de Shangai é *“uma organização de cooperação política e militar que se propõe, explicitamente, ser um contrapeso aos Estados Unidos e às forças militares da OTAN”* (FIORI, 2008. p. 51). Os conflitos sobre questões de fronteira entre a Rússia e a China, que perduravam desde os tempos soviéticos, foram solucionados em 2004, de modo que assim a Rússia conseguiu tornar segura a sua fronteira oriental. Além disso, os dois países têm alinhando em outras questões internacionais. A China, por exemplo, se opõe à instalação do escudo antimísseis balísticos pela OTAN. Os dois países também têm convergido em questões sobre o

⁴⁰ O Estreito de Malacca é a principal passagem marítima entre os oceanos Índico e Pacífico. É umas das vias marítimas mais importantes do mundo e liga o mar de Andamão, ao norte, ao mar da China Meridional, ao sul.

⁴¹ As importações de petróleo da China passam pelo Mar do Sul da China, que hoje está sob o controle militar dos chineses, mas que tem sido reivindicado como uma área independente e de trânsito livre por alguns países, como Taiwan e a Indonésia.

⁴² Conforme mencionado, são membros permanentes da Cooperação de Shangai o Cazaquistão, o Quirquistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão. E são países observadores a Mongólia, a Índia, o Irã e o Paquistão.

terrorismo, a soberania nacional e a posição perante os separatistas⁴³ e a situação da Coreia do Norte. Esta convergência de posições tem se materializado no nas resoluções no âmbito das Nações Unidas e em outros organismos internacionais, como o G20.

A China declarou alinhamento com a Rússia sobre a questão da Síria e em 2014 assinaram em maio de 2014 um grande acordo de venda de gás natural russo para a China. Em termos geopolíticos, a China também demonstra desconforto nas restrições impostas pelo poder dos Estados Unidos. Isto de certo modo tem encorajado Moscou e Pequim a buscar uma causa comum sobre uma série de questões, desde a guerra no Iraque e a presença de forças norte-americanas na Ásia Central (MANKOFF, 2009).

Até os dias de hoje os Estados Unidos tem veementemente justificado suas ações de expansão em direção a fronteira da Rússia fazendo associação com a “agressão” russa na Crimeia. O presidente Putin, em discurso⁴⁴ após o referendo que anexou a Crimeia à Rússia, não só justificou a reincorporação do território ao seu país, mas aproveitou para criticar as ações dos Estados Unidos no sistema internacional. Para o presidente, as nações ocidentais estavam por trás do movimento revolucionário na Ucrânia sem, contudo, compreender as consequências desestabilizadoras deste próprio movimento (TSYGANKOV, 2014).

Putin afirmou que a Crimeia faz parte da história da Rússia⁴⁵. De fato, a Ucrânia tem em torno de trezentos anos de associação histórica, étnica e cultural e econômica com a Rússia, além de uma fronteira de 1.576 quilômetros (BERRYMAN, 2011). Conforme assinalou Sakwa há uma predominância cultural russa na Ucrânia:

While the 2001 census found that only 17 percent considered themselves ethnically russian, various surveys found that up to 80 percent of the population used russian as the primary language of communication. The category of so-called Russian-speakers was much larger than the identifiable group of the Russians. Petro cities a 2012 study that “found that over 60 percent of newspapers, 83 percent of journals, 87 percent of books and 72 percent of television programs in Ukraine are in Russian, a cultural predominance that was reinforced by the internet (SAKWA, 2015, p. 59).

⁴³ A Rússia aprova a posição da Rússia na questão do Tibete, enquanto os chineses não se juntam as críticas ocidentais sobre o tratamento reservado à Chechênia.

⁴⁴ O discurso está disponível na íntegra neste link: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/34665/50+verdades+do+presidente+vladimir+putin+sobre+a+crimeia.shtml>

⁴⁵ Até 1945, a Crimeia era uma república autônoma soviética e em 1945 foi transformada em um *oblast* da República Socialista Federativa Soviética da Rússia por Stálin. Na campanha de “desestalinização” feita por Krsuchev, a Crimeia foi transferida para a então República Socialista Soviética da Ucrânia.

Após 1991 e o fim das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os russos eram a minoria no Estado ucraniano, mas a maioria na região da Crimeia. Em 1992, houve uma tentativa do governo da Crimeia em converter sua autonomia em relação à Ucrânia em independência, mas o objetivo não foi adiante e acabou terminando como um acordo constitucional (WILSON, 2014).

Em seu discurso para a Duma em 18 de maio de 2014⁴⁶, Putin afirmou que a transferência da Crimeia para Ucrânia feita por Krushev violou normas vigentes da época e não foi solicitada a opinião dos cidadãos da Crimeia e de Sebastopol, berço da frota russa do mar Negro. Para Putin, a Crimeia foi “espoliada da Rússia” e há um sentimento geral compartilhado que a partir de 1991, com o fim da União Soviética, os residentes da Crimeia e de Sebastopol foram abandonados à própria sorte. Para Moscou, a Crimeia e Sebastopol lhe pertencem por direito e sua reivindicação somente não foi feita em nome de um entendimento cordial com a Ucrânia. Em 2013, três milhões de ucranianos migraram para a Rússia. Em 2008, quando se discutiu a adesão da Ucrânia à OTAN, a população russa de Sebastopol levantou-se em protesto e foi apoiada pela Rússia.

O porto de Sebastopol é a principal base da frota russa ao mar Negro e tem uma posição altamente estratégica para a Rússia (conforme abordado no capítulo 1, durante os anos 1990, a Rússia conseguiu preservar o uso do porto e em 1997 assinou um acordo com a Ucrânia para utilizá-lo por mais vinte anos). A vitória mais expressiva no referendo de 2014 favorável a anexação da Crimeia à Rússia ocorreu justamente em Sebastopol. O território russo é em grande parte cercado pelo mar e ao norte está o Ártico, onde se encontram muitos desafios no inverno. Assim como no Ártico, no Báltico as distâncias para a rota do Atlântico são longas. A melhor forma da Rússia atuar no Mar Mediterrâneo é através da região de Sebastopol, daí a grande importância da presença russa. O ex-presidente Viktor Yanukovich, em 2010, concedeu à Rússia uma nova licença para utilizar o porto por mais vinte e cinco anos em troca de um desconto de dez anos sobre o preço do gás natural que a Rússia fornece à Ucrânia (OLDBERG, 2011). Com a queda de Yanukovich em fevereiro de 2014, a Rússia entrou em alerta sobre a questão. Para Putin, conspiradores derrubaram um governo legítimo e recorreram ao *“terror, assassinato e aos massacres. Alguns nacionalistas,*

⁴⁶ Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

*neonazistas, inimigos dos russos e antisemitas executaram esse golpe de Estado e estão hoje no poder*⁴⁷”.

A crise na Ucrânia começou quando o presidente pró- Rússia Yanukovich decidiu, em novembro de 2013, se afastar do Acordo de Associação (as negociações se iniciaram em 2007) da Ucrânia com a União Europeia. Eclodiram manifestações em Kiev e houve forte repressão policial. Em fevereiro de 2014, os protestos se intensificaram e o presidente e Yanukovich deixou o cargo neste mesmo mês. A Rússia denunciou a queda de Yanukovich como golpe de Estado contra um líder eleito. Em 27 de fevereiro, rebeldes tomaram o poder na Ucrânia e confirmaram a realização de um referendo sobre a anexação à Rússia. A ideia inicial era de que o referendo acontecesse em 25 de maio, no entanto, foi antecipado para o dia 16 de março e das 83,1% pessoas que compareceram à votação, 96,7% votaram favoravelmente à anexação da península da Crimeia à Rússia (WILSON, 2014).

Em 22 de agosto de 2014, um comboio de caminhões russos com comida e remédios atravessou a fronteira da Ucrânia sem a permissão da liderança ucraniana, cuja denúncia do movimento como uma invasão repercutiu no Ocidente. Em 5 de setembro de 2014, a Rússia e a Ucrânia assinaram um acordo de cessar-fogo em Minsk, capital da Bielorrússia. Embora os parlamentos da União Europeia e da Ucrânia ratificaram o Acordo de Associação em 16 de setembro de 2014 e a sua execução foi adiada para meados de dezembro, talvez como um gesto conciliatório para Moscou (MENON & RUMER, 2015).

Putin ainda afirmou que os Estados Unidos e a Europa participaram deste golpe de Estado e reconheceram o governo nascido no golpe e denunciou a ofensiva dos norte-americanos e europeus contra a Rússia. Ainda em seu discurso, Putin afirmou que os habitantes da Crimeia e de Sebastopol se voltaram à Rússia para que os auxiliasse a defender seus direitos e suas vidas e para impedirem a propagação dos acontecimentos que se desenrolava em Kiev, Donetsk, Kharkhov e em outras cidades ucranianas. Sendo assim, era um dever de Moscou atender aos chamados dos habitantes da Crimeia. Putin também afirmou que em nenhum momento a Rússia violou o direito internacional e que as forças armadas russas nunca entraram na Crimeia, uma vez que já estavam lá. Além disso, os acordos militares entre os dois países preveem uma presença militar russa de 25 mil homens e a Rússia nunca superou esse limite. Putin ainda defendeu que a

⁴⁷ Discurso do presidente Vladimir Putin em 18 de março de 2014 à Duma sobre o referendo que decidiu pela anexação da Crimeia à Rússia. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

vontade do povo da Crimeia se apoia na autodeterminação dos povos, prevista na Carta das Nações Unidas.

E, conforme assinalado, Putin reivindica o mesmo tratamento dado a Kosovo. De acordo com a artigo 2 do capítulo 1 da Carta das Nações Unidas , a Corte Internacional da ONU aprovou essa decisão. Segundo o artigo:

Nenhuma proibição geral pode ser deduzida da prática do Conselho de Segurança em relação às declarações de independência. O direito internacional geral não contém nenhuma proibição contra as declarações de independência.

Mapa 7- Região da Crimeia anexada pela Rússia



(Fonte: Opera Mundi)

Em 2009, em relação à Kosovo, os Estados Unidos submeteram o seguinte texto à Corte Internacional das Nações Unidas: “As declarações de independência podem- e é

muitas vezes o caso- violar a legislação nacional. Entretanto, isso não constitui violação do direito internacional.⁴⁸”.

Sendo assim, Putin defende que os princípios válidos para Kosovo deveriam valer também para a Crimeia e afirmou que os Estados Unidos interpretam o regimento das Nações Unidas de acordo com seus interesses geopolíticos. Putin ainda afirmou que a questão da Ucrânia reflete o mundo atual. Para ele:

Os países ocidentais preferem a força das armas à força do direito e pensam que podem decidir eles próprios os destinos do mundo. Usam a força contra Estados soberanos, criando coalizões baseadas no seguinte princípio: se não estão conosco estão contra nós. E conseguem legitimar suas agressões através de resoluções junto às organizações internacionais. Se por acaso não são assim contemplados, ignoram o Conselho de Segurança da ONU ou até mesmo toda a Organização das Nações Unidas⁴⁹.

Putin cita o caso da Iugoslávia, em 1999, quando Belgrado foi bombardeada por semanas sem nenhuma resolução das Nações Unidas. Assim também foi o caso do Afeganistão e no Iraque. Em relação à Líbia, foi violada a resolução do Conselho de Segurança, quando ao invés de impor uma zona de exclusão aérea no país, começaram a bombardeá-lo. Ainda em seu discurso, Putin qualifica a situação da Ucrânia como golpe de Estado e que este foi organizado pelos países ocidentais e tem como objetivo impedir a integração euroasiática. Provas disso é a expansão da OTAN para o leste e a implantação de infraestruturas militares, como “*o sistema de defesa antimísseis às portas da Rússia⁵⁰”*.

O presidente russo afirmou que a Rússia é um participante ativo e independente nos assuntos internacionais e assim como os outros países, tem seus próprios interesses nacionais que devem ser levados em conta e respeitados. Principalmente com a perspectiva da Ucrânia se integrar à OTAN. Desde o fim da União Soviética, o povo russo aspira restaurar a unidade de seu território, do qual a Crimeia faz parte. O respeito aos direitos dos russos e dos habitantes de idioma russo da Ucrânia é a garantia de estabilidade do Estado ucraniano e de sua integralidade territorial, segundo Putin.

⁴⁸ <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/34665/50+verdades+do+presidente+vladimir+putin+so+bre+a+crimeia.shtml>

⁴⁹ Discurso do presidente Vladimir Putin em 18 de março de 2014 à Duma sobre o referendo que decidiu pela anexação da Crimeia à Rússia. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

⁵⁰ Idem.

O presidente ainda afirmou que a Rússia deseja preservar relações amistosas com a Ucrânia, assim como se deu ao longo dos anos e citou pesquisas realizadas na Rússia que apontam que 92% dos cidadãos apoiam a reunificação da Crimeia com a Rússia. Putin finalizou afirmando que a crise na Ucrânia deve ser resolvida pela via política e diplomática, de acordo com a Constituição do país e o presidente deixou claro que o uso da força, da coação e da ameaça não terá nenhum efeito sobre a Rússia. O extenso discurso de Putin⁵¹ após o referendo que decidiu pela anexação da Crimeia a Rússia reitera a posição de Moscou em relação os eventos da Geórgia em 2008. A Rússia não irá tolerar uma ofensiva do Ocidente para além de sua zona de segurança. Conforme Putin expõe em seu discurso, a visão da Rússia é de que o Ocidente esteve por trás das manifestações ocorridas na Ucrânia desde novembro de 2013, quando Yanukovich decidiu abandonar a adesão ucraniana à União Europeia, sem, contudo, mensurar a capacidade desestabilizadora que os movimentos causariam na Ucrânia. Por trás destas ações estaria mais uma tentativa da Europa e dos Estados Unidos de diminuir a zona de influência russa.

Em síntese, a Rússia possui nos dias de hoje o objetivo proclamado de aumentar sua influência internacional. Dentre estes objetivos mais importantes, está o controle da região da Comunidade de Estados Independentes, o que significa manter a OTAN o mais longe possível dessa esfera de influência. Um obstáculo que o Estado russo encontra na busca por esse objetivo é a visão que muitos países da CEI possuem da projeção da Rússia no sistema internacional: um poder ameaçador e não benevolente (BERRYMAN, 2011). Em 2014 foi assinada pela Rússia, Cazaquistão e a Bielorrússia a criação da União Euroasiática, que passou a operar a partir de 2015. Em 2011, enquanto primeiro-ministro, Putin publicou um artigo em que afirma a importância do projeto da união:

A estrada para este marco foi difícil e muitas vezes tortuosa. Tudo começou há duas décadas atrás após o colapso da União Soviética, quando a Comunidade dos Estados Independentes foi criada. Para todos os efeitos, a União ajuda a preservar a miríade de lações, tanto da civilização quanto da cultura que unem nossos povos, mas também na economia e em outras áreas essenciais para as nossas vidas (LOMAGIN, 2014).

⁵¹ O discurso completo do presidente Vladimir Putin pode ser lido na íntegra na página oficial do Kremlin a partir do link: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

Mas esse desejo de Moscou não é determinado historicamente e nem fruto de uma psicologia própria do povo russo, como muitos apontam. A Rússia é um Estado nacional forte que reconhece sua posição como um importante ente do sistema internacional. A recuperação de sua economia no início dos anos 2000 deu ao país as bases de sua reafirmação e suas ações militares estão muito mais ligadas às razões pragmáticas e objetivas do que a um desejo desenfreado da Federação Russa de se estabelecer como uma potência global.

3.2 O confronto ampliado: a crise na Síria

A guerra civil na Síria, que eclodiu a partir de 2011, possui elementos bastante relevantes de caráter regional e estreita relação com as grandes potências do sistema internacional. A Síria está localizada no Oriente Médio, sendo assim assume especial importância para os países ocidentais pela sua posição geoestratégica, relativamente às rotas que permitem o acesso e o abastecimento de recursos energéticos. Além disso, a Síria está no centro da luta contra os *jiadistas* e o terrorismo internacional, o que é uma questão relevante tanto para os Estados Unidos, quanto para a Rússia (RAMOS, 2013).

A Síria se tornou independente em 17 de abril de 1946 e vários eventos importantes marcaram sua história. De sua independência até 1971, o país passou por uma série de golpes e contragolpes. Somente entre 1946 a 1958 o país teve dez presidentes. Em 1971, através de um golpe militar, Hafez al-Assad tomou o poder na Síria e conseguiu governar o país até sua morte, em 2000, quando seu filho assumiu o governo. Assad filho manteve alianças locais, proporcionou maior acesso à informação e promoveu tentativas de retirar a Síria de seu isolamento político. O país possui uma grande diversidade étnica e religiosa em seu território. Os sunitas estão em sua maioria, mas a sociedade síria é caracterizada por conter diversas minorias étnicas, como curdos e armênios. Além disso, a Síria recebeu por muito tempo um grande número de refugiados palestinos (ZAHREDDINE, 2013).

No plano regional conta com dois atores importantes: a Arábia Saudita e o Irã, dois países opositores no sistema internacional. A Arábia Saudita possui posição alinhada com as políticas norte-americanas e de caráter pró-ocidente e é acusada de

enviar dinheiro e armas para a oposição ao governo de Bashar al-Assad. Por seu turno, o Irã possui uma retórica de política externa anti-imperialista e anti-estadunidense, além de possuir relações promissoras com a Rússia. O Irã também presta forte apoio ao governo sírio com o envio de material bélico e tropas militares. A Turquia e Israel também se inserem nesse conflito, porém em menor grau. A Turquia é a favor da saída de Bashar al-Assad do governo da Síria e representa o poder da OTAN na fronteira ao norte do país. Por sua vez, Israel se utiliza da situação para criticar o Irã e seu programa nuclear (ZAHREDDINE, 2013).

A Rússia e a Síria possuem relações amistosas desde os tempos soviéticos. À exemplo disto e do interesse russo na região está a instalação naval russa na cidade de Tartus, na Síria. O acordo sobre a instalação foi assinado em 1971, no período da Guerra Fria e desde 2006, os dois países tem realizados conversações sobre a ampliação da instalação. Algumas agências de notícias da Rússia têm afirmado que, desde outubro de 2016, os dois países tem negociado a transformação da instalação em uma base naval permanente.

Recentemente, no âmbito do conflito na Síria, a Rússia e Turquia tiveram um impasse diplomático depois que um avião russo a serviço do conflito foi abatido em território turco, em novembro de 2015. A Turquia acusou a Rússia de agravar a crise com bombardeios aéreos e afirmou que os refugiados em direção ao seu país se devem aos ataques aéreos conduzidos pela Rússia. Por seu turno, a Rússia afirma que segue as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, em junho de 2016, os presidentes dos dois países começaram a falar em diálogo e normalização das relações, uma vez que a Rússia e Turquia possuem estreitos laços econômicos. Em agosto de 2016, Putin se encontrou com o presidente turco Erdogan desde a queda do avião russo no território da Turquia. Neste encontro foram delineadas ações e etapas para restabelecer as relações entre os dois países⁵².

Os Estados Unidos, que passaram a ter presença ostensiva no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial, defende a saída de Bashar al-Assad para pôr fim ao conflito, divergindo assim da posição russa de defesa do governo sírio.

À época da União Soviética, as relações com a Síria eram positivas. Hafez al-Assad passou por formação militar e ideológica na Rússia soviética e foi responsável por estreitar os laços com o país. As relações bilaterais incluíam além do comércio, alianças estratégicas e militares e a importação de equipamento militar soviético.

⁵² Disponível em: http://gazetarussa.com.br/politica/2016/08/09/conversa-com-erdogan-foi-produtiva-avalia-putin_619583

Com a dissolução do bloco soviético no início dos anos 1990, os Estados Unidos intensificaram sua presença no Oriente Médio, ao passo da baixa projeção geopolítica da Rússia e da diminuição da sua zona de influência. Conforme assinalamos, desde o início dos anos 2000, a Rússia busca reaver suas posições e isso inclui participação ativa no conflito da Síria. As forças russas foram responsáveis por destruir diversas bases do autoproclamado Estado Islâmico, principal grupo opositor a Bashar al-Assad que já promoveu atentados em diversas partes do globo.

Desde a nomeação de John Kerry como Secretário de Estado, houve uma tentativa de realizar uma conferência com Moscou para tratar a crise na Síria. No entanto, a tentativa de acordo em Genebra em 2014 não obteve sucesso. Os dois países discordam, sobretudo, acerca a permanência de Assad no governo na Síria. Os Estados Unidos argumentam que é necessária a saída de Assad do poder e uma mudança no regime, enquanto Moscou insiste em negociações com o governo. Em 2015, em Moscou, Kerry reconheceu os erros dos Estados Unidos em relação ao Oriente Médio e buscou uma cooperação com a Rússia para lutar contra os extremistas na Síria e em outras regiões (TSYGANKOV, 2016).

No início de 2016, a Rússia e os Estados Unidos continuaram discutindo a cooperação na Síria, no entanto, no início de outubro deste mesmo ano, os Estados Unidos suspenderem unilateralmente as conversações com a Rússia sobre um cessar-fogo na Síria. O porta-voz do Departamento de Estado norte-americano John Kirby afirmou que a Rússia e o governo sírio têm intensificado ataques em áreas civis em pronunciamento em 3 de outubro de 2016, afirmou que os Estados Unidos estavam se retirando do conflito na Síria face ao não cumprimento por parte da Rússia dos termos acordados :

The United States is suspending its participation in bilateral channels with Russia that were established to sustain the Cessation of Hostilities. This is not a decision that was taken lightly. The United States spared no effort in negotiating and attempting to implement an arrangement with Russia aimed at reducing violence, providing unhindered humanitarian access, and degrading terrorist organizations operating in Syria, including Daesh and al Qaeda in Syria. Unfortunately, Russia failed to live up to its own commitments - including its obligations under international humanitarian law and UNSCR 2254 - and was also either unwilling or unable to ensure Syrian regime adherence to the arrangements to which Moscow agreed. Rather, Russia and the Syrian regime have chosen to pursue a military course, inconsistent with the Cessation of Hostilities, as demonstrated by their intensified attacks against civilian areas, targeting of critical infrastructure such as hospitals, and preventing humanitarian aid from reaching civilians in need, including through the September 19 attack on a humanitarian aid convoy. The U.S. will also withdraw personnel that had been dispatched in anticipation of the possible establishment of the Joint Implementation Center.

To ensure the safety of our respective military personnel and enable the fight against Daesh, the United States will continue to utilize the channel of communications established with Russia to de-conflict counterterrorism operations in Syria⁵³.

Tendo em vista que desde 2014, a Rússia sofre sanções dos Estados Unidos e da União Europeia pela anexação da Crimeia, o vice-ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Ryabkov afirmou em 17 de outubro de 2016 à imprensa que caso os Estados Unidos sancionassem a Rússia pelos bombardeios na cidade de Aleppo, os “Estados Unidos teriam uma resposta assimétrica⁵⁴” e ainda que “os passos hostis com relação à Rússia não ficarão sem resposta” e que “os norte-americanos podem se preparar com uma nova realidade, diferente da que estão acostumados”.

Os Estados Unidos e a União Europeia defenderam a aprovação de novas sanções contra a Rússia em resposta aos bombardeios em Aleppo que tem causado a morte de civis. Primeiramente, a União Europeia defendeu sanções contra o regime sírio, mas John Kerry afirmou ser necessário sancionar tanto a Síria quanto a Rússia. Putin respondeu que as sanções fazem parte do objetivo de contenção ao ressurgimento da Rússia como potência internacional. Em novembro de 2015, durante uma coletiva de imprensa, Vladimir Putin acusou os Estados Unidos e seus aliados de financiarem o grupo radical autoproclamado Estado Islâmico⁵⁵. Putin afirmou que os Estados Unidos enxergam a Rússia como adversário no sistema internacional, enquanto, ao invés disso, deveriam lutar conjuntamente para restabelecer a paz na Síria. Ainda nesta ocasião, Putin contestou de forma clara as ações dos Estados Unidos no Oriente Médio. O presidente russo afirmou que as políticas ambiciosas dos Estados Unidos trazem consequências graves até mesmo para o próprio país e citou o caso do embaixador norte-americano morto na Líbia.

Em setembro de 2015 a Rússia iniciou uma campanha militar na Síria com o objetivo de ajudar o Exército local a reconquistar posições perdidas e alega intervir a pedido do governo legítimo sírio, uma vez que o autoproclamado Estado Islâmico tem controlado parte do território da Síria e do Iraque.

⁵³ U. S. Department of State. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2016/10/262704.htm>

⁵⁴ Agência EFE, disponível em: <http://www.efe.com/efe/brasil/mundo/russia-amea-a-eua-com-medidas-assimetricas-em-caso-de-san-es-pela-siria/50000243-3070212>. Acessado em: 18/10/2016

⁵⁵ Disponível para exibição: <https://www.youtube.com/watch?v=AzQk-5g3-O8&feature=youtu.be>

A Rússia muitas vezes usa como argumento, no caso da crise na Síria, a perda da legitimidade nas ações dos Estados Unidos no Oriente Médio. As atuações mais recentes na Líbia e no Iraque não foram capazes de estabilizar nenhum dos Estados.

A revista semanal norte-americana de grande circulação The Nation lançou o seguinte editorial em outubro de 2015:

Washington acreditou por muito tempo que poderia controlar o Oriente Médio como desejasse. Afirmou combater o Estado Islâmico, mas sua suposta ação não produz efeito algum. Permitiu que seus aliados (Turquia e monarquias do Golfo Pérsico) financiassem os ultra-fundamentalistas e perseguissem guerrilheiros curdos que o combatem. E, principalmente, apostou numa política que visa destruir os Estados árabes, o que já projetou o caos na Líbia, Iraque, Iêmen e Afeganistão⁵⁶.

A crise na Síria tem exercido impacto mundial e criou fissuras na própria União Europeia e divergências de opiniões sobre acolhida de refugiados. Embora a Alemanha e a Inglaterra tenham anunciado em setembro de 2015 que iriam receber refugiados sírios, as ações que se seguem não conseguem ser efetivas. Conforme assinalamos, em setembro de 2015, Putin e Obama se reuniram para discutir a situação da guerra civil na Síria, mas não entraram em consenso acerca do papel de Assad no conflito. Para Putin, os ataques aéreos dos Estados Unidos e da França contra os militantes do autoproclamado Estado Islâmico em território sírio são ilegítimos, pois, ao contrário dos bombardeios no Iraque- que são apoiados por Bagdá- a ofensiva ocorre sem a permissão do governo da Síria. Por seu turno, Obama defende a saída de Bashar al-Assad do governo da Síria e os ataques aéreos das potências ocidentais ao país.

A guerra civil na Síria segue tendo um impacto catastrófico sobre o país. A infraestrutura e suas instituições foram praticamente aniquiladas. No relatório *Confronting Fragmentation*⁵⁷, produzido pelo Centro Sírio para Pesquisas Políticas, o balanço é que, até fevereiro de 2016, 470 mil pessoas haviam morrido na Síria e 2 milhões estariam feridas por conta do conflito

Em fevereiro de 2016, a Rússia e os Estados Unidos acordaram um cessar-fogo na Síria. No entanto, rebeldes e militares do governo sírio continuaram com as ações contra o Estado Islâmico e a Frente al-Nusra⁵⁸.

⁵⁶ Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/siria-os-eua-num-beco-sem-saida/>

⁵⁷ Disponível em: <http://scpr-syria.org/publications/confronting-fragmentation/>

⁵⁸ A Frente al-Nusra é um grupo militar que atua na guerra civil da Síria fazendo oposição ao governo de Bashar al-Assad. O grupo foi criado em 2012 e é acusado de uma série de ataques terroristas e se apoiam

Em 23 de outubro de 2016, o presidente Putin, em entrevista ao jornal russa *Pravda*, mais uma vez relacionou o fracasso na resolução do conflito na Síria com o exercício de poder dos Estados Unidos:

Creio profundamente que parte da responsabilidade pelo que está acontecendo na região em geral e na Síria em particular cabe sobretudo aos nossos parceiros ocidentais, principalmente aos EUA e seus aliados, inclusive os principais países europeus. Você lembra como todos correram a apoiar a 'Primavera Árabe'? Onde está todo aquele otimismo? Como terminou toda aquela boa vontade? Lembram-se do que foram Líbia e Iraque, antes de esses países e suas instituições serem destruídas, como Estados, por forças dos nossos parceiros ocidentais? Certamente, aí não se tem exemplos de democracias, como hoje se compreende a palavra, e provavelmente lá era preciso e era possível influenciar a organização daquelas sociedades, a organização do Estado, a própria natureza dos regimes que lá havia. Mas seja como for, em todos os casos que se considerem, não havia naqueles Estados quaisquer sinais de terrorismo. Aqueles Estados não eram ameaça a Paris, à Côte d'Azur, não ameaçavam a Bélgica, nem a Rússia, nem os EUA⁵⁹.

A questão no conflito na Síria, que não tem implicações territoriais diretas nem para a Rússia e nem para os Estados Unidos, mas seu efeito desestabilizador poderia impactar diretamente a Rússia, devido a proximidade de seu território. O desenrolar do conflito tem demonstrado, sobretudo, que os dois países não têm conseguido chegar a um consenso sobre a organização do sistema internacional e suas relações de poder. Com a chegada de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos não houve qualquer mudança significativa em relação ao problema. A Rússia continuou agindo junto ao governo de Assad no combate ao grupo terrorista, ao passo que os Estados Unidos também continuaram a realizar bombardeios e a prosseguir nas acusações e críticas em relação às posições russas no conflito.

3.3 A Rússia: alvo central da geopolítica dos Estados Unidos

Conforme abordamos ao longo do capítulo 1, compartilhamos dos argumentos de Medeiros (2004) no que tange a construção e o desenvolvimento de um “complexo militar-industrial-acadêmico” nos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial e de Hossein-Zadeh (2006) que aborda a questão de como este complexo

no fundamentalismo religioso. Também é considerado como uma ala da Al-Qaeda, muito embora tenha se noticiado que os dois grupos romperam relações. Ambos os grupos são listados como organizações terroristas pelas Nações Unidas.

⁵⁹ Disponível em: http://port.pravda.ru/russa/23-10-2016/41979-siria_putin-0/

adquiriu uma dinâmica distinta dos antigos impérios, quando ao fim dos grandes conflitos os níveis das forças de guerra voltavam a patamares normais.

Nos Estados Unidos, esse complexo é formado por mais de 80 mil empresas privadas que empregam um grande número de cidadãos e exercem uma grande influência na sociedade norte-americana por sua dimensão. Para Zadeh, neste novo de tipo de empreendimento para a guerra, a paz no sistema internacional não é interessante, uma vez que não cria lucros e dividendos para tal setor. Neste sentido, os Estados Unidos precisarão sempre promover a expansão deste setor e isto se faz através da demanda por armas e material militar, bem como pela justificativa à sociedade norte-americana da necessidade de manter a níveis altos o orçamento de defesa. Desta maneira, os Estados Unidos precisam que exista sempre um “inimigo” contra quem lutar.

De tal modo, depois dos fracassos nos empreendimentos militares no Oriente Médio e a perda de legitimidade nestas ações, a Rússia tem se tornado o principal alvo da geopolítica norte-americana. Conforme abordamos ao longo dos dois últimos capítulos, as ações da Rússia no sistema internacional, bem como a mudança de sua retórica, têm em certo sentido aparecido como uma postura reativa às políticas dos Estados Unidos, sobretudo na sua esfera de influência.

Os Estados Unidos ao longo dos anos 1990 prosseguiram no objetivo de expansão da OTAN, mesmo com o fim do Pacto de Varsóvia e da boa-vontade que os dirigentes russos demonstraram em relação ao Ocidente durante a presidência de Boris Ieltsin. Assim, desde então, tem cada vez mais se expandido às fronteiras da Rússia e de sua zona de segurança histórica. Além disso, os norte-americanos tem promovido constantemente um discurso que toma a Rússia como um país naturalmente agressor, conforme vimos. Procurando assim, de certo modo, enviar a Ocidente a mensagem de que a Rússia é o seu inimigo.

Na nossa concepção este objetivo tem ficado mais claro desde a influência que os norte-americanos exerceram nas Revoluções Coloridas, que culminou com a queda de governos pró-Rússia na Geórgia, na Ucrânia, na Sérvia e no Quirquístão. Muito embora a insistência na existência da OTAN e sua expansão ao longo dos anos 1990 por si só já dava claros indícios do desejo de contenção da Rússia. Neste esforço, os Estados Unidos também se posicionaram em desfavor da Rússia na Guerra da Geórgia e na crise com a Ucrânia. Mais recentemente, os Estados Unidos têm direcionado à Rússia severas queixas em relação a sua atuação na Síria. Conforme vimos, os norte-americanos têm

afirmado que a Rússia tem agido de forma irresponsável no conflito sírio e bombardeado áreas civis.

Em suma, desde o início dos anos 2000, afora o apoio russo aos norte-americanos nos atentados de 11 de setembro de 2001, os dois países tem discordado em uma série de questões internacionais. Mas, é importante que se ressalte que a Rússia não se empenhou em iniciativas de expansão e ações militares sem que antes não tivesse sido ameaçada na sua própria zona de segurança. Neste, sentido, podemos indagar por que interessa aos Estados Unidos se expandir em direção as fronteiras da Rússia. Voltamos então ao argumento de Hossein-Zadeh e na necessidade constante que os norte-americanos possuem em manter empreendimentos militares. E, na nossa concepção, neste momento, a Rússia aparece como o principal alvo da geopolítica dos Estados Unidos.

Considerações finais

A chegada de Vladimir Putin ao poder na Rússia, primeiro como presidente interino e depois eleito pelo voto direto, significou uma nova fase de mudanças internas e na projeção geopolítica da Federação Russa.

A Rússia emergiu no sistema internacional a partir de 1991 como a herdeira do status jurídico internacional da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Como vimos no capítulo 1, o período que se seguiu foi marcado por reformas políticas e econômicas liberalizantes muito mais profundas do que as propostas por Gorbachev ainda no período soviético. Durante a presidência de Boris Ieltsin (1991-1999), a política externa da Rússia foi marcada por um forte e “ingênuo” alinhamento com o Ocidente. Neste período, na busca por uma associação com o Ocidente e suas instituições, o conceito de interesse nacional da Rússia foi reformulado. O país assinou junto com a OTAN, em 1997, o Ato Fundador. Assim, de acordo com este documento, a Rússia e a OTAN se consideravam aliados, mas as iniciativas da Rússia na busca por uma associação com o Ocidente falharam. A OTAN passou a se expandir em direção às suas fronteiras e, em 1999, a Polônia, Hungria e a República Tcheca aderiram à Aliança, sendo assim os primeiros países que fizeram parte do Pacto de Varsóvia a se juntar à OTAN. Ainda em 1999, a OTAN bombardeou a Sérvia sob forte oposição da Rússia e sem consulta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os Estados Unidos agem de forma direta através da OTAN e estes dois episódios que citamos fizeram parte de uma política de intervenção e expansionismo do Estado norte-americano, como nos tempos da Guerra Fria. Neste sentido, procuramos abordar neste trabalho o argumento de Hossein Zadeh sobre o militarismo norte-americano. Compartilhamos da visão de Zadeh de que o complexo militar-industrial dos Estados Unidos virou um grande negócio e, devido ao seu tamanho, exerce grande influência na sociedade norte-americana, seja na geração de lucros, dividendos e empregos. De tal modo, que tempos de paz e estabilidade não são interessantes para este setor, que se liga diretamente ao orçamento do Pentágono. Diante disto, os Estados Unidos também precisam de certa forma legitimar perante a sociedade norte-americana suas políticas militares. Neste sentido, acreditamos que a Rússia nos tempos atuais tem sido o principal alvo geopolítica dos Estados Unidos nesta tentativa de “encontrar” sempre um inimigo contra quem lutar, uma vez que suas ações no Oriente Médio passaram por uma grande perda de legitimidade (FIORI, 2008).

Nosso argumento se apoia na influência que os Estados Unidos têm tentado exercer em países que estão historicamente ligados à Rússia. Deste modo, apoiaram a queda de governos pró-Rússia nas Revoluções Coloridas e se posicionaram favoravelmente à Geórgia no conflito com a Rússia. Junto com a União Europeia têm aplicado sanções econômicas à Federação Russa como justificativa à anexação da Crimeia pela Rússia. Mais atualmente têm criticado duramente as posições da Rússia no conflito na Síria. Além disso, os Estados Unidos têm promovido de forma direta a expansão da OTAN, desde os anos 1990, em direção às fronteiras da Rússia.

Em determinadas abordagens a política externa mais assertiva da Rússia tem aparecido como uma forma de retomar o antigo *status* da União Soviética de potência mundial. O ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger escreveu, em 1994, que os Estados Unidos deveriam estar em constante alerta sobre a Rússia e suas tendências imperialistas. Em abordagens mais recentes, como a de John Berryman (2010), a Rússia tem tentado, através de uma política externa mais assertiva, se reafirmar como grande potência mundial como nos tempos soviéticos, começando por uma posição dominante na antiga esfera soviética, à exemplo da intervenção na Geórgia. Nesta mesma linha, Jeffrey Mankoff (2009) argumenta que esta posição mais assertiva da Rússia durante os governos de Vladimir Putin e Dmitri Medvedev é apenas um resultado de um processo que começou ainda no governo de Boris Ieltsin. Para o autor, antes da chegada de Putin ao poder, a maior parte da elite russa já reconhecia que a integração com o Ocidente e suas instituições não eram possíveis e nem desejáveis. No entanto, só a recuperação política e econômica dos primeiros anos do primeiro mandato de Vladimir Putin foi capaz de fazer com que esta ambição fosse atingível.

No entanto, estes autores não levam em conta, em primeiro lugar, a boa-vontade demonstrada por Putin nos primeiros anos de seu governo em relação aos Estados Unidos. A Rússia apoiou a posição norte-americana contra o terrorismo internacional em 2001, após os atentados de 11 de setembro e mandou enviados aos países da Ásia Central, de modo a auxiliar os Estados Unidos na ocupação do Afeganistão. Também não é considerado que o governo russo não interveio nas Revoluções Coloridas, que ocorreram em países que possuíam governos pró-Rússia, tampouco que os russos possuem interesses nacionais que incluem manter uma zona de segurança em torno de seu território. Como bem assinalou Charles Kupchan: “*the United States would hardly sit by idly if Russia formed an alliance with Mexico and Canada and started building military installations along the U.S. border*” (KUPCHAN, 2002, p. 14).

Portanto, na nossa compreensão, a posição mais assertiva da Rússia não significa que o país possua pretensões de reaver o *status* de grande potência da União Soviética, mas sim que a Rússia tem procurado, ao estabelecer uma zona de influência no antigo espaço soviético, se restabelecer como uma potência regional, uma vez que tem assistido seus interesses serem ameaçados com a constante expansão dos Estados Unidos.

Ao longo deste trabalho procuramos, também, criticar a visão “psicologizante” do povo russo. Deste modo, compartilhamos a visão de Andrei Shleifer e Daniel Treisman (2011) de que os dirigentes norte-americanos costumam recorrer à psicologia para explicar as posições da Rússia no sistema internacional, não se pautando assim em argumentos práticos e objetivos. Ao longo deste trabalho, vimos que estas abordagens foram utilizadas em diferentes ocasiões. Kissinger afirmou que a psicologia deveria explicar se nos russos *“há uma insegurança enraizada ou uma agressividade congênita”*. No conflito com a Geórgia, Condoleeza Rice afirmou que *“Putin é orgulhoso e impulsivo”*. Podemos observar que muitas vezes tais juízos de valor aparecem antes das análises objetivas dos fatos nos discursos de líderes norte-americanos. Portanto, foi nosso objetivo analisar os eventos em questão que contribuíram para uma crescente rivalidade entre os dois países. Por outro lado, em diversos discursos de Vladimir Putin e demais líderes russos tratados ao longo deste trabalho, este traço não foi observado.

Em síntese, procuramos ao longo deste trabalho, contextualizar a posição da Rússia no sistema internacional desde a dissolução do bloco soviético até os dias de hoje. A partir daí, foi nosso objetivo relacionar esta posição com a projeção internacional dos Estados Unidos. De tal modo que procuramos analisar os interesses norte-americanos nos conflitos mundiais e como isso têm se direcionado à Rússia. Procuramos também identificar os interesses nacionais russos como objetivos e compreender que as políticas da Rússia se pautam neles, de modo que não identificamos que a Rússia busca ser uma grande potência em nível global, mas pretende restaurar sua zona de segurança e influência e se restabelecer como uma potência regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Agência de Notícias EFE. Disponível em: <http://www.efe.com/efe/brasil/3>

BBC News. Disponível em: <http://www.bbc.com/news>

BERRYMAN, J. Russia, NATO Enlargement, and “Regions of Privileged Interests”. In: KANET, R. Russian Foreign Policy in the 21st Century. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BOGATUROV, A. “The Sources of American Conduct”, Russia in Global Affairs, no. 1, January–March. <http://eng.globalaffairs.ru/printver/821.html>

BRICS Policy Center. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/>

BRZEZINSKI, Z. The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives. New York: Basic Books, 1997.

CORDESMAN, A. H. Russia and the “Color Revolution”: A Russian military view of a world destabilized by the US and the West. Center for Strategic and International Studies (CSIS), Washington, 2014. <http://csis.org/publication/russiaandcolorrevolution>

Confronting Fragmentation. Disponível em: <http://scpr-syria.org/publications/policy-reports/confronting-fragmentation/>

CRANE, K. et al. Russian foreign policy: sources and implications. Arlington: Rand Corporation, 2009.

Davis, C. (2002) Country Survey XVI, The Defence Sector in the Economy of a Declining Superpower: Soviet Union and Russia, 1965–2001. Defence and Peace Economics, 13, 3, pp. 145–77.

ECKERT, D. (2004) Le monde russe. Paris: Hachette.

FIORI, J.L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. Revista Oiklos, nº8, ano VI, 2007. p. 77-106.

FIORI, J.L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Gazeta Russa. Disponível em: <http://gazetarussa.com.br/>

Gazprom. Disponível em: <http://www.gazprom.com/>

- HOBBSAWM, E. Fim do Socialismo. In: Era dos Extremos. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- HOSSEIN-ZADEH, I. The political economy of U.S. militarism. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- IZYUMOV, A. & KOSALS, L. (2011) The Russian Defence Industry Confronts the Market: Findings of a Longitudinal Study. *Europe-Asia Studies*, 63:5, 733-756.
- JUDT, T. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- KANET, R. From the “New World Order” to “Resetting Relations”: Two Decades of US– Russian Relations. In: *Russian Foreign Policy in the 21st Century*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KUPCHAN, C. The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-First Century, New York: Alfred A. Knopf, 2002.
- LEÃO, R. P. F.; MARTINS, A. R. A.; NOZAKI, W. V. A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C. (Org.) *China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- LO, B. Axis of convenience: Moscow, Beijing and the new geopolitics. London: Chatham House & Washington; Brookings Institution Press, 2008
- LO, B. *Russia and the New World Disorder*. London: Chatham House & Washington; Brookings Institution , 2015.
- LOMAGIN, N. Medvedev’s “Fourteen Points”: Russia’s proposal for a New European Security Architecture. In: *Russian Foreign Policy in the 21st Century*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- MANKOFF, J. *Russian foreign policy: the return of great power politics*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- MAZAT, N. & SERRANO, F. (2016) A Macroeconomia da Federação Russa do tratamento de choque à recuperação nacionalista: uma interpretação heterodoxa. *Revista Tempo do Mundo, IPEA*, forthcoming.
- MAZAT, Numa. SERRANO, Franklin. “A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito”. In: ALVES, A. G. M. P (org.). *O renascimento de uma potência: a Rússia no século XXI*. Brasil: Ipea, 2012.

MAZAT, N. & SERRANO, F. (2013) A Potência Vulnerável: Padrões de Investimento e Mudança Estrutural da União Soviética a Federação Russa. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008). Brasília: CGEE.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MEDEIROS, C. A. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. *In*: FIORI, J. L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

MEDEIROS & TREBAT. Military modernization in Chinese technical progress and industrial innovation. *Review of political economy*, vol. 26.2014, 2, p. 303-324.

MENON, R.; EUGENE, B. Rumer. *Conflict in Ukraine: The Unwinding of the Post-Cold War Order*. Cambridge: MIT Press, 2015.

Missile Defense Agency. Disponível em: <https://www.mda.mil/>

Nord Stream 2. Disponível em: <https://www.nord-stream2.com/>

OLDBERG, I. Aims and Means in Russian Foreign Policy. *In*: KANET, R. *Russian Foreign Policy in the 21st Century*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

Ópera Mundi. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/>

POMERANZ, L. Rússia: estratégia recente de desenvolvimento econômico-social. *In*: ACIOLY, L.; CARDOSO JR, J; MATIJASCIC, M. (organizadores). *Trajetórias recentes de Desenvolvimento: estudo de experiências internacionais*. Brasil: Ipea, 2009.

POMERANZ, L. Questões em discussão sobre a Rússia de Putin. *In*: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica* n° 7 . Unicamp, 2005.

POP, V. “Russia does not rule out future NATO membership”, *EU Observer*, April 1., 2009. <http://euobserver.com/9/27890?print=1>

Pravda. Disponível em: <http://port.pravda.ru/>

RAMOS, C. F. de Oliveira. *A primavera árabe no Egito e na Síria: repercussões no conflito israelo-palestino*. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2013.

Rosneft. Disponível em: <https://www.rosneft.com/>

ROUBINSKI, Y. La Russie et l’OTAN: une nouvelle étape? *Politique Etrangère*, Paris, v. 62, n. 4, p. 543-558, 1997.

RUKAVISHNKOV, V. Russia’s “Soft Power” in the Putin Epoch. *In*: KANET, R. *Russian Foreign Policy in the 21st Century*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SHLEIFER, A.; TREISMAN, D. Why Moscow says no: a question of Russian interest, not psychology. *Foreign Affairs*, New York, v. 90, n. 1, 2011.

SEGRILLO, A. As relações Brasil-Rússia: aspectos históricos e perspectivas atuais. 2011. In: Alves, V., FREIXO, A., PEDONE, L., & RODRIGUES, T. A política externa brasileira na era Lula: um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

SAKWA, R. *Russian Politics and Society*. Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library, 2008.

SAKWA, R. *Frontline Ukraine: crisis in the borderlands*. London: I. B Tauris, 2015.

SAPIR, J. (2007) Quel Bilan Economique pour les Années Poutine en Russie? CEMI (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales): Document de Travail 07-1.

SCHUTTE, G. R. A economia política de petróleo e gás: a experiência russa. In: Andre Gustavo Pineli ALVES (org.). *Uma longa transição. Vinte anos de transformações na Rússia*. Brasília: IPEA, pp. 81-137, 2011

SERGUNIN, A. *Explaining Russian Foreign Policy Behavior: Theory and Practice*. Stuttgart: ibidem- Verlag, 2016.

SHLEIFER, A.; TREISMAN, D. Why Moscow says no: a question of Russian interest, not psychology. *Foreign Affairs*, New York, v. 90, n. 1, 2011.

Site oficial do governo da Alemanha. Disponível em: https://www.bundesregierung.de/Webs/Breg/EN/Homepage/_node.html

Site oficial do Kremlin. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/>

The Nation. Disponível em: <https://www.thenation.com/>

TSYGANKOV, A. P. *Russia and the West from Alexander to Putin*. Cambridge University Press, 2012.

TSYGANKOV, A. P. *Russia's Foreign Policy Change and Continuity in National Identity*. London: Rowman & Littlefield, 2016.

TSYGANKOV, A. P. *The Strong State in Russia: Development and Crises*. Oxford University Press, 2014.

TSYGANKOV, A. P. Vladimir Putin's vision of Russia as a normal great power. *Post-Soviet Affairs*, v. 21, n. 2, p. 132-158, 2005.

U. S Department of Defense. Disponível em: <http://www.defense.gov/>

WILSON, A. *Ukraine Crisis*. Yale University, 2014.

ZAHREDDINE, D. "A Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial".
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Conjuntura Austral* 4.20 (2013). p. 6.23